

KATIA MIKA NISHIMURA

**“TENDÊNCIAS POLÍTICAS, PREFERÊNCIAS E
ATITUDES CONSERVADORAS EM SÃO PAULO,
PORTO ALEGRE E SALVADOR”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Ciência Política do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação da Profª. Dra. Rachel Meneguello

Este exemplar corresponde
à redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
27/02/2002.

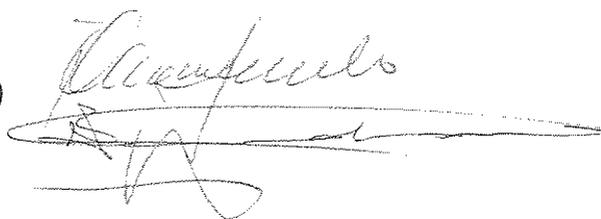
BANCA

Profª. Dra. Rachel Meneguello (orientadora)

Profª. Dra. Vera Lúcia Michalany Chaia

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (suplente)



FEVEREIRO/2002

UNIDADE Jc
Nº CHAMADA UNICAMP
NG33t
V _____ EX _____
TOMBO BCI 49261
PROC 16-837102
C _____ DX _____
PREÇO R\$41,00
DATA 28-0502
Nº CPD _____

CM00167949-B

BIB ID 241382

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

~~N634~~
NG33t
Nishimura, Katia Mika
Tendências políticas, preferências e atitudes conservadoras em
São Paulo, Porto Alegre e Salvador / Katia Mika Nishimura -
Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Rachel Meneguello.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partidos políticos – São Paulo (SP). 2. Partidos políticos –
Porto Alegre (RS). 3. Partidos políticos – Salvador (BA).
4. Conservadorismo. 5. Sociologia política. 6. Cultura política.
I. Meneguello, Rachel, 1958-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Agradecimentos

Ao fim desse período de poucos meses e de muito trabalho, gostaria de registrar os meus agradecimentos às pessoas especiais que me acompanharam. À professora Rachel Meneguello agradeço a orientação rigorosa, o apoio e a atenção dedicada ao desenvolvimento deste trabalho. Aos meus pais e irmãos, agradeço o incentivo, a confiança e o apoio, a eles devo a oportunidade de continuar estudando. Ao Vitor, agradeço o apoio e a paciência, seu companheirismo e motivação foram muito importantes.

Durante o desenvolvimento da pesquisa pude contar com a colaboração de profissionais atenciosos como Mônica Afonso Sodré, do TRE da Bahia, Francisca do TRE de São Paulo e Vitoriano do TRE do Rio Grande do Sul que forneceram os dados eleitorais oficiais para a pesquisa. A eles sou muito grata pelo atendimento atencioso e pela colaboração.

À Simone Aranha, meus agradecimentos especiais. Sua dedicação e seu apoio profissional e amigo foram valiosos. Aos meus queridos amigos, Tânia, Tati, Helena, Fabíola, Carol, Beto, Ana, Gabi, Carolina e Douglas, que me acompanharam ao longo do desenvolvimento da pesquisa compartilhando as descobertas e angústias do trabalho intelectual, agradeço o apoio e o companheirismo. Agradeço também aos meus amigos do Cesop pela agradável companhia durante o desenvolvimento da pesquisa.

Resumo

Este trabalho apresenta algumas tendências políticas, atitudes e preferências conservadoras dos públicos das cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador no período recente. O trabalho partiu de dois grandes cenários: de um lado, o contexto socioeconômico e cultural dos grandes centros urbanos, que abrigam vários segmentos sociais com interesses e demandas diferentes; e, de outro, o cenário político-eleitoral, em que os partidos conservadores apresentam bons resultados eleitorais e ocupam importantes cargos nas esferas decisórias. Tendo em vista que os partidos políticos traduzem as clivagens sociais e que há uma retomada de atitudes e valores conservadores nos últimos anos, este trabalho procurou identificar entre os públicos das cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador a aceitação desses valores e posicionamentos.

Para tanto, uma análise dos dados de uma pesquisa do tipo *survey*, realizada em 2000, foi desenvolvida com base nos modelos teóricos que consideram a presença de valores e crenças subjacentes à escolha política, e que privilegiam os condicionantes socioeconômicos na explicação do comportamento político. Os resultados da análise dos dados sugerem a existência de redutos conservadores nas três cidades pesquisadas, mas são os redutos conservadores da capital paulista que, comparativamente, apresentam posicionamentos e valores mais nítidos na escala ideológica.

Abstract

This work presents some political tendencies, attitudes and the conservative preferences of the publics of the cities of São Paulo, Porto Alegre and Salvador in the recent period. The work left of two sceneries: on the one hand, the socioeconomic and cultural context of the big urban centers that shelter several social segments with interests and different demands; on the other hand, the political-electoral scenery, in which the conservative parties present good electoral results and occupy important positions in the decision-making spheres. Considering that the political parties reflect social cleavages and that there is a retaking of attitudes and conservative values in the last years, this work seeks to identify among the publics of the cities of São Paulo, Porto Alegre and Salvador the acceptance of those values and positionings

We analysed a data base from a survey conducted in 2000, based on theoretical models that consider the existence of underlying values and faiths to the political choice, and that privilege the socioeconomic conditions in the explanation of the political behavior. The results of data analysis suggest the existence of conservative strongholds in the three cities we analysed, but the conservative strongholds of São Paulo point out, with comparatively clearer values in the ideological scale.

Sumário

Introdução 01

Capítulo I

Os Partidos “Conservadores” no Brasil 07

Capítulo II

Referenciais Teóricos: Abordagens Socioeconômica, Culturalista e Conservadorismo 35

- Abordagem Socioeconômica 35
- Abordagem Culturalista 43
- A “Direita” e o “Conservadorismo” 54

Capítulo III

São Paulo, Porto Alegre e Salvador: o Cenário da Pesquisa 69

- Parte I – A Escolha das Capitais 69
- I.1 – A Escolha das Capitais 69
- I.2 – Trajetória Eleitoral e Comportamento Político nas Cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador 74
- I.2.1 – Desempenho Eleitoral dos Partidos Políticos nas Capitais (1985-2000) 74
- I.2.2 – Comportamento Político nas Capitais 91
- Parte II – Os Dados da Pesquisa 99
- II.1 – Apresentação 99

- II.2 – Características Demográficas e Socioeconômicas dos Entrevistados: O Perfil do Eleitorado nas Cidades Pesquisadas 101
- II.3 – Procedimentos: Opiniões e Valores – As Variáveis Seleccionadas 103

Capítulo IV

Tendências Políticas, Preferências e Atitudes Conservadoras em São Paulo, Porto Alegre e Salvador em 2000 115

- A Variável Identificação Partidária 116
- Cenário Político nas Cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador 124
- O Público “Conservador” em São Paulo, Porto Alegre e Salvador: Valores e Posicionamentos Políticos 130
- Perfil Socioeconômico do Público “Conservador” nas Capitais: Como Eles São 147

Conclusão 163

Bibliografia 171

Anexo 1 178

Anexo 2 188

Introdução

Este trabalho apresenta algumas tendências políticas, atitudes e preferências “conservadoras” entre os públicos das cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador nos últimos anos. O trabalho se desenvolveu sobre dois grandes cenários: o contexto de desenvolvimento socioeconômico e cultural dos grandes centros urbanos e o contexto de sucesso eleitoral dos partidos “conservadores”¹.

As grandes cidades apresentam um cenário de desenvolvimento socioeconômico e cultural marcado pela existência de vários segmentos sociais com diferentes demandas, interesses e preferências e os partidos políticos traduzem essas clivagens sociais.

No período recente, os partidos “conservadores” têm apresentado resultados eleitorais significativos em importantes cidades brasileiras e um papel de destaque no cenário nacional². Os partidos “conservadores” conseguiram se desvincular da imagem retrógrada de partido do regime autoritário e se beneficiaram da associação com uma imagem mais moderna de defensores da agenda econômica neoliberal (Souza, 1992; Mainwaring, Meneguello e Power, 2000). O neoliberalismo é a principal corrente da “direita” no Brasil, sua agenda econômica de privatizações, de

¹ É importante esclarecer que não está se tratando aqui da definição ou da diferenciação conceitual entre os termos “conservador” e “direita”. Assim, eventualmente “conservador” e “direita” podem aparecer no texto como termos equivalentes e é por essa razão que aparecerem entre aspas.

² Seus políticos ocupam cargos de prestígio em ministérios e em secretarias do governo federal. Meneguello, 1998a.

desregulações e de enxugamento do Estado, foi abraçada pelos “conservadores”. A despeito da associação das medidas antiestatistas com a imagem do “moderno” e do estatismo como “retrogrado e atrasado”, a versão brasileira do neoliberalismo vem acompanhada de um conservadorismo no campo social (Alves, 2000).

Os partidos “conservadores” têm conseguido vitórias eleitorais expressivas em importantes cidades e capitais de estados brasileiros, como é o caso de São Paulo e de Salvador. Na capital paulista, há registros de pesquisas e estudos de comportamento político que destacam a aceitação, por parte das bases sociais “conservadoras”, de conteúdos associados ao neoliberalismo e ao conservadorismo social.

Esse foi o cenário a partir do qual o trabalho se desenvolveu. No entanto, nosso objetivo se restringiu a verificar como três importantes cidades brasileiras, em especial o seu público “conservador”, se comportam frente às questões do cotidiano dos grandes centros urbanos. Não se trata de um estudo que busca apreender o comportamento político desses públicos, trata-se da busca de tendências políticas, atitudes e preferências das bases sociais “conservadoras”, do público que se localiza à direita do espectro ideológico, que se identifica ou vota nos partidos “conservadores”. Assim, partindo desse cenário, nossas hipóteses eram que cidades com trajetórias políticas diferentes apresentariam eleitorados com características socioeconômicas e atitudinais também diferentes, e que as bases sociais “conservadoras” compartilhariam valores e posicionamentos defendidos por seus partidos políticos.

Estamos utilizando, neste trabalho, a classificação dos partidos políticos consagrada pela bibliografia (Rodrigues, 1987; Figueiredo e Limongi, 1995; Mainwaring, Meneguello e Power, 2000). Segundo essa classificação, no período pós-

85, os principais partidos “conservadores” são: PFL, PPB (PPR/PDS), PTB, PL, PRN. Seguindo essa mesma classificação, no pólo à esquerda estão o PT, o PDT e o PSB e no centro estão o PSDB e o PMDB.

O trabalho foi estruturado em quatro partes. O primeiro capítulo foi dedicado à trajetória dos partidos “conservadores” a partir da década de quarenta. Nele destacamos o impacto dos processos de desenvolvimento, como a industrialização e a urbanização, na formação das bases sociais dos partidos políticos. Através da trajetória dos partidos “conservadores” podemos acompanhar o desempenho eleitoral, os posicionamentos e os valores defendidos por esses partidos, bem como a sua relação com as bases sociais.

O capítulo dois apresenta o arcabouço teórico a partir do qual se desenvolveu a análise dos dados da pesquisa do tipo *survey* utilizada. Para tanto foi dividido em três partes. Na primeira parte, apresentamos o modelo teórico da abordagem socioeconômica que destaca a experiência sociocultural e as condições socioeconômicas na explicação do comportamento político. A segunda parte apresenta a abordagem da cultura política que enfatiza a existência de um mapa de valores e crenças por trás da escolha política. E, na terceira parte apresentamos alguns referenciais da bibliografia internacional e nacional sobre o fenômeno da revitalização da “direita” e do conservadorismo social com o objetivo de fornecer alguns subsídios para a análise das tendências políticas e preferências “conservadoras” dos públicos das capitais pesquisadas.

O capítulo três apresenta os indicadores sobre os quais o trabalho se desenvolveu. Este capítulo também está dividido em duas partes. A primeira parte tem por objetivo justificar a escolha pelas cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de

Salvador, para tanto, apresentamos o cenário de desenvolvimento socioeconômico e cultural dessas cidades e seu cenário político-eleitoral. A segunda parte do capítulo apresenta a pesquisa (*survey*) utilizada, as variáveis selecionadas e os procedimentos tomados com relação aos dados.

Os resultados da pesquisa são apresentados no capítulo quatro, que está também subdividido. No primeiro item, apresentamos e justificamos as variáveis que orientam a análise dos dados. O segundo item apresenta o cenário político constituído a partir dos primeiros resultados da análise e dos dados eleitorais oficiais das cidades pesquisadas. Os posicionamentos dos públicos das cidades em relação às questões de valores e de opinião selecionadas são apresentados na terceira parte. As características do perfil socioeconômico das bases sociais “conservadoras” são apresentadas na última parte do capítulo e são destacadas como elemento diferenciador das bases sociais partidárias.

Os resultados desse trabalho de pesquisa apresentam algumas tendências das preferências e atitudes políticas dos públicos das cidades estudadas, São Paulo, Porto Alegre e Salvador, e apontam algumas pistas destacando a importância do estudo sobre os partidos “conservadores” e ao desenvolvimento de uma pesquisa acerca da variável da identificação partidária que permita apreender os vínculos entre a agremiação e suas bases sociais. Pois, um dos resultados da pesquisa diz respeito à relevância dos partidos “conservadores” no quadro político-eleitoral e seu peso junto ao processo de formação de opiniões de suas bases sociais. A identificação partidária permitiu verificar que essas bases sociais “conservadoras” assumem atitudes e posicionamentos defendidos por seus partidos políticos. Assim, podemos dizer que um dos resultados deste trabalho consiste em reafirmar que faz sentido falar

em partidos “conservadores” e em identificação partidária. No entanto, para algumas questões muito presentes nos cenários das grandes cidades, como a violência urbana e a segurança pública, as diferenças entre as posturas das bases sociais dos partidos políticos são menores, pois essas questões parecem ser mais fortes que os delineamentos partidários.

Capítulo 1 - Os Partidos Políticos “Conservadores” no Brasil

Introdução

Uma das hipóteses deste trabalho consiste na idéia de que as bases sociais “conservadoras”, ou seja, os simpatizantes e eleitores identificados com os “conservadores”, compartilham valores, opiniões e posicionamentos defendidos pelos seus partidos políticos. É tendo em vista essa idéia que este capítulo apresenta a trajetória dos partidos “conservadores” brasileiros³, a partir da década de quarenta. Através dessa trajetória, pretendemos buscar a relação desses partidos com as suas bases sociais. Os partidos políticos ajudam a cristalizar e tornam explícitos os conflitos de interesses presentes na sociedade, eles traduzem as clivagens sociais (Lipset e Rokkan, 1990). Assim, as transformações provocadas pelos processos de desenvolvimentos verificados no Brasil, a partir da década de quarenta, e a emergência de novos segmentos sociais com suas diferentes demandas podem, de certa forma, ser acompanhadas a partir da trajetória dos partidos políticos.

³ A partir do tratamento dado pela bibliografia.

A trajetória dos partidos conservadores brasileiros e suas bases sociais (1945-2000)

A década de quarenta parece ser o momento mais propício para se iniciar essa trajetória, pois é o contexto a partir do qual se verifica a ocorrência de eleições livres e a expansão do sufrágio com a integração de um grande número de eleitores no sistema político, possibilitando o desenvolvimento de novas e diversas demandas políticas. *“A primeira implicação do aumento na participação eleitoral está relacionada com a representação de interesses de diferentes grupos e classes sociais no governo e nas decisões tomadas por ele”* (Soares: 1973, p. 58).

Como destacou Soares, até 1945, o jogo eleitoral era um *“jogo para as elites e para uma alta classe média”*, a qual era composta por profissionais liberais e outras pessoas com alta qualificação ocupacional. O ano de 1945 marcou a incorporação de setores sociais antes excluídos do processo político e o advento da participação política das classes trabalhadoras. O aumento na participação eleitoral implicou significativas diferenças em relação ao período de 1933-1934, como a participação, em grande número, no processo eleitoral, de setores médios e inferiores das classes médias e mais um contingente respeitável de membros das classes trabalhadoras. Um milhão ou mais que participavam, então, pela primeira vez⁴ do processo. O sistema político brasileiro, que era então oligárquico e autoritário, passava a permitir eleições livres possibilitando aos partidos políticos, em especial aos *“conservadores”*, a formação de organizações com bases de massa.

⁴ Não obstante, destaca Soares, 1945 não marcou a participação eleitoral da maioria dos membros das classes trabalhadoras: *“ainda que, pela primeira vez, um a dois milhões de membros das classes trabalhadoras - inclusive os trabalhadores agrícolas - totalizavam, segundo uma estimativa, aproximadamente dezoito milhões e meio de adultos. Ou seja, a grande maioria (noventa por cento) da classe trabalhadora não participou do processo eleitoral*

A formação dos partidos políticos no pós-guerra e sua relação de continuidade com as oligarquias da República Velha é algo destacado tanto por Souza (1990), quanto por Soares (1973). A estrutura de poder estado-novista, o sistema de interventorias, foi um elemento essencial do quadro da centralização burocrático-administrativa crescente do governo varguista. O dismantelamento da Velha Ordem se deu dentro dos limites de uma *“modernização conservadora”*, na qual não se verificou uma reformulação radical da estrutura econômica vigente, os novos grupos e interesses foram encaixados no sistema político. A implantação de um Estado forte e centralizado significou não a marginalização dos interesses econômicos dominantes do período anterior, mas a redefinição dos canais de acesso e influência para a articulação com o poder central dos velhos ou novos interesses. Durante o Estado Novo, as antigas e novas oligarquias, como estavam fechados os canais tradicionais de representação e influência, foram absorvidas em um sistema em que o sustentáculo eram as interventorias, as quais estavam acopladas a órgãos burocráticos subordinados ao DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) que estavam sob o controle e supervisão do presidente da República. Este, segundo Souza, teve papel decisivo, devido à sua função na montagem da estrutura de poder burocrático, foi um canal de transmissão entre o executivo federal e a política dos estados.

Não se pode afirmar a existência de total continuidade entre o regime que se iniciou em 1946 e o período da ditadura varguista, no entanto, é clara a herança de alguns aspectos institucionais que permite confirmar uma mudança condicionada e dirigida. As mudanças advindas com o novo regime, como o pluralismo partidário e as eleições diretas, foram superpostas ou acopladas à estrutura do regime anterior,

em 1945. (...) esta maior participação eleitoral das classes menos privilegiadas altera a composição de classe do eleitorado e, conseqüentemente, a base sócioeleitoral dos partidos políticos.”, Soares: 1973, p. 58-61.

marcada pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista e pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória, sem mencionar a vigência da ideologia autoritária de Estado⁵.

Embora inexistentes, durante a ditadura varguista, como partidos políticos, PSD (Partidos Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional) – os dois principais partidos “conservadores”⁶ –, segundo Soares, dispunham de bases sociais e de um aparelho organizacional nos níveis municipal e estadual, de modo que a formação desses apresentou-se antes como um problema de articulação entre os líderes estaduais. Podemos dizer que o PSD, em grande parte, representava o situacionismo da época da ditadura varguista enquanto a UDN representava a oposição. A UDN já dispunha, inclusive, de uma base organizacional a nível nacional⁷, além de um importante entrosamento com setores das Forças Armadas. O PSD e a UDN baseavam boa parte do seu poder na dominação socioeconômica local, seja esta exclusiva de um dos dois partidos ou dividida entre eles.

O processo político democrático acelerou o nível de ideologização do sistema, por um lado, e de definição ideológica dos partidos políticos, por outro.

⁵ Uma característica fundamental desse governo foi a sobreposição de elementos sem raízes políticas antigas nos estados (hipoteticamente desligados da Velha Ordem Republicana). Assim, a carreira política dos interventores dependia da indicação do executivo federal, o que tornou possível ao governo central controlar a administração estadual e restringir a ampla autonomia dos governadores, “(...) os novos chefes políticos provinham socialmente, na sua maioria, do próprio setor agrário, identificando-se em boa medida com sua cultura e seus interesses políticos. “Visto que o governo Vargas não introduziu no campo transformações econômicas de monta, manteve-se a federalização política da autoridade baseada na máquina coronelista.” Souza: 1990, p. 135.

⁶ Como Mainwaring, Meneguello e Power destacam, no período de 1946-1964, havia seis partidos “conservadores”. A UDN e o PSD eram os principais, mas haviam outros quatro menores. O PR Partido Republicano, cuja base principal localizava-se em Minas Gerais; o PL Partido Libertador, localizado mais no Rio Grande do Sul; o PRP Partido de Representação Popular apontado pelos autores como o partido de extrema-direita; o PDC Partido Democrata Cristão de centro-direita e o PSP Partido Social Progressista. Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 21.

⁷ Ver Benevides, 1981.

Segundo Soares, nas primeiras eleições desse período, muitas classes interessadas na reforma do sistema socioeconômico deram seus votos aos partidos “conservadores”, dado o pouco tempo disponível para uma definição ideológica dos partidos políticos. No entanto, em 1947, com a definição ideológica do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e do PSP (Partido Social Popular) como partidos de orientação populista, estes conquistaram os votos de muitos membros da classe trabalhadora. O PSD e a UDN perderam muitos votos por não se definirem ideologicamente pelos interesses dessas classes, definindo-se como partidos “conservadores”⁸. As perdas eleitorais da UDN por razões essencialmente político-ideológicas foram poucas, já que em 1945 sua linha oposicionista em relação a Getúlio Vargas já estava dada e sua ideologia era razoavelmente conhecida. Soares destaca que as modificações da UDN, menores, portanto, que as do PSD, foram oriundas mais das modificações na infra-estrutura socioeconômica do Brasil de então, do que de uma mudança dos eleitores com relação ao esclarecimento da verdadeira orientação ideológica do partido.⁹

As bases sociais dos partidos “conservadores”, PSD, UDN e PR (Partido Republicano) localizavam-se em áreas menos desenvolvidas socioeconomicamente, onde verificavam-se também baixo acesso à educação e aos bens culturais. A UDN e o PSD, principalmente, eram partidos políticos de penetração muito maior em estados subdesenvolvidos, em contraste com os partidos de orientação reformista e populista, como o PTB, o PSP e o PCB (Partido Comunista Brasileiro).

⁸ “(...) Parece que o PSD obteve em 1945 muitos votos que não poderia segurar a partir do momento em que se configurou como um partido com uma ideologia conservadora e a partir do momento em que Getúlio Vargas, seu fundador, definiu-se favoravelmente ao PTB.” Soares:1973, p. 76.

⁹ Soares reitera que a explicação para estes fatos pode ser compreendida se se remeter ao fato de que, tanto a estrutura organizacional, quanto o sistema político brasileiro, foram continuações históricas de uma situação anterior cujas raízes são antigas. Outro elemento que deve ser destacado, é o fato de que a infra-estrutura socioeconômica na

Os indicadores do desenvolvimento socioeconômico e os resultados oficiais de 1950 mostraram que os votos dados ao PSD e à UDN foram mais freqüentes em áreas rurais do que urbanas, nos estados menos alfabetizados do que nos mais alfabetizados, nos estados com menor renda *per capita*, do que nos com maior renda *per capita*. Assim, podemos concluir que os principais partidos oligárquicos, como Soares os classifica, PSD e UDN, “tomados como um conjunto, tinham uma dependência em relação à infra-estrutura socioeconômica” (Soares: 1973, p. 219).

Apesar de podermos classificar UDN e PSD como partidos “conservadores”, oligárquicos e tradicionais, não podemos obliterar as diferenças existentes entre estes dois partidos. De fato, estes partidos tinham muito em comum, suas bases sociais concentravam-se em zonas rurais, agrícolas e menos desenvolvidas. Ou seja, ambos tinham uma correlação negativa com a urbanização e com a alfabetização. Não obstante, não podemos esquecer que a UDN também tinha bases junto à classe média de alguns estados, principalmente na Guanabara. Um dos estados de maior renda *per capita*. Assim, podemos dizer que a UDN representava parte considerável das oligarquias rurais e das pequenas cidades, mas também representava amplas seções da classe média urbana de alguns estados, apesar de a primeira base ser maior em número de estados.

As bases sociais do PSD, contrariamente às da UDN, localizavam-se quase que exclusivamente nos estados menos desenvolvidos. Podemos dizer, assim, que o PSD mantinha uma correlação negativa com a urbanização, definindo-se por um tipo determinado de infra-estrutura confirmada pelos dados tanto, de 1945, como de 1950. Os dados de oficiais das eleições de 1945, 1950 e 1962, mostram que o PSD

qual se apoiava o sistema político e estes partidos não fora criada em 1945, “(...) tanto a política quanto a infra-

caracterizou-se como um partido das áreas rurais, tradicionais e subdesenvolvidas. A UDN, entretanto, iniciou o período como partido claramente tradicional, rural, com bases sociais principalmente nos estados menos desenvolvidos, mas foi perdendo pouco a pouco esta característica.

“A UDN passava por uma lenta transformação, de partido claramente rural e tradicional, a partido conservador mais próximo dos modernos partidos conservadores, ancorado também nas classes médias urbanas, com uma ideologia econômica e de classe. Este núcleo, no meu entender, esteve claramente associado a pessoa de Carlos Lacerda e, se o processo democrático-eleitoral tivesse continuado, poderia eventualmente vir a dominar o partido. Esta especulação, porém, tem limites: por um lado, o moderado avanço desta facção de 1945 a 1962 e, por outro lado, a crescente competição do PDC, que disputava à UDN a função de representante das classes médias, não permitiam prever a ascensão da ala moderna sobre a tradicional a curto prazo.” (Soares: 1973, p. 219-220)

Segundo Lavareda, o crescimento da UDN na preferência do eleitorado de classe média e burguesa dos grandes centros compensava seu declínio no interior do país, de modo que conseguia, no agregado, uma certa estabilidade. Segundo este autor, não houve um processo de realinhamento, uma inversão de preferências entre os partidos já estabelecidos, pois o declínio do PSD e do PR, na maioria das disputas, e a ascensão do PTB, do PDC (Partido Democrata Cristão) e de outros partidos menores não eram processos simétricos, mas eram antes, decorrentes da nacionalização da implantação dos partidos, da pluralização do quadro até então restrito, nas áreas periféricas, apenas à UDN e ao PSD (Lavareda, 1999).

Nesse período 1945-1964, os deputados eleitos em estados rurais eram predominantemente do PSD e da UDN e isso estava bastante relacionado ao comportamento “conservador” destes partidos nas questões diretamente relacionadas

aos interesses dos proprietários agrícolas, tais como os projetos de reforma agrária, a extensão da cobertura da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) aos trabalhadores do campo, etc..

Comparativamente, podemos dizer que as áreas urbanas rejeitavam mais o PSD do que a UDN, embora em 1947, esta rejeição diminuía significativamente em relação aos dois partidos, ainda era mais forte com relação ao PSD. *“(...) as mudanças havidas entre 1950 e 1954, e entre 1954 e 1958 aproximaram o PSD da sua estrutura ecológica inicial, mas distanciaram o PTB da sua.”* (Soares: 1973, p. 86).

É importante lembrar que Carlos Lacerda, liderança da UDN¹⁰ no estado da Guanabara, propugnava um “conservadorismo” mais urbano e moderno. As alianças entre os dois maiores partidos PTB e PSD, que ganharam várias eleições, eram muito criticadas pela classe média devido às questões de corrupção e do protecionismo. *“O moralismo é a questão ideológica da classe média urbana e a UDN urbana fez dele sua bandeira. O liberalismo econômico e o anticomunismo são outras orientações ideológicas da classe média urbana no Brasil.”* (Souza: 1985, p. 96-97). Esses valores “conservantistas”, principalmente o moralismo, que eram também compartilhados pelas bases sociais da UDN, mais tarde, foram verificados entre as bases do janismo na década de oitenta na cidade de São Paulo.

¹⁰ Sobre a UDN, Souza destaca que *“Frustrada em seu poder de competição, tornou-se um partido em eterna conspiração contra o regime: cada eleição perdida proclamava a “ilegalidade” do pleito, e através de um discurso jurisdicista apelava à intervenção militar. Já em 1946, por ocasião da Assembléia Constituinte, a UDN não legara muitos exemplos de uma crítica verdadeiramente liberal aos aspectos autoritários incorporados na Carta Constitucional, dividida que estava entre seu papel de oposição liberal à centralização do poder no Executivo federal e suas raízes elitistas e conservadoras, que a faziam temerosa da participação popular. À medida que evoluía o processo de passagem de partidos meramente representativos dos estratos altos da sociedade para as grandes organizações de massas, a fragilidade ou a timidez do pensamento liberal que ela afirmava representar tornou-se mais explícita. (...) iniciadora da mobilização política contra a ditadura do Estado Novo, a UDN veio mais tarde a se constituir no braço partidário do golpe militar em 1964.”*, Souza: 1985, p. 96-97.

Durante o regime autoritário, a “direita” esteve representada pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional)¹¹. Diferentemente da história dos regimes autoritários latino-americanos do período, a ditadura militar brasileira teve um caráter híbrido (Kinzo, 1988), conservou alguns mecanismos institucionais-representativos com o intuito de legitimar o regime e dar uma roupagem democrática.

Construída sobre as bases dos antigos partidos “conservadores”, a ARENA representaria as forças do “conservadorismo” que, neste cenário havia mudado sua natureza. De acordo com o jogo “democrático” do regime militar, a “direita” eleitoral estabelecia-se então sobre um único partido, a fim de sustentar e dar legitimidade ao regime. O então recém-criado partido político tinha a tarefa de, além de legitimar o regime, governar o país implementando as políticas militares nos estados. *“Desde o momento de sua criação, a ARENA deu continuidade ao trabalho desenvolvido anteriormente pelo PSD e UDN, na construção de redes políticas e de clientelas dentro do vasto interior desenvolvido do país.”* (Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 24).

Os redutos eleitorais da ARENA em muito se assemelhavam aos dos partidos “conservadores” anteriores. As bases sociais da ARENA concentravam-se nas áreas menos desenvolvidas, em especial na região Nordeste. Ao longo do regime militar verificou-se que o apoio eleitoral dado a ARENA variava inversamente à urbanização¹². As razões da preponderância deste partido no interior dos estados e em pequenos

¹¹ Formada a partir dos partidos “conservadores” anteriores. A UDN foi o maior bloco dentro da ARENA, 90,0% deste partido foi para o partido do regime. 64,5% do PSD e somente 30,0% do PTB foram para a ARENA. Dos partidos menores, a grande maioria do PSP também foi para a ARENA (*“Com a cassação e posterior morte do seu líder, Ademar de Barros, alguns passaram para o MDB nas eleições de 1966, mas nas eleições de 1970, voltaram ao seio da ARENA, pois “fora do governo não dava” para os antigos pessepistas.”*). A maioria do PDC e do PST foram para a ARENA também; os adeptos do PTN e do PRT se dividiram entre os dois partidos. Todos do PR, do PL e do PRP foram para a ARENA, enquanto 2/3 dos pessebistas foram para o MDB. Em Fleischer: 1981, p. 186.

¹² Ver Lamounier: 1978a, 1978b, 1980.

municípios se explicam devido ao fato de serem nestas localidades que se observam um menor nível de informação política e de ser expressiva a dependência dos recursos federais, elementos que favorecem a patronagem e o clientelismo rural (Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 25). Nas localidades em que se verificava o oposto, ou seja, em que havia maiores indicadores de desenvolvimento socioeconômico, maior acesso aos bens educacionais e culturais, a votação da ARENA era explicitamente menor. Esse padrão eleitoral estava de tal modo definido que, com a reforma eleitoral de 1979 (Kinzo, 1993) – que tentava dissolver a força eleitoral da oposição, com a criação de outros partidos – , o sucessor da ARENA, o PDS (Partido Democrático Social), foi chamado pela imprensa de “partido do Nordeste”.

Durante os primeiros anos do regime autoritário, a ARENA teve um papel secundário no governo, mas teve vitórias expressivas nas eleições legislativas de 1966 a 1970. Em 1974, o partido da oposição, MDB (Movimento Democrático Brasileiro), teve uma surpreendente¹³ vitória, conquistando 16 das 22 cadeiras no Senado, marcando o início da fase das eleições plebiscitárias (Lamounier, 1988). O MDB vinha então em um movimento crescente nas eleições de 1976 e de 1978, no entanto, apesar do seu desempenho ter sido ainda melhor nas eleições de 1978 (legislativas e nacionais), comparativamente ao desempenho em 1974, a ARENA manteve a maioria no Congresso, o que se deveu aos casuísmos eleitorais.

¹³ “Sob o regime militar, as Assembléias Estaduais controladas pela ARENA “elegiam” os governadores daquele partido, embora de fato fossem geralmente selecionados pelos presidentes militares. Esses governadores, por sua vez, nomeavam os seus correligionários arenistas para as prefeituras das cidades apenas foram eleitos diretamente em novembro de 1985 (após a saída dos militares). Assim, entre os civis, o Poder Executivo esteve, portanto, reservado para os políticos da ARENA/PDS até 1982. Foi somente no estado do Rio de Janeiro que o partido da oposição MDB controlou um governo estadual, e mesmo assim, o governador era considerado um cliente do regime militar. (...) A surpresa do governo militar ao ver os resultados de 1974 levou-o a organizar uma estratégia de prevenção contra os avanços do MDB nas disputas subseqüentes, o que consistiu basicamente, na manipulação das leis eleitorais com o propósito de manter as maiorias arenistas nas casas legislativas.”. Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 25-26.

Em meados dos anos setenta, os organismos da sociedade civil passaram a canalizar seus descontentamentos no voto levando a um conseqüente fortalecimento do partido oposicionista. A reforma partidária foi uma das estratégias adotadas pelo governo autoritário a fim de dividir e conquistar a oposição, já que a fórmula de legitimação do regime através do sistema bipartidário dava sinais de exaustão.

Com a reorganização partidária em 1979, o MDB realmente diminuiu de tamanho devido ao surgimento de outros partidos de oposição menores. Surgiram o PT (Partido dos Trabalhadores); o PP (Partido Popular), um partido de centro-direita, considerado interlocutor do regime militar, que se fundiu com o MDB em 1981; o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o primeiro de Leonel Brizola e o segundo de Ivete Vargas, que disputaram a herança varguista. O PTB que tinha pouca semelhança com o seu homônimo do regime anterior, em 1985, fazia alianças com o PDS (Partido Democrático Social) sigla nova da ARENA. Atualmente é considerado um partido de “direita” (Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 31).

Em 1982, ocorreram as primeiras eleições diretas para o executivo estadual, o PDS (ARENA) conquistou doze governos estaduais, a maioria nos estados mais pobres, enquanto o PMDB (Partido do Movimento Democrático Nacional) vencera as eleições em dez estados, sendo que, dentre eles, estavam os mais ricos. Nas eleições para a Câmara dos Deputados, o PDS (ARENA), pela primeira vez desde 1964 perdia o controle de uma casa do Congresso. Mesmo podendo contar com a manipulação das leis eleitorais e com o controle dos recursos estatais, o partido situacionista de “direita” estava a caminho do declínio de sua força eleitoral.

Após o realinhamento partidário, as tensões no interior do partido da situação ficaram cada vez mais fortes. Até que em 1984-1985, as tensões se transformaram na cisão que deu origem a um outro partido, o PFL (Partido da Frente Liberal), que se tornaria um importante partido “conservador”. O PDS (ARENA) diminuía cada vez mais, devido a migração de seus membros para o PFL e, no início da “Nova República” estava com menos de um terço do tamanho que tinha em 1983.

Com a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posse, posteriormente, de José Sarney, antigo integrante da ARENA, ficou patente tanto a ausência de ruptura entre o Regime Autoritário de 1964-1985 e a “Nova República”, quanto a continuidade das elites “conservadoras”¹⁴ no poder.

A despeito do desfecho do partido situacionista ao fim do regime autoritário, suas circunstâncias favoreceram alguns políticos “conservadores”. *“A divisão do PDS e a fundação do PFL deram aos antigos defensores da ditadura a oportunidade de se desligarem publicamente de um regime autoritário cada vez mais impopular. Os eventos de 1984 permitiram aos dissidentes da Frente Liberal renovarem a sua viabilidade política através de suas sucessivas demonstrações de adesão à legitimidade democrática.”* (Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 29). Assim, se pensarmos no desfecho que teve o regime autoritário e a crise de legitimidade que, em parte, o encaminhou para tal e, tendo em vista o colapso econômico, herança da ditadura, a conjuntura do início da “Nova República” não poderia ter sido melhor para a “direita”.

¹⁴ “Os números confirmam a enorme presença do velho regime no interior dos dois partidos que sustentam a Nova República e no comando dos ministérios, levantando a questão do perfil conservador que pesa sobre a atual Constituinte e sobre as soluções a serem dadas aos problemas socioeconômicos.” Souza, 1988, p. 569.

A posição programática, ou seja, a postura de alguns políticos e partidos tomada diante de certas questões, é um importante indicativo para localizá-los à direita ou à esquerda do espectro ideológico. Através da posição programática dos políticos nas votações e de pesquisas de opinião realizadas no Legislativo, foi possível detectar certas posturas com relação a algumas questões chaves que permitiram delinear o perfil de políticos e partidos. Durante as votações da Assembléia Nacional Constituinte em 1987-1988, alguns resquícios autoritários foram detectados dado que algumas questões democráticas polarizaram o espectro ideológico. Alguns blocos partidários se formaram e votaram em conjunto em determinados assuntos. Questões referentes à ordem econômica e social e aos direitos sociais permitiram distinguir uma posição mais “conservadora” de uma postura mais reformista no que tange aos direitos sociais, à distribuição de propriedade e à ordem econômica¹⁵. O PFL, o PDS, o PL (Partido Liberal), o PDC (Partido Democrata Cristão), o PTB foram os partidos políticos que, juntamente com o Centrão (bloco formado pelo PMDB e PFL), melhor se encaixaram na categoria analítica *conservadorismo* devido às suas posturas nas votações. Com relação ao Centrão, Souza referiu-se a ele como um grupo pragmático que *“forçou uma visão de mudanças no aparato de Estado como sinalizando o possível, ou mesmo provável fim do seu acesso àqueles recursos de patronagem que inicialmente escoraram suas carreiras políticas.”* (Souza: 1992, p. 111). Os partidos “conservadores” tendiam, mais do que outros partidos políticos, a defender questões políticas militares como o arquivamento por tempo indefinido de documentos oficiais confidenciais e se recusavam também a reconhecer os abusos contra os direitos humanos praticados durante o regime militar, tomando assim uma postura autoritária.

¹⁵ Estas questões permitiram a identificação de algumas categorias analíticas: Governismo, Conservadorismo, Democratismo, Nacionalismo e Oposicionismo ao Sistema Financeiro. Kinzo: 1990, p. 18-132.

As diferenças entre os partidos políticos, em relação às questões ligadas à democracia e ao autoritarismo, tornaram-se menos relevantes, a partir de 1985, conforme os partidos políticos foram se mostrando menos comprometidos com o autoritarismo. No entanto, com relação às práticas democráticas, as diferenças persistiam entre os partidos “conservadores” e a maioria dos partidos de centro e de esquerda. Os partidos “conservadores” são mais predispostos ao favorecimento de formas restritas de democracia, como no que diz respeito aos direitos iguais de cidadania com relação ao acesso igual ao sistema legal. Questões as quais estes partidos apresentam tendência a um menor empenho em assegurá-las.

No início da década de noventa, houve uma divisão no pólo da direita do espectro ideológico. Souza (1992) apresentou a hipótese de que haveria uma divisão entre uma “direita” tradicional, que é “conservadora” e autoritária, e uma “direita” contemporânea, que é reformista e democrática. O PL (Partido Liberal) é apontado pela autora como um dos partidos desta *nova direita*. Esse partido assumiu um perfil democrático durante a Assembleia Constituinte com respeito às garantias de liberdade individual, de democracia direta, de fortalecimento do Poder Legislativo e vetou a intervenção das Forças Armadas em questões da arena política. No entanto, mantendo uma postura de defesa ao liberalismo clássico, votou contra a manutenção e o incremento dos direitos sociais, incluindo o direito de greve, a estabilidade de trabalho, o limite de seis horas para trabalhos ininterruptos, e a garantia de estabilidade¹⁶. A forte oposição deste partido à reforma agrária mais do que a média do Congresso Nacional, também foi outro posicionamento ilustrativo. Estas questões foram

¹⁶ O PL posicionou-se de forma bastante ambígua ao apoiar o monopólio da representação baseada por território, a unicidade sindical, um dos traços marcantes da herança autoritária do governo da década de 30. Souza: 1992, p.113.

consideradas pelos setores da comunidade de negócios, a qual o PL representava, como sendo decisivas para a modernização econômica.

Apesar de comparativamente aos outros países da América Latina, a *nova direita* no Brasil estar menos institucionalizada em termos de partidos políticos, Souza argumenta que isso não quer dizer que não há partidos associados a ela. No que diz respeito à falta de um claro corte organizacional, o PL, e em uma versão mais radical, a UDR (União Democrática Rural) tornaram-se rótulos partidários que mais claramente representaram os parceiros da *nova direita* durante a campanha eleitoral presidencial de 1989. O PRN (Partido da Reconstrução Nacional) o partido da bem-sucedida candidatura de Fernando Collor de Mello para presidência, também mostrou forte associação com a *nova direita* com tendência a adoção da agenda neoliberal. Não obstante o sucesso do PRN elegendo o novo presidente, estes partidos iniciavam-se na competição eleitoral, possuíam muito pouca representação parlamentar e, seus líderes, incluindo Fernando Collor de Mello, eram pouco conhecidos e somente tornaram-se nacionalmente visíveis na eleição nacional de 1989.

Dada a falta de uma organização da *nova direita* como força eleitoral, Souza questiona se esta via necessidade de se organizar enquanto partido político. Um caminho que a autora aponta vai no sentido de que o jogo político para a “direita” poderia ainda estar restrito aos limites do aparato de Estado. “...lá definitivamente está uma direção para construção de um poder político nas arenas eleitoral e legislativa entre as forças da Nova Direita.” (Souza: 1992, p. 116). Segundo Souza, esse caminho poderia estar sendo estimulado pelas características do sistema político brasileiro, assim, a “direita” contemporânea poderia não ver a necessidade de construir um partido diferente do clientelismo, fluído ideologicamente dos partidos da velha “direita”.

Embora os novos partidários não se distanciem da participação em instituições representativas através de “arenas burocráticas”, exclusivamente preferidas pela “direita” tradicional, eles não descartam o papel de partidos políticos. Durante a campanha eleitoral, as estratégias não destacavam a origem de classe, característica fundamental de organização para partidos de massa, mas particularmente importante (historicamente) para partidos de “direita”¹⁷. Entretanto, enquanto as forças da nova “direita” não se unem com os velhos populistas, utilizam claramente o estilo populista, como foi visto na campanha presidencial de 1989, principalmente na figura de Fernando Collor de Mello.

Souza ressalta que embora a nova “direita” tenha encontrado apoio para a sua retórica entre três grandes partidos políticos PFL, PPB (ARENA/PDS/PPR)¹⁸ e PMDB, as dificuldades de construir alianças estáveis com os velhos partidos de “direita” não são mínimas. As diferenças no estilo político a distancia dos velhos liberais, *“a Nova Direita usa uma linguagem populista e expressa uma crítica do elitismo letrado presente no liberalismo tradicional brasileiro.”*¹⁹ A nova direita encontra sérios obstáculos para formar alianças com os velhos grupos “conservadores” autoritários pois, para ela, o poder político deve ser criado através da competição de mercado ao

¹⁷ *“Uma opção eleitoral da velha “direita” estatista brasileira tem sempre sido uma aliança com partido populista baseado nas classes trabalhadoras. O caso do, agora extinto partido, PSD é exemplar a este respeito. Encrustedo no aparato de Estado e representante das oligarquias rurais e grupos urbanos industriais, a estratégia eleitoral do partido durante o período de 1945-1964 foi um conjunto de continuidades, às vezes com alianças problemáticas com o populismo trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).”* Idem, p. 117.

¹⁸ O PDS tornou-se PPR, Partido Progressista Reformador, resultado da fusão com vários pequenos partidos “conservadores”, dentro eles o PDC, Partido Democrata Cristão. E mais tarde mudou a sigla para PPB, Partido Progressista Brasileiro. Ver Kinzo, 1993.

¹⁹ O estilo da “direita” contemporânea contrasta bruscamente com as estratégias relativas ao Estado e à sociedade da política tradicional de “direita”. A “direita” tradicional freqüentemente passava a falsa impressão de total apatia, enquanto que os partidários da nova “direita” inauguraram um estilo político que se expressa na mobilização da sociedade e na construção de associações, bem como através de *lobbies* e campanhas públicas. Souza: 1992, p. 117-118.

invés de sob a tutela do Estado. *“Alguns civis, militares e grupos religiosos, cujo autoritarismo representou o principal impulso ao golpe de 1964, consideram que a questão do controle estatal da participação popular é o mais sério fator de dissuasão da sua coexistência com a Nova Direita.”* (Souza: 1992, p. 117-118). Mas, contudo, a autora afirma que estas diferenças podem não ser um grande obstáculo, a curto prazo, para uma união eleitoral com os velhos partidos de “direita”. E, além disso, os partidos políticos da velha “direita” ainda são proprietários das máquinas partidárias, as quais apresentam-se decisivas nas eleições regionais. A fluidez do rótulo partidário e ideológico, a dependência do sistema partidário em relação ao clientelismo de Estado e as demandas colocadas pelas coalizões eleitorais também contribuem neste sentido.

Mainwaring, Meneguello e Power também destacam o importante papel que o debate estado-mercado tem na agenda política dos partidos “conservadores”. Os partidos “conservadores” têm se posicionado favoravelmente às questões econômicas pró-mercado, têm sido mais receptivos à entrada do capital estrangeiro no país e apoiado as políticas que visam a restrição do tamanho e ação do Estado. Durante a Constituinte de 1987-1988, posicionaram-se contra várias medidas estatistas e à favor de medidas pró-mercado, apoiaram a agenda neoliberal do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) e apoiam ainda as reformas econômicas e administrativas propostas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2001). Mas, foi durante a década de noventa que a agenda política neoliberal unificou a “direita” tornando-se sua bandeira, o liberalismo econômico passou a ser respeitado e aceito, como destacam as pesquisas realizadas no Congresso Nacional. Com relação a algumas questões sociais importantes, os “conservadores” também têm sustentado posições identificáveis com a agenda neoliberal e o liberalismo econômico.

Considerando o crescimento dos encargos sociais, a inovação das leis ambientalistas e o aumento, e até mesmo a manutenção, dos direitos trabalhistas como obstáculos ao crescimento econômico, a “direita” tem apoiado as reformas econômicas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, como a reforma previdenciária, a reforma administrativa e as privatizações do setor público, tem ainda se posicionado contrariamente à luta pela reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Questão que tem reemergido como uma das mais polêmicas do período pós-85, bem como foi nos anos sessenta. Paralelamente às questões econômicas e políticas, os “conservadores” têm expressado visões distintas também em relação às questões culturais e morais. Costumam adotar posturas mais inflexíveis com relação aos presidiários, sendo muito menos propensos a criticar o desrespeito aos direitos humanos de suspeitos de crimes. Opõem-se à legalização do aborto e à igualdade de direitos para os homossexuais.

O PL, o PRN e o PPB (PDS/PPR) foram os partidos “conservadores” que contribuíram com a penetração das idéias neoliberais, sem terem sido a vanguarda. O PL tornou-se o principal defensor ideológico das políticas neoliberais (Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 95). Criado em 1985, seus fundadores Guilherme Afif Domingos e Álvaro Valle, defendiam os benefícios das políticas pró-mercado. Em 1986, Afif foi um dos deputados mais votados, entretanto em 1989 recebeu somente 4,7% dos votos na eleição presidencial. Inicialmente, o partido não conseguiu ampliar suas bases eleitorais além das camadas mais ricas, com maior nível educacional e localizadas em áreas urbanas desenvolvidas, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro; mas, em meados dos anos noventa, podemos verificar a presença de grupos evangélicos no interior do PL. Como um dos fenômenos recentes, a politização de grupos religiosos evangélicos e a eleição de representantes dessas igrejas como porta-

vozes de temas “conservantistas”, moralistas e tradicionalistas, faz parte da relação entre religião (evangélica) e a política, apontada como uma possível vertente da *nova direita* no Brasil (Alves, 1999).

O PRN, como partido político, não teve grandes participações no debate acerca das políticas econômicas, limitou-se a ser a organização pela qual Fernando Collor de Mello se elegera. E, como este era a figura que revigorava o debate sobre liberalismo econômico, o PRN foi por um tempo sinônimo de neoliberal, mas com o *impeachment* o partido desapareceu. Havia eleito quarenta deputados em 1990 e, em 1994, elegeu somente um.

Em 1984-1985, quando os setores mais clientelistas migraram do PDS (ARENA/PPR/PPB) para o PFL, os quadros que permaneceram pareciam ser mais identificados com o liberalismo econômico. Delfim Netto e Roberto Campos, ambos ex-ministros do regime militar, e então deputados pelo PPB (ARENA/PDS/PPR), apresentavam-se como alguns dos maiores defensores articulados das idéias neoliberais, em detrimento dos outros partidos “conservadores” que não possuíam quadros de intelectuais de renome. Nos primeiros meses do governo Fernando Collor de Mello, os partidos “conservadores” aderiram à moda neoliberal à medida que o presidente introduzia as reformas. As identidades partidárias “conservadoras” deixaram de ser determinadas pela dicotomia autoritário/democrático e passaram para a clivagem estatista/neoliberal. Mas com o fracasso das medidas econômicas do governo Fernando Collor de Mello, com a crise provocada pelas acusações de corrupção, os partidos “conservadores” também fracassaram em proclamar o neoliberalismo e, apesar de não serem os responsáveis pela introdução das políticas neoliberais no país, eles sustentaram a agenda política e econômica do governo

Fernando Collor de Mello e sustentam também a do governo Fernando Henrique Cardoso.

Com relação às questões institucionais e representativas, os partidos “conservadores” também têm tomado posições peculiares, como demonstraram os *surveys* realizados no Congresso Nacional²⁰. No que diz respeito às questões representativas, os políticos “conservadores” são mais propensos a acreditar que o mandato pertence a eles próprios e não ao partido²¹, e com relação ao sistema de governo, tendem a favorecer o presidencialismo. O bloco dos partidos “conservadores” tem consistentemente tomado posições mais anti-partidárias do que o Congresso como um todo²².

Os partidos “conservadores” tendem a não se apresentar ao público de uma maneira ideológica, diminuindo assim a importância da sua localização no espectro ideológico. Pesquisas, realizadas no período pós-85²³, mostraram que os políticos de “direita”, ao contrário dos políticos de esquerda que se autotransferiram à esquerda do espectro ideológico com satisfação, recusaram-se a responder ou

²⁰ Pesquisa realizada por T. Power. Ver Mainwaring, Meneguello e Power: 2000.

²¹ Em geral, os “conservadores” prezam mais a sua autonomia e não valorizam a associação em grandes organizações, suas elites são mais individualistas, concentradas em redes políticas e menos comprometidas com organizações formais. O que talvez explique o fato dos “conservadores” estarem dispersos em vários partidos com posições programáticas tão similares. Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p 38-42.

²² Dados da pesquisa realizada no Congresso “revelam que o PFL e os pequenos partidos conservadores foram mais anti-partidários de todo o Congresso, enquanto o PDS/PPR/PPB tomou, em geral, posições mais favoráveis à disciplina partidária do que a média parlamentar. A razão para esta clivagem interna ao campo conservador provavelmente deve-se à perda de posição do PDS em 1984-1985, como o partido dominante, devido à flexibilização e subsequente abolição dos estatutos de disciplina partidária. De todos os partidos, o PDS foi o que sofreu mais com a permissiva legislação eleitoral e partidária aprovada na Nova República. Quase sem exceção, os políticos mais individualistas de direita deixaram o PDS logo no início do período (o PFL, o PL e o PDC foram todos fundados em 1984-1985) e os membros restantes do PDS/PPR/PPB preferiram os mecanismos mais fortes de disciplina partidária.” Idem, p. 42

²³ A referência aqui é à pesquisa realizada por Leôncio Martins Rodrigues durante as votações da Assembléia Nacional Constituinte. Rodrigues, 1987.

classificaram-se mais ao centro da escala direita-esquerda. O que levou Leôncio Martins Rodrigues a dizer que *“a julgar pela autodefinição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita”* (Rodrigues: 1987, p. 99). Outro aspecto interessante da autoclassificação dos partidos de “direita” surgiu nas pesquisas realizadas no Congresso por Timothy Power, as quais registram uma grande discrepância entre a autolocalização dos políticos de “direita” e dos políticos de esquerda no espectro ideológico. Enquanto os primeiros se localizavam mais à esquerda do que localizavam o seu próprio partido, na escala ideológica, os políticos de esquerda são bem mais coerentes se autolocalizando proximamente da localização de seus partidos na escala. Desse modo, esses dados confirmam a atitude observada por Rodrigues na sua pesquisa, *“meu partido pode até ser conservador, mas eu não sou”*. Nos anos noventa, os políticos “conservadores” se autoclassificaram e classificaram seu partido mais à “direita”. Esta postura com relação à localização no espectro ideológico pode ser um indicador de que o rótulo “direita” mudou seu significado dos anos oitenta para os anos noventa. Assim, parece que a conotação de “direita” tem gradualmente mudado ao longo do tempo, de associação com o autoritarismo dos anos oitenta à mais “respeitável” associação com o neoliberalismo econômico dos anos noventa. Isto poderia explicar a mudança da autoclassificação do PFL. Seus políticos têm sido mais propensos a localizarem a si próprios e ao seu partido mais cuidadosamente (Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 46).

Como já foi aqui destacado, a conjuntura do início da “Nova República” não parecia favorável à “direita”, dado o declínio eleitoral sofrido pelo partido situacionista PDS (ARENA), durante o período que segue dos meados da década de setenta ao início dos anos oitenta. Mas, no entanto, o mesmo declínio não se verificava

em relação à alguns políticos “conservadores”, como no caso dos políticos do PFL. Realmente, os partidos “conservadores” não obtiveram bons resultados nas eleições municipais de 1985, as primeiras realizadas sob o novo regime, e nas eleições gerais de 1986 para o Congresso Nacional, Governadores e Assembléias Estaduais. Entretanto, após 1986 parece ter havido uma renovação e os partidos “conservadores” melhoraram significativamente seu desempenho eleitoral. Durante o período de 1982 a 1998, os partidos “conservadores” conquistaram, na Câmara do Deputados, 36,6% das cadeiras em 1986, 51,2% em 1990, 45,3% em 1994 e 42,3% em 1998, sendo o PFL o maior partido de “direita” na Câmara e no Senado. Ao nível municipal também têm apresentado desempenho satisfatório, os resultados das eleições mostram que os partidos “conservadores” obtiveram mais de 40,0% dos municípios em 1988, 1992 e 1996. Vale acrescentar que dentre estas localidades há um predomínio de pequenos municípios. Nas eleições de 1989 os partidos “conservadores”, como um todo, obtiveram 47,7% dos votos no primeiro turno, no segundo aderiram ao candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, unanimemente, já que este representava a única chance de vencer Lula (PT), o candidato da esquerda. O fato de ser pequena a margem de votos que elegeu Fernando Collor de Mello em 1989, explica um pouco o comportamento da “direita”, quando em 1993-1994 as elites “conservadoras” se aliaram à figura do moderado social-democrata Fernando Henrique Cardoso a fim de impedir a vitória da candidatura de Lula do PT. O candidato aliado da “direita” venceu e levou consigo, para o governo, vários veteranos da liderança da ARENA/PDS (atual PPB). Estes dados²⁴ vêm confirmar que seria um erro interpretar os 11,2% dos votos

²⁴ “Os resultados eleitorais dos partidos conservadores subestimam o desempenho dos políticos conservadores. Nenhum dos partidos conservadores tem uma importante facção de centro ou de centro-esquerda, mas desde 1985 o PMDB tem incorporado uma grande ala conservadora que inclui vários políticos de origem arenista. Como resultado desta assimetria, há no Congresso mais políticos conservadores do que membros de partidos conservadores. O sucesso eleitoral dos partidos e políticos conservadores é a chave para entender a política

obtidos pelos partidos “conservadores” em 1994 e os 3,8% em 1998 como derrotas eleitorais. Apesar do partido vencedor das duas últimas eleições presidenciais ser o PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira)²⁵, o PFL ficou com a vice-presidência²⁶, importantes ministérios e postos governamentais, o que, somado às políticas econômicas, refletem o caráter deste governo de coalizão com os partidos “conservadores”. Isso sem destacar o fato de que as suas políticas econômicas, em particular, no que diz respeito às privatizações e ao enxugamento do Estado, são muito similares às iniciativas do ex-presidente Fernando Collor de Mello.

Com relação às bases sociais que formam a representação “conservadora” no período mais recente (1985-1998), podemos dizer, a partir dos dados, que se apresentam em maior número nas pequenas cidades, nas regiões menos desenvolvidas e em uma faixa etária de população adulta. Os principais partidos “conservadores” parecem ter bases sociais regionalmente estabelecidas. As bases sociais do PFL concentram-se fortemente na região nordeste²⁷, dado que pode ser observado em todo o período pós-1985. O PPB (ARENA/PDS/PPR) apresenta proporções semelhantes nas regiões devido à herança da organização nacional constituída durante o sistema

brasileira no período pós-1985. Em decorrência do seu êxito nas eleições, os conservadores têm sempre integrado a coalizão governante ao nível nacional, e usam este poder para conformar as políticas implementadas. As elites conservadoras (das quais a ampla maioria apoiou o golpe de 1964) percorreram as recentes transições políticas com sucesso e não foram desalojadas das posições de poder efetivo.” Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 53.

²⁵ Apoiado por cinco partidos “conservadores” o PSDB de Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições com 53,1% dos votos.

²⁶ Marco Maciel, vice-presidente, que pertence ao PFL, havia sido uma importante liderança da ARENA/PDS sob o regime autoritário.

²⁷ Um dos fatores que contribuíram para essa concentração regional do PFL está relacionada à própria origem do partido a partir da cisão do PDS em 1985, por ocasião da eleição indireta para presidente, em que grande parte do partido, sobretudo os quadros nordestinos, romperam com a liderança paulista de Paulo Maluf. Meneguello: 1998, p. 10.

bipartidário. Houve, entretanto, um predomínio do partido na região nordeste em 1986 e na região sul em 1990. A maior concentração do PTB e de seu apelo trabalhista “conservador” pode ser verificado na região sudeste (Meneguello: 1998 b, p. 10).

Em relação às características socioeconômicas de suas bases sociais, os partidos “conservadores”, ao lado do PDT e do PMDB, concentram a maioria da população de baixa escolaridade. A pobreza regionalmente concentrada também se expressa nos partidos “conservadores”, nas bases do PFL e PPB (PPR/PDS/ARENA)²⁸. Ou seja, as bases sociais dos dois maiores partidos “conservadores” são caracterizadas pelos baixos índices de escolaridade e pela pobreza.

As bases sociais do PRN, que elegeram o presidente em 1989, apresentaram características que, em parte, se assemelham com as bases dos dois maiores partidos “conservadores”. A votação no candidato do PRN foi mais expressiva nos pequenos e médios municípios do interior do país, em especial dos estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste, localidades em que o processo de modernização se dá com maiores dificuldades (Moisés: 1990, p. 139). Entretanto, sua votação foi expressiva também nas regiões mais economicamente desenvolvidas, em áreas metropolitanas e capitais de estado, como nas cidades de São Paulo, Curitiba e Belém. O candidato do PRN foi eleito principalmente pelos setores sociais que constituem a “*exclusão social brasileira*”, ou seja, os mais pobres, semi-alfabetizados e assalariados – os setores não organizados da sociedade civil (Moisés: 1990, p. 146-147). Em outras palavras, em torno da liderança individual de Fernando Collor de Mello e dos partidos “conservadores” que o apoiaram, o então PDS (ARENA/PPR/PPB), PFL, PTB, PDC, PL e

²⁸ Dados referentes a 1989 e 1994. “Em 1989, esses três partidos (PDS/PPR, PFL, PMDB) concentram 84,8% dos indivíduos pobres com alguma identificação partidária; em 1994, essa concentração cai para 58,8%, mesmo assim, é no Nordeste que se observa o predomínio das bases pobres nesses partidos.” Idem, p. 14.

setores do PMDB, formou-se uma aliança entre os setores da elite (estratos médios e frações dos estratos de maior renda) e um contingente expressivo de assalariados, não-assalariados e parcelas das classes médias tradicionais.

Outra característica das bases sociais dos partidos “conservadores” e dos seus eleitores identificados, diz respeito às diferenças existentes entre as agremiações. De um lado está o extinto PRN cujos simpatizantes eram mais pobres, de baixo nível educacional, de municípios pequenos e da região nordeste. De outro, poderíamos apontar os eleitores simpatizantes do PL que, inicialmente, caracterizavam-se por pertencer às camadas sociais mais favorecidas com um maior grau de escolaridade e provenientes das grandes cidades e das regiões sudeste e sul. Em meados dos anos noventa, o PL passou a contar, entre os seus simpatizantes, com grupos evangélicos, portadores de uma agenda política específica com temas religiosos e “conservadores”. O PFL tem seus eleitores simpatizantes localizados mais próximo da caracterização do extinto PRN. A essas diferenças entre PL, PRN e PFL correspondem outras referentes ao discurso político. Enquanto o PL se destaca em uma linha mais coerente e intelectualizada e com estilo político mais refinado e, mais recentemente, por defender temas conservantistas, moralistas da agenda político-religiosa, o PRN e o PFL, tem um discurso popular, quase demagógico e um estilo populista. Desse modo, Mainwaring, Meneguello e Power afirmam que o conservadorismo contemporâneo brasileiro apresenta duas faces, uma mais popular, clientelista e personalista, com um discurso moralista voltado para os setores de baixa renda e de menor escolaridade e outra desproporcionalmente elitista e mais programática. Essa distância entre versões diferentes do conservadorismo popular e de elite não é dos tempos atuais, destacam esses autores, a UDN era mais embasada na elite enquanto que o PSD era mais

popular. “Na maior parte do período contemporâneo, a divisão entre as vertentes populista e elitista se reflete mais nos políticos e não nos partidos, apesar de alguns partidos menores representarem exceções, como o caso do PL ou do PPB.” (Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 84).

Considerações finais do capítulo 1

Embora os partidos “conservadores” tenham sofrido uma tendência linear declinante nos períodos entre 1946-1962 e 1970-1982 (Soares: 1984, p. 48-49), o período pós-85 traz resultados político-eleitorais positivos para estes partidos (Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 48-52). Segundo Middlebrook, o sucesso eleitoral dos partidos “conservadores” brasileiros se deve, principalmente, à sua contínua habilidade de mobilizar bases heterogêneas de apoio através de redes de patronagem e outros referenciais tradicionais. Ao contrário do que se observa em outros países na América Latina, como no Chile e em El Salvador, a experiência das forças “conservadoras” no período pós-transição no Brasil, o seu sucesso eleitoral na democracia, não foi baseado no desenvolvimento de uma forte organização partidária

nacional²⁹. A despeito de sua baixa disciplina e fidelidade partidária, os partidos “conservadores” têm mantido razoável consistência e posições políticas claramente identificáveis em questões públicas chaves nos anos oitenta e noventa. Como na Argentina e no Peru, a influência dos políticos “conservadores” no Brasil durante os anos noventa refletiu, em parte, a ideologia e a dominância política de uma agenda programática pró-mercado. Os partidos “conservadores” brasileiros, em sua maioria, dependentes dos recursos de patronagem para o sustento de suas bases sociais, foram abraçando lentamente a agenda política que incluía reformas administrativas e no setor público financeiro, a privatização de empresas nacionais, a abertura de mercado e o aumento de oportunidades de investimentos para o capital estrangeiro. E o envolvimento desses partidos em coalizões políticas pró-mercado conduzidas por Fernando Collor de Mello (1990-1992) e por Fernando Henrique Cardoso (1995-2001) foram instrumentais para a quebra do estigma associado ao passado de apoio ao regime autoritário. Defendendo a prosperidade através das medidas pró-mercado, os partidos “conservadores” deixaram as posições consideradas retrógradas. O sucesso da agenda política dos “conservadores” e sua contínua representação de alto nível no governo nacional contribuíram para as elites econômicas e sociais apoiarem a ordem democrática do Brasil pós-1985 (Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 35). Dessa forma, nos últimos anos os partidos “conservadores” parecem estar ainda mais fortalecidos, seus candidatos aliados venceram as três últimas eleições presidenciais e os partidos de centro cada vez mais se direcionam para o pólo da “direita”.

Assim, retomando a questão central do trabalho, o comportamento

²⁹ E, mesmo em um sistema partidário historicamente caracterizado por um significativo grau de fragmentação, os partidos “conservadores” no Brasil pós-1985 se destacaram devido à sua dispersão organizacional e à baixa disciplina partidária. Middlebrook: 2000, p. 19.

político das bases partidárias “conservadoras”, a partir da trajetória dos partidos “conservadores” nesse período (1945-2000), podemos destacar alguns elementos. Verificamos inicialmente que as bases “conservadoras” do PSD e da UDN localizavam-se nas áreas pouco desenvolvidas economicamente, entre a população mais pobre e pouco escolarizada. Essas características foram mudando com a inserção da UDN nas grandes cidades. Suas bases sociais passaram a ser constituídas pelas classes médias urbanas, que compartilhavam com o partido os valores moralistas e “conservadores”. Durante o regime autoritário, como resultado da herança dos partidos “conservadores” do período anterior, as bases sociais da ARENA apresentavam características similares. No período pós-85, assim como na década de 40 e 50, as bases sociais “conservadoras” concentram-se nas áreas pouco desenvolvidas e entre a população mais pobre e pouco escolarizada, mas também se localizam nos grandes centros urbanos entre a população escolarizada e de maior renda e entre os mais pobres e pouco escolarizados, como é o caso das bases sociais do PPB (ARENA/PDS/PPR) na cidade de São Paulo. E como as bases udenistas da década de cinquenta, as bases sociais “conservadoras” contemporâneas têm apresentado uma significativa receptividade às propostas e aos valores defendidos pelos seus partidos políticos, como podemos verificar entre os eleitores janistas e malufistas na capital paulistana.

Capítulo 2 – Referenciais Teóricos: As Abordagens Socioeconômica, Culturalista e o “Conservadorismo”.

Introdução

Neste capítulo, apresentamos o modelo teórico que fundamenta nossas hipóteses e que orientou o desenvolvimento da pesquisa. O capítulo será dividido em três partes; na primeira parte, apresentamos a abordagem socioeconômica que orienta os estudos do comportamento político que privilegiam a explicação das escolhas políticas através dos fatores socioeconômicos. A abordagem culturalista, que destaca os elementos da cultura política na explicação do comportamento político, será apresentada na segunda parte. Encerramos o capítulo com uma discussão acerca dos elementos que definem ou que caracterizam o fenômeno da revitalização da “direita”, com o objetivo de buscar alguns referenciais para explicar o comportamento político “conservador” nas capitais pesquisadas, São Paulo, Porto Alegre e Salvador.

Abordagem Socioeconômica

Para o caso brasileiro, devemos tomar o estudo do comportamento político considerando os condicionamentos estruturais e, nesse sentido, ter o contexto regional como um dos cortes centrais na análise das diferenças históricas

socioeconômicas de desenvolvimento, pois é sobre esse quadro heterogêneo e desigual que se desenvolvem os processos sociais e político-eleitorais.

A industrialização, a urbanização e os processos sociais e econômicos decorrentes de suas transformações são elementos centrais para o entendimento das divisões da política partidária e têm grande impacto no comportamento político (Soares: 1973, 1998; Lamounier: 1978a, 1978b, 1980). A utilização das explicações estruturais em uma perspectiva histórica permite discernir mudanças e avaliar tendências. O surgimento dos partidos políticos de massa, na década de quarenta, bem como a formação de suas bases sociais estão estreitamente relacionados à instalação desses processos, pois criaram novas forças sociais, mudando a correlação de forças políticas entre os setores sociais. A política nacional passou a ser definida, em boa parte, em função dos interesses oriundos dessa realidade social. As significativas mudanças na estrutura econômica brasileira que transformaram as suas características de agrícola para industrial não incidiram da mesma forma no país como um todo, provocando um crescimento desigual e um desequilíbrio entre as regiões. Algumas regiões desenvolveram-se rapidamente e outras foram relegadas à pobreza, de modo que alguns autores se referiram à idéia da existência de um Brasil desenvolvido, representado pela região sudeste e sul e o Brasil subdesenvolvido, representado pelo Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Soares, 1973; Meneguello, 1998b). Essas desigualdades de desenvolvimento econômico entre as regiões são traduzidas em diferenças na equação política brasileira (Ames, 1994). Enquanto as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, compostas por estados pobres, em sua maioria, são dominadas por chefes políticos e parlamentares “conservadores”, a região Sudeste e Sul detêm os grandes redutos da esquerda e centro-esquerda e as disputas eleitorais mais competitivas. Ainda que possamos observar alguma redução das desigualdades de

renda nestas regiões e localidades nas últimas duas décadas, São Paulo, o estado mais rico do país, apresenta uma renda *per capita* seis vezes maior do que o estado mais pobre, Piauí. Essas desigualdades econômicas implicam em diferenças políticas significativas entre essas regiões, que podem ser observadas também entre as bases sociais dos partidos políticos (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000).

A divisão urbano-rural é uma importante clivagem explicativa da política nacional. Duas importantes questões estão relacionadas a essa clivagem, a questão política-econômica, que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social das localidades e à transformação desses recursos, e a questão política-eleitoral, a qual concerne às diferenciações de apelo político que passam a existir a partir da década de quarenta, quando os partidos políticos dividiram sua penetração nas áreas urbana e rural. Soares (1973) destaca a presença de uma tendência política, que, de maneira geral, ainda pode ser observada, segundo a qual o voto urbano está relacionado à política de massas urbanas e ao apoio aos partidos políticos reformistas e progressistas e o voto rural está associado aos partidos “conservadores”. Trabalhos recentes têm mostrado a penetração de partidos de esquerda em localidades menos desenvolvidas, como é o caso do PT e do PSDB em regiões pobres (Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 58), mas o crescimento desses partidos nessas localidades ainda não revertem a tendência apresentada acima.

Outra importante clivagem, nesse sentido, é o tamanho do município, o qual é apontado como a clivagem que mais influencia as tendências de identificação partidária “conservadora” do eleitorado, reforçando a idéia de que a dimensão regional e o padrão de desenvolvimento socioeconômico desigual são fatores decisivos na formação das bases de sustentação dos partidos políticos (Meneguello, 1998b). Desde

o período democrático de 1945-1964, os partidos “conservadores” já apresentavam melhor desempenho nos pequenos municípios e nas regiões menos desenvolvidas. Pesquisas posteriores demonstraram que a ARENA/PDS manteve esse perfil no período seguinte (1966-1982)³⁰. Os pequenos municípios e as regiões menos desenvolvidas são localidades em que os mecanismos clientelistas tradicionais exercem maior influência³¹. Os estudos de comportamento político e eleitoral realizados no período a partir de 1985, confirmam a associação entre a urbanização e o voto progressista, o que, segundo Meneguello (1998b), vem reiterar os posicionamentos observados no espectro ideológico como expressão da divisão urbano-rural.

A complexidade da estrutura socioeconômica e a diversidade sociocultural formam um quadro social marcado pela pluralidade de interesses, culturas e valores estabelecidos territorialmente, de modo que a observação dos processos políticos deve considerar a distribuição espacial³². Nesse sentido, a pobreza

³⁰ “ (...) o núcleo de inconformismo no panorama político brasileiro da atualidade está representado sobretudo pelos pólos dinâmicos e modernos da vida brasileira correspondentes às regiões urbanizadas, industrializadas e em expansão, nas quais se concentram grandes contingentes populacionais, enquanto os padrões que tradicionalmente caracterizam a estrutura clientelística de nossa vida política seguem em operação nos municípios do interior e nas regiões mais atrasadas, fazendo destas o reduto principal em que podem pretender eficácia os mecanismos propagandísticos e de controle à disposição do regime.” Reis: 1978, p. 217.

³¹ Mainwaring, Meneguello e Power explicam que os políticos de direita dependem muito mais do clientelismo do que os da esquerda: “não surpreende que eles sejam mais votados em municípios menores e nas áreas pobres. Além disso, os municípios pequenos tendem a ter um menor grau de associativismo entre as classes populares. As organizações, como os sindicatos e as associações de bairros, são fatores-chave para cultivar na população o interesse político e a formação de identidades políticas. A rede mais fraca de organizações populares que se observa nos municípios menores e nas regiões subdesenvolvidas significa uma penetração mais débil dos partidos de esquerda e maiores oportunidades para os conservadores. Não é coincidência que nas regiões onde os conservadores têm seu melhor desempenho observa-se uma democracia menos profunda. As regiões pobres e os pequenos municípios caracterizam-se pela dominação do clientelismo e patrimonialismo, bem como por uma frágil legalidade.” Mainwaring, Meneguello e Power: 2000, p. 65.

³² Como destacou Iná Elias de Castro, “o regionalismo é um conceito eminentemente político, vinculado porém, aos interesses territoriais. Desse modo, as interpretações e análises do regionalismo referenciam-se conceitualmente tanto ao tema da participação política como ao da organização espacial. Em termos objetivos, o regionalismo constitui a expressão das relações políticas entre as regiões ou destas com o poder central, sempre que nessas relações haja opressão política, econômica ou cultural. Assim, tanto a intervenção e manipulação políticas, como a base territorial compõem as duas dimensões fundamentais do regionalismo.” Castro: 1989, p. 393.

pode se apresentar como um problema urbano, mas também como um problema rural de traços regionais. Há, assim, duas grandes áreas de concentração de pobreza, uma metropolitana, em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo e uma na região nordeste. Nessas localidades verificamos grandes diferenças quantitativas e qualitativas nos indicadores econômicos e de isolamento social em que se destacam as altas taxas de analfabetismo e o baixo índice ou a ausência de acesso aos bens culturais (Meneguello, 1998b).

Os estudos de sociologia política privilegiam a análise sociológica dos condicionantes do comportamento político e tentam compreender o processo pelo qual se efetiva a agregação de uma multiplicidade de escolhas individuais em um processo de decisões coletivas (Lima Jr., 1978). Nesse sentido, é pioneiro o trabalho de Aziz Simão (1956) que, a partir dos dados eleitorais, de 1945 a 1947, da cidade de São Paulo revelou a existência da associação entre o posicionamento socioeconômico e o voto no início do período 1946-1964. Reis e Machado utilizaram o modelo da centralidade como esquema interpretativo para o entendimento da relação causal entre a intensidade da participação política apresentada pelas pessoas e o grau de "centralidade" de sua posição social,

"o grau em que se revelam, tanto objetiva como subjetivamente, próximos ou integrados ao "núcleo" do sistema social geral em decorrência da posição ocupada numa série de variáveis, destacando-se a posição de classe ou o status socioeconômico (a dimensão "vertical" da centralidade) e a experiência urbana (sua dimensão "horizontal"): quanto mais alta a posição de classe e quanto maior a integração na vida das cidades, com sua contrapartida de alargamento do horizonte intelectual-psicológico e de maior exposição a informações de todo tipo, tanto maior a participação política" (Reis e Machado: 1992, p. 89).

O sentimento subjetivo de pertencer a uma classe social é apontado como outro aspecto da estrutura social que tem se apresentado bastante relevante para a compreensão do comportamento político: *“pode ocorrer que indivíduos que compartilham uma mesma situação socioeconômica objetiva se vejam como membros de classes sociais inteiramente diversas.”*³³. A diluição das clivagens socioeconômicas é um dos mecanismos clássicos utilizados nos confrontos eleitorais³⁴, uma das estratégias utilizadas por candidatos que não desejam apresentar plataformas definidas, mas têm a intenção de utilizar a técnica de compartilhar anseios difusos sem especificar as soluções para os problemas, e muito menos indicar como os custos dessas soluções serão socialmente distribuídos.

A partir do modelo interpretativo da centralidade que combina os elementos característicos do *status* socioeconômico e sua articulação com o mundo da política com a experiência urbana, Reis e Machado desenham dois perfis de comportamento político, um relativo aos setores populares e outro que diz respeito às categorias sociais economicamente mais favorecidas. Segundo os autores, os setores populares tendem a apresentar formas de comportamento político heterogêneas e até mesmo contrastantes. Esses setores são considerados como a categoria que sofre mais diretamente os efeitos da condição marginal ou periférica. São também os setores populares que mais sentem os impactos da alteração nessa condição periférica ou marginal provocada pelos processos oriundos da urbanização e industrialização. O

³³ Identificações como classe rica, classe média alta, classe média baixa, classe trabalhadora e classe operária podem sugerir *“a existência de diferentes referências ou identidades subjetivas, as quais possivelmente têm algo a ver com o comportamento eleitoral”*. Por exemplo, como ocorreu com o PTB que, na era varguista era visto como o “o partido dos trabalhadores” e com o MDB que, durante a ditadura, foi apontado pelos eleitores como “o partido dos pobres”. Lamounier; 1978a.

³⁴ Destacamos como exemplo dessa neutralização das clivagens socioeconômicas a situação analisada na pesquisa realizada em Presidente Prudente em 1976 por Bolívar Lamounier em Lamounier,1978a.

impacto dessas transformações incidem nas disposições desses setores de participar politicamente. E, dependendo da área, rural ou urbana, esses setores populares podem apresentar inclinações acentuadamente “conservadoras”, marcadas por hábitos de deferência, assim como também podem apresentar outras inclinações, inconformistas e reivindicantes. Já os membros das categorias sociais economicamente favorecidas, em decorrência de sua posição social, podem manifestar maior grau de consciência de classe em seu comportamento político, mostrar percepção mais refinada do universo político e estabelecer correspondência coerente entre a sua visão de mundo ou perspectiva sociopolítica e os posicionamentos com relação ao debate político de uma dada situação, assim como também podem estruturar os elementos da perspectiva sociopolítica própria e as opções eleitorais partidárias³⁵.

O processo de formação de representações diferenciadas com coerência, a aquisição de um repertório de informações políticas e a participação política mantém uma certa relação com a estratificação educacional da sociedade. Não obstante, a correlação entre nível de instrução e posse de informações políticas exista, está longe de ser perfeita, como já foi comprovado pelas pesquisas realizadas em São Paulo na década de setenta³⁶. A escassez de informações políticas não se registra somente entre

³⁵ Reis e Machado, 1992. A combinação dos indicadores socioeconômicos com a experiência urbana é bastante corrente na análise do comportamento político eleitoral. Lamounier destaca que a consideração isolada de cada um dos indicadores socioeconômicos, renda, escolaridade, idade, *embora justificável pelo interesse na análise do comportamento político das categorias assim definidas, tende a “enfraquecer” artificialmente a relação entre preferência partidária e nível socioeconômico*. Mas, esses dados apontam, no entanto, um outro aspecto substantivo que é o significado sociocultural do lugar de residência, que combina as características socioeconômicas de renda e escolaridade e também a experiência urbana e a posição de centralidade nela. “Qualificações e mediações dessa ordem permitem conjecturar que indivíduos que compartilham os mesmos níveis *objetivos* de renda ou de escolaridade se distinguem na disposição em aplicar a si mesmos a designação de “pobres” ou de “povo”. Designações socioculturais desse tipo podem estar mais fortemente associadas ao lugar de residência, ao bairro como objeto de uma representação global difusa, do que aos atributos diferenciados que se medem através da renda ou dos anos de instrução formal”. Lamounier, 1980.

³⁶ Pesquisa realizada por Lamounier em novembro de 1974. Lamounier, 1978b.

os estratos baixos da sociedade, e essa ausência de informações políticas também não é incompatível com a formação de opiniões sobre os temas presentes nas campanhas.

“Em vez de aceitar a noção elitista de que nos estratos inferiores da sociedade prevalecem, quanto muito, representações caóticas dos processos e alternativas políticas, parece preferível supor que existem distintos mecanismos em operação. É bastante provável que os indivíduos menos envolvidos ou menos informados formem suas opiniões a partir de imagens mais condensadas e, neste sentido, mais “simbólicas” (Lamounier: 1978a, p. 35).

Nesse sentido, também registramos o esforço de Soares (2000), em um recente trabalho de análise do comportamento político eleitoral, por ocasião das últimas eleições para governador no Distrito Federal, em que o autor chama a atenção para um preconceito, bastante difundido, segundo o qual os eleitores são irracionais ou não sabem votar. A pesquisa realizada em Brasília revelou dados importantes, que o eleitorado analisa e avalia os candidatos a partir de uma plataforma diversificada e que a população brasiliense tem um alto grau de coerência entre a avaliação das políticas públicas e a intenção de voto, indo contra as descobertas das pesquisas realizadas nesta área.

“O mito da irracionalidade às vezes é circunscrito aos analfabetos, às vezes refere-se, mais amplamente, aos eleitores menos educados. Em resposta à pergunta “como funciona a organização das crenças e avaliações do desempenho na cabeça dos eleitores?”, vemos que há vários preconceitos de classe associados com visões estereotipadas a respeito dos eleitores menos instruídos, com menos educação formal. Um deles, o mais comum, supõe que a intenção de voto dos menos educados seja “menos racional”. Este preconceito está presente tanto nos vanguardistas de esquerda quanto nos arautos do regime militar. A escolha política eleitoral, dessa perspectiva, seria fundamentada em fatores personalistas e não em fatores racionais, derivados dos interesses dos eleitores.” (Soares: 2000, p. 15).

É tendo em vista que o processo de formação das preferências e escolhas

políticas não se restringem aos fatores socioeconômicos, mas também diz respeito às imagens mais condensadas e simbólicas que os indivíduos tomam a partir da sua experiência sociocultural, que procuraremos apreender o sistema de crenças e valores subjacentes ao comportamento político. O próximo item deste capítulo procurará destacar as contribuições da abordagem teórica culturalista neste sentido.

Abordagem Culturalista

Uma explicação baseada na abordagem culturalista apresenta uma longa e complexa corrente de explicações causais que envolve experiências históricas e focaliza grupos. Essas experiências são transmitidas aos indivíduos via socialização. São essas experiências adquiridas ao longo da vida social que levam uma resposta particular a um conjunto corrente de circunstâncias políticas (Whitefield, 1999).

Segundo Eckstein (1988), o critério ou o modo de avaliação da teoria culturalista é o postulado da ação orientada, segundo o qual os atores não respondem diretamente às situações mas respondem através de “orientações mediadas”. Essas orientações são disposições gerais dos atores para agir de certas maneiras em conjuntos de situações. Tais disposições gerais moldam ou modelam as ações. Segundo Eckstein, a idéia de “orientações para ação” segue um modelo particular psicológico de estímulo resposta, não o simples modelo comportamentalista em que nada subjetivo intervém entre a experiência das situações e as respostas para a ação, mas modelos mediacionais em que as respostas para os estímulos são consideradas resultados da experiência das situações objetivas e do processo de experiência

subjetiva dos atores. Eckstein, citando Pye e Verba (1965)³⁷, destaca que as orientações possuem três componentes: os elementos cognitivos, os elementos afetivos e os elementos avaliativos. Os elementos cognitivos decodificam experiências, dando significados, os elementos afetivos investem conhecimento com sentimentos que movem os atores para a ação e os elementos avaliativos que fornecem objetivos em cuja direção atores se movem para agir.

Eckstein apresenta o segundo postulado da teoria culturalista sem o qual, acrescenta o autor, o primeiro postulado, o da ação orientada, seria vazio de significado. Esse outro postulado é apresentado como o postulado da variabilidade orientacional, segundo o qual, as orientações variam e não são meras reflexões subjetivas das condições objetivas. Ou seja, as orientações não são simplesmente reflexões subjetivas das variações das situações objetivas, e as condições variáveis através das quais as orientações são formadas devem elas mesmas ser culturais. As orientações não são adquiridas de forma automática, elas são aprendidas a partir da experiência social. Dessa forma,

“um postulado da socialização cultural deve se sustentar se o primeiro e o segundo pressupostos se sustentam: orientações são aprendidas através da agência de “socializadores” externos. O repertório de cognições, sentimentos e esquemas de avaliação que processam as experiências nas ações devem ser comunicados pelos transmissores socializados de cultura. O processo pode ser direto, por “professores” que são atores culturalmente variáveis; ou pode ocorrer indiretamente, simplesmente através da experiência das variáveis culturais.” (Eckstein: 1988, p. 791).

Um dos elementos mais importantes e que distingue a abordagem culturalista das outras abordagens teóricas é o postulado da socialização cumulativa.

³⁷ PYE, Lucian W., and VERBA, Sidney, (1965) *Political Culture and Political Development*. Princeton: Princeton

A socialização cumulativa é um processo em que o aprendizado se dá continuamente durante toda a vida. Nesse processo, o aprendizado inicial serve como um filtro para o aprendizado final. Existe uma tendência segundo a qual os “pedaços” e “peças” dos aprendizados cognitivos, afetivos e avaliativos, adquiridos durante toda a vida, formam um todo coerente e consistente. Como destaca Eckstein, a familiarização cultural processa a experiência na ação através das predisposições cognitivas gerais, afetivas e avaliativas. E os padrões de tais predisposições variam de sociedade para sociedade, de segmento social para segmento social, eles não variam por causa de situações ou estruturas objetivas sociais mas variam por causa do aprendizado culturalmente determinado (Eckstein: 1988, p. 791). O conteúdo da cultura ou aprendizado cultural é a premissa básica para a ação, é o pressuposto que orienta a ação no mundo. A expectativa de continuidade cultural em orientações agregadas e individuais partem do pressuposto de que orientações não são reflexos superestruturais de estruturas objetivas, mas que elas mesmas investem estruturas e comportamentos com significado cognitivo e normativo. A continuidade cultural parte também do pressuposto de que as orientações são formadas através do processo de socialização.

Como um componente na explicação do fenômeno político, a cultura política deve ser tomada primeiramente como propriedade de uma coletividade, que pode ser uma nação, região, classe, comunidade étnica, organização formal, partido ou qualquer outra coletividade. Podemos dizer que indivíduos têm crenças, valores e atitudes, mas não podemos afirmar que eles têm cultura, pois trata-se de algo que é coletivo (Elkins e Simeon, 1979).

Elkins e Simeon destacam a distinção entre a cultura política como uma categoria descritiva e como uma explicação. Como categoria descritiva de uma coletividade, a cultura política acarreta somente que o grupo exiba uma dada variedade e distribuição de pressupostos sobre a vida política. Por outro lado, as explicações culturais utilizam estas informações em conjunção com as características estruturais para descrever as diferenças entre coletividades sobre certas variedades dependentes. O uso da cultura política para explicações deve ser sempre comparativo (Elkins e Simeon: 1979, p. 140).

Assim, para considerarmos o conceito de cultura política como explicação, devemos ter em mente algumas restrições. A primeira delas, como já nos referimos acima, é o fato de que deve ser tomada como uma propriedade coletiva de grupos. De modo que a cultura política possa explicar as diferenças entre os grupos no que diz respeito à variedade de opções consideradas por determinado grupo ou população na decisão sobre o curso da ação. Uma outra restrição reside no fato de que a cultura política é uma explicação de “segunda ordem”, ou seja, ela é aplicada, ou somente depois que as explicações institucionais e estruturais tenham sido excluídas, ou em conjunção com essas explicações. Pois os fatores e as características estruturais e institucionais³⁸ podem se mostrar importantes “portadores culturais”, mas sozinhos não constituem explicações culturais. A causalidade, neste sentido, trabalha em ambos caminhos, as atitudes influenciam as estruturas e comportamentos e as estruturas, por sua vez, influenciam as atitudes (Whitefield e Evans: 1999, p. 130). A terceira restrição, segundo Elkins e Simeon, consiste em que as suposições implícitas

³⁸ A cultura política está apta a ajudar a explicar certas características das instituições políticas, pois as suposições culturais podem ter um papel especial na operação delas. Assim, o dado cultural pode ser frutífero em predizer os efeitos das mudanças institucionais e organizacionais. O comportamento institucionalizado nada mais é que um

são reconhecidas e constituem, em grande parte uma tela perceptiva inconsciente que determina como se vê ou se compreende uma situação.

A lógica da explicação cultural segue algumas condições. A explicação cultural deve explicar variações e diferenças entre grupos, pois, por definição, todo grupo com unidade se divide na cultura. Em um estudo sobre o comportamento cultural de uma nação, por exemplo, é necessário que esta se divida em grupos subnacionais para que a comparação possa ser realizada. Uma outra condição é a de que essas comparações entre nações ou entre grupos subnacionais se dêem no tempo. Dessa forma, as mudanças na variedade de suposições básicas entre um período e o próximo ajudam a relatar outras mudanças políticas. A cultura política como explicação raramente é direta e geralmente não opera sozinha, mas em conjunção com outras variáveis. Em grande parte porque a cultura política é definida por uma variedade de suposições encontradas na sociedade. Portanto, não podemos inferir ou prever diretamente de uma suposição cultural para uma atitude individual ou decisão coletiva. *“As suposições culturais fornecem as lentes através das quais essas forças políticas mais próximas são avaliadas, elas influenciam o tipo de interpretação que será colocada sobre as forças políticas, mas sozinhas elas não podem descrever os resultados.”* (Elkins e Simeon: 1979, p. 135).

Desta perspectiva, podemos dizer que, explicar uma ação individual ou respostas políticas em termos de cultura política, implica em reconhecer que preferências derivam de orientações normativas aprendidas principalmente, mas não exclusivamente, no ambiente social da família e em outras instituições de socialização que são sujeitas à continuidade relativa no tempo. A ênfase da explicação culturalista

é localizada sobre a divisão dos valores, das crenças e das preferências na esfera política que tem sido moldada pela compreensão histórica comum. Assim, o termo *cultura política* pode ser definido como “*a percepção subjetiva da história e da política, as crenças e os valores fundamentais, o foco da identificação e da lealdade, e o conhecimento político e as expectativas que são produto da experiência histórica específica das nações e grupos*”³⁹.

É com o objetivo de entender como se formam as preferências políticas e como se dá o processo de estruturação das crenças e dos valores que estão por trás dessas preferências que recorreremos ao clássico trabalho de Converse (1964). Converse define sistemas de crenças como uma “*configuração de idéias e atitudes em que os elementos se mantêm juntos, se relacionam por alguma forma de estruturação ou interdependência funcional*” (Converse, 1964)⁴⁰. Segundo o autor, essa estruturação tem dois aspectos. Um estático, que é a capacidade de poder predizer algo a partir de um determinado conhecimento inicial de um indivíduo que exibe uma atitude específica, que, a partir do conhecimento dessa atitude, poderíamos supor que ele exibiria certas outras atitudes e ou idéias. E dinamicamente, estruturação ou interdependência diz respeito à “*probabilidade de que uma mudança do status percebido de um elemento ideal requeira psicologicamente, do ponto de vista do ator, alguma mudança compensadora no status de elementos ideais em outro ponto da configuração total.*” (Converse, 1964).

Os elementos ideais e os próprios sistemas de crenças podem ser

³⁹ BROWN, Archie, “Introduction” in A. H. Brown and J. Gray, eds. (1977), *Political Culture and Political Change in Communist States*. London: Macmillan, p. 1. Conforme citado por Whitefield e Evans, 1999.

⁴⁰ Tradução de Plínio Dentzien.

caracterizados em termos de muitas outras dimensões, destaca Converse. Os elementos ideais dentro de um sistema de crenças variam em uma propriedade – a centralidade – conforme o papel que desempenham no sistema de crenças como um todo. Ou seja, quando uma nova informação altera o *status* de um elemento ideal em um sistema de crenças, por postulação, devem ocorrer outras mudanças. O autor dá um exemplo de uma pessoa que é favorável a uma certa política e inclina-se a um partido político e reconhece, com satisfação, que a postura do partido com relação à questão e a sua postura, em relação à mesma questão, são congruentes. Quando o partido político muda de posição em relação à questão e o ator fica sabendo dessa mudança, ele tem diversas escolhas, duas das mais importantes envolvem uma mudança de atitude em relação ao partido ou uma mudança de atitude em relação à questão. Assim, o elemento mais propenso a mudar é definido como o menos central no sistema de crenças, do que o elemento que tem sua estabilidade assegurada apesar da mudança.

As fontes de estruturação dos elementos ideais são sociais e as combinações desses elementos ocorrem historicamente. Certas posturas tendem a co-ocorrer e essa co-ocorrência tem raízes na configuração de interesses e informações que caracterizam certos nichos na estrutura social. Existem dois tipos de fontes sociais, no primeiro tipo, os elementos ideais vão juntos não simplesmente porque ambos interessam a alguém com um *status* particular, mas por razões mais abstratas e quase lógicas que são também desenvolvidas a partir de uma visão de mundo coerente. Esse tipo de estruturação é o que mais se aproxima do significado clássico de ideologia. O segundo tipo reside em dois simples fatos, a criação e a difusão dos sistemas de crenças. Toda formulação de sistemas de crenças de qualquer amplitude

em totalidades aparentemente lógicas é um ato de síntese criativa. E, à medida em que os múltiplos elementos ideais de um sistema de crenças são difundidos socialmente, eles tendem a ser difundidos em “pacotes”. Aqueles que recebem esses pacotes, os receptores, tendem a vê-los como totalidades naturais e podem acrescentar inovações pessoais a eles. *“Essa estruturação via difusão é importante pois implica numa dependência da transmissão da informação. Se a informação não é transmitida com sucesso, haverá pouca estruturação, salvo aquela derivada da primeira fonte social.”* (Converse, 1964). É importante distinguir entre os dois níveis de informação, pois esses níveis estão em uma relação escalar entre si⁴¹.

Segundo Converse, se fossemos explorar, junto a essas pessoas, a compreensão do por quê da relação entre as respostas recebidas, a maioria seria incoerente. Assim, o autor resume que o primeiro nível de informação é simples e direto e o segundo nível envolve informação mais complexa e abstrata. A premissa geral de que parte o autor é a de que o primeiro tipo de informação se difunde muito mais rapidamente que o segundo porque é menos complexo. O ordenamento dos indivíduos nessa escala vertical de informação depende, em grande parte, das diferenças em educação, mas também pode ser modificado por diferentes interesses e gostos específicos que o indivíduo adquire ao longo do tempo. Não obstante, a apreensão contextual do sistema padrão de crenças políticas vai desaparecendo à medida em que vai decrescendo o grau de escolaridade dos indivíduos. Assim, com base no que foi destacado por Converse acerca do sistema de crenças e da importância

⁴¹ *“dificilmente se pode chegar a uma compreensão de por que duas idéias vão juntas sem previamente saber que elas supostamente vão juntas. Por outro lado, é fácil saber que duas idéias vão juntas sem, no entanto, saber por que. (...) o que é importante é saber que a correlação percebida não representará, para a maioria das pessoas, mais que um fato da vida, com o mesmo status do fato de que laranjas são cor-de-laranja e a maioria das maçãs são vermelhas.”* Converse, 1964.

da estruturação dos elementos ideais em seu interior, parece que a informação política e o grau de escolarização têm papel significativo nesses sistemas.

“O uso de dimensões básicas de avaliação como o *continuum* liberal-conservador indica uma apreensão contextual da política que permite que um amplo conjunto de elementos ideais mais específicos sejam organizados em totalidades mais solidamente estruturadas. Achamos, ainda, que há muitas conseqüências cruciais dessa organização: com ela, por exemplo, novos fatos políticos têm mais significação, é possível reter informações políticas do passado de forma mais adequada, e o comportamento político se aproxima cada vez mais dos sofisticados modelos “racionais”, que supõem informação relativamente completa.” (Converse, 1964).

A formação das representações simbólicas e a estruturação ideológica e seus desdobramentos no comportamento político foram questões também tratadas por Lamounier e outros autores brasileiros. Lamounier destaca que a grande variação do tipo e do número de informações políticas armazenadas pelos eleitores determina diferenças na sua capacidade de apreensão de novos símbolos, afetando, assim, a dinâmica da estruturação ideológica⁴².

Como foi verificado nas pesquisas desenvolvidas durante a década de setenta no Brasil, é bastante provável que o público menos escolarizado, menos informado ou menos envolvido politicamente forme suas opiniões a partir de imagens mais condensadas e simbólicas. E como destaca Converse, o fato de alguns públicos não desenvolverem pontos de vista globais sobre a política – assim como o cidadão mais envolvido e sofisticado politicamente – ou apresentar sistemas de crenças mais fragmentado ou menos estruturado significa que se deve utilizar estratégias de apreensão diferentes. Um quadro sobre os sistemas de crenças desses públicos, que se

⁴² Lamounier reconhece a importância do grau de instrução para a estruturação do sistema de crenças, mas como já foi aqui destacado, o autor ressalta, assim como Converse, que a correlação entre nível de escolaridade e posse de

pretenda realista, deve considerar as demandas políticas e não excluí-las completamente e nem supor ampla coerência ideológica, deve, sim capturar com fidelidade a fragmentação, estreiteza e diversidade dessas demandas.

Uma das formas em que a estruturação ideológica do comportamento político do eleitorado pode ser discutida é em termos do grau de associação entre atitudes e opiniões a respeito dos temas da campanha eleitoral (Lamounier: 1978a, p. 56). Podemos considerar como ideologicamente estruturada a postura de um indivíduo que aponta como seus alguns posicionamentos defendidos pelo partido político de sua preferência. Converse destaca que a identificação partidária aparece, para o público, em contraste de como aparece para a elite, como um sistema de crenças por si mesmo, relativamente separado de outras questões. *“A política é o fim, e o partido o meio, e os fins são supostamente mais estáveis e centrais aos sistemas de crenças que os meios. O reverso para o público é um caso especial de uma de nossas primeiras generalizações: o partido e a afetividade em relação a ele são mais centrais aos sistemas de crenças políticas do público do que os partidos devem buscar.”* (Converse, 1964).

Existem formas estáveis de consciência social, mas a representação que os eleitores fazem do processo político depende também da atração que os partidos e outras organizações políticas exercem, pois os partidos políticos são também agregadores de interesses e formadores de opinião (Lamounier, 1978a). Como os autores da abordagem culturalista destacaram, os agentes socializadores externos têm importante papel junto ao processo de socialização cumulativa. Através da relação de identificação do indivíduo com o partido político, um dos agentes de socialização, encontramos alguns elementos fundamentais para a compreensão das estruturas

psicológicas subjacentes às correntes de opinião.

Nos últimos anos, no contexto internacional e também no Brasil verificamos um movimento de revitalização da “direita”. As vitórias eleitorais da “direita” e as políticas implementadas por seus políticos vieram acompanhadas de uma retomada dos valores e posicionamentos “conservadores”. No Brasil, essa revitalização da “direita” significou a volta de alguns políticos ao cenário político-eleitoral e também a inserção de alguns novos políticos com uma agenda política de reformas econômicas. Junto a esse sucesso eleitoral da “direita” em algumas das mais importantes cidades brasileiras, verificamos também a retomada de alguns valores tradicionais “conservantistas”, como o moralismo e a aceitação de propostas políticas da agenda econômica neoliberal. Os posicionamentos defendidos pelos principais partidos “conservadores” podem ser detectados também junto aos públicos desses grandes centros⁴³. Assim, dado esse cenário, buscamos alguns referenciais no debate internacional e nacional acerca desse fenômeno da “direita” para orientar o desenvolvimento do nosso trabalho que procura apreender valores e atitudes dos públicos “conservadores” de algumas importantes cidades através dos dados de *surveys*. As duas abordagens teóricas aqui apresentadas e a discussão sobre a reemergência da “direita” formam os referenciais para o desenvolvimento do trabalho. O instrumental oferecido pelas abordagens socioeconômica e culturalista e o debate sobre a “direita” e a retomada dos valores “conservadores” formam o arcabouço a partir do qual realizamos a experiência de tentar traduzir atitudes e posicionamentos dos públicos através de frases e de questionamentos acerca de determinadas posturas.

A “Direita” e o “Conservadorismo”

O objetivo nesta parte do capítulo é buscar alguns referenciais no debate internacional e nacional para a explicação do sucesso político e eleitoral da “direita” e da reemergência dos valores “conservadores” que a acompanham. A partir da discussão apresentada pela bibliografia, buscamos os elementos que definem ou caracterizam esse fenômeno para dar pistas à explicação do comportamento político “conservador” em três grandes capitais brasileiras.

Segundo Hunter (1981), Mouffe (1981), Maira (1981), Cueva (1987), Thérét (1994) e Alves (1999), em meados dos anos setenta, contexto de crise do modelo de desenvolvimento capitalista baseado no Estado de bem-estar social iniciado no pós guerra nos Estados Unidos e em alguns países da Europa Central, verificamos a reemergência do fenômeno da “direita” e, associado a ele, alguns valores do conservadorismo social. Durante a década de quarenta já podia se detectar uma reação ao modelo de recuperação econômica adotado na Europa e nos Estados Unidos baseado na intervenção estatal e na ideologia igualitária promovida pelo Estado. Com os problemas da crise econômica e o esgotamento da capacidade de expansão das instituições do Estado de bem-estar social, surgiram críticas à incapacidade desse modelo de gerir a crise e muitos dos problemas enfrentados por essas sociedades foram relacionados a essa ineficiência. Os críticos, muitas vezes baseados nas idéias de autores como Friedmam e Hayek⁴⁴, enfatizavam que as causas dessa crise econômica e social se encontravam no modelo de desenvolvimento do Estado

⁴³ Como demonstrou os trabalhos de Pierucci e Alves na cidade de São Paulo.

⁴⁴ Uma das idéias defendidas por esses autores, é a de que se deve reduzir ao mínimo os poderes coercitivos do Estado para maximizar o objetivo político mais importante que é a liberdade. Conforme Mouffe, 1981.

intervencionista⁴⁵ que impedia a liberdade de ação do mercado. As críticas também enfatizavam os problemas da crise moral da cultura da dependência criada pelas instituições de promoção do bem-estar social. Os ideais de igualdade e de justiça social foram alvos dessas críticas que acusavam esses ideais de ferirem os princípios da liberdade individual, tão caro a esses críticos. Nesse contexto, emergiam, também nesses países, movimentos sociais ligados à esquerda que reivindicavam a ampliação dos direitos sociais às minorias (movimento de mulheres - feminismo, movimento pelos direitos civis, movimentos que lutavam pelo respeito à diversidade cultural) e que traziam novos temas ao debate político como a questão ecológica-ambiental. Associado a essas críticas ao modelo econômico houve uma retomada dos valores tradicionais em reação às reivindicações dos movimentos sociais e políticos que apresentavam novos temas como a questão da liberalização do aborto, dos direitos iguais para mulheres e para as minorias étnicas e culturais. Valores tradicionais como o respeito à família, o papel da mulher, as virtudes do trabalho e a autoridade eram defendidos frente às ameaças que esses novos movimentos sociais representavam. Assim, podemos dizer que houve uma fusão entre os valores tradicionais e os valores do capitalismo competitivo (Hunter, 1981). Os governos de Ronald Reagan nos Estados Unidos, de Margareth Thatcher na Inglaterra e as vitórias eleitorais da direita nos anos oitenta na Europa Ocidental são exemplos de cenários em que as forças da “direita”, organizadas em diferentes formas, grupos ou partidos políticos, atuaram colocando em prática algumas dessas idéias.

Esse fenômeno da revitalização da “direita” apresentou-se em várias vertentes, *nova direita francesa, nova direita norte-americana, nova direita cristã,*

⁴⁵ Como destacou Chantal Mouffe, com a atuação do Estado em vários campos, saúde, educação, moradia, energia, etc., as contradições sociais se transformaram em contradições políticas e surgiram novos antagonismos em que o

neoconservadorismo, *neoliberalismo* e *extrema-direita*, que compartilham alguns pontos comuns mas possuem teses e orientações muito específicas e às vezes opostas⁴⁶. Uma problemática geral que une essas várias vertentes sob o rótulo da *nova direita* é a crítica ao modelo igualitário surgido no pós-guerra nas democracias ocidentais. A revitalização do antiigualitarismo é o ponto central do debate da *nova direita* (Alves, 1999)⁴⁷. *Neoconservadorismo*, *neoliberalismo* e *nova direita* são apontados por Chantal Mouffe como as novas ideologias da década de oitenta e, em comum, apresentam a crítica “conservadora” ao ideal de igualdade da democracia.

O Estado do bem-estar social e seus desdobramentos socioeconômicos são o alvo da crítica do *neoliberalismo* e do *neoconservadorismo*. Entretanto, a *nova direita* é apontada como a radicalização dessa crítica à questão da igualdade. A ênfase na questão das identidades culturais, nos temas morais e a prática populista distinguem a *nova direita* do *neoliberalismo* e do *neoconservadorismo* (Mouffe, 1981; Alves, 1999). Segundo Alves, sob o rótulo *nova direita* existe uma mistura eclética de temas e de políticas públicas que pode ser encontrada em vários lugares do mundo em resposta à crise dos modelos econômicos do pós-guerra, do Estado de bem-estar social e do comunismo. Mas Alves destaca que esse rótulo também é empregado isoladamente ou genericamente em referência ao *neoliberalismo*, ao *neoconservadorismo*, à *extrema-direita*, ao *neo-racismo*, a algumas organizações, movimentos e partidos políticos. Essas correntes (*neoliberalismo*, *nova direita francesa*, *nova direita norte-americana*, *nova direita cristã*, *neoconservadorismo* e *extrema-direita*)

Estado foi apontado como opressor. Mouffe, 1981, p. 1844.

⁴⁶ Para um estudo mais aprofundado dessas várias vertentes ver o trabalho de Chantal Mouffe, Allen Hunter e Maria Teresa Gonzaga Alves.

⁴⁷ Alves, 1999. Bobbio também destaca a discussão acerca do igualitarismo como o divisor de águas entre esquerda e

possuem um arcabouço teórico que justifica suas posições. Algumas delas são desenvolvidas em centros universitários, influenciam o debate acadêmico, orientam políticas públicas, programas partidários e a formação da opinião pública. Muitas participam atuando no campo político eleitoral através de organizações de pressão parlamentar, constituindo partidos políticos – como as frentes de *extrema-direita* européia – ou dentro de alguns partidos políticos estabelecidos como é o caso da *nova direita* norte-americana e a sua atuação no interior do Partido Republicano. Alguns programas de partidos “conservadores” e governos contaram com a colaboração direta de intelectuais *neoliberais* e *neoconservadores*, como os governos Thatcher e Reagan nos anos oitenta que incorporaram bastante elementos dessa visão de mundo em suas plataformas políticas (Hunter, 1981; Mouffe, 1981; Alves, 1999).

“... essa direitização do Ocidente que sem dúvida nos afeta, nós a vivemos freqüentemente de maneira velada, em função de nossa peculiar trajetória política recente. De fato, na medida em que o período 1974-79 foi para nós (em contraste com outras zonas do Terceiro Mundo) uma época de extrema regressão expressada particularmente nas ditaduras do Cone Sul, o conservadorismo atual aparece dissimulado em aberturas democráticas que são uma realidade, mas cujo caráter conservador reside no fato de que, aproveitando o refluxo causado pelas derrotas passadas, pretende chegar à identidade definitiva entre a razão democrática, à qual sem vacilar aderimos, e a razão capitalista-imperialista que nos oprime. Além disso, é esta identidade que define o pensamento conservador latino-americano de hoje.” (Cueva: 1989, p. 36).

Como Cueva destacou, a América Latina também foi atingida por essa guinada “conservadora” e os seus reflexos podem ser verificados ainda hoje nas políticas econômicas adotadas pelos governos (privatizações, acordos com o FMI) e nas conseqüências delas na área social (aumento da desigualdade social). Seja *neoliberalismo* ou *direitização* como apontou Cueva, na prática, esses rótulos não têm

significados muito precisos nos países latino-americanos, como destacou Borón⁴⁸, “a direita combina elementos do liberalismo econômico, do conservadorismo político, da segurança nacional e do tradicionalismo cultural”.

Os conteúdos substantivos associados aos dois pólos do espectro ideológico variam muito em função dos contextos e dos conflitos políticos de cada período e localidade. No Brasil, os conteúdos desses rótulos não parecem ser muito diferentes desses apontados por Borón referindo-se a América Latina. Alves (1999) destaca que, no Brasil, não podemos falar de uma *nova direita* em termos daquelas organizações ou partidos políticos existentes nos países europeus ou nos Estados Unidos. Encontramos, entretanto, alguma semelhança com algumas organizações da *nova direita*, abordada pela bibliografia internacional, nos discursos, nas demandas e nas formas de atuação dos políticos, partidos e governos de “direita”, sobretudo a partir dos anos noventa (Souza, 1992; Alves, 1999). A transição do regime autoritário para a “Nova República” não foi um processo em que somente surgiram novas instituições, mas um processo em que verificamos também a permanência de algumas instituições e a recriação de outras aos moldes antigos (Ianni, 1989). A economia nacional permaneceu organizada segundo os interesses da empresa privada e do grande capital, das multinacionais e dos bancos credores da dívida externa. Como destacou Ianni, foi assim que a onda *neoliberal* apareceu na economia e na política, no discurso do poder⁴⁹. Assim, como destacou Souza (1992), nesse contexto, a “direita” tradicional, autoritária, parecia conviver com a “direita” contemporânea, mais

⁴⁸ Borón, 1992; conforme citado por Alves, 1999.

⁴⁹ “Sem liberdade econômica, é utopia pensarmos em liberdade política. Em todos os países do mundo onde entrou em colapso a liberdade econômica, a liberdade política foi de roldão. Corresponde à limitação da liberdade individual, a limitação à liberdade de livre iniciativa. Assim, se nós no Brasil queremos construir uma grande democracia, não pode ficar ausente dessa grande democracia o prestígio à iniciativa privada, como corolário da

democrática, ambas vendo a democracia como um compromisso estratégico que asseguraria a sobrevivência no cenário político.

A “direita” no Brasil é um fenômeno plural (Pierucci: 1989, 1999). Essa pluralidade se refere às clivagens regionais mas não em termos ideológicos. Ainda que em termos partidários apresente-se fragmentada, a “direita” tem se posicionado em bloco em relação às questões político-ideológicas, como aconteceu durante as votações na Assembléia Constituinte e em relação à mudança programática dirigida à agenda neoliberal nos anos noventa. De modo que as clivagens não afetam a forma de atuação política ideológica (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Alves, 1999).

Como Souza destaca, a “direita” contemporânea brasileira tem se aproximado de um padrão de *Darwinismo Social* que escora a dominação da propriedade e das classes sociais mais organizadas no princípio de que os que mais se ajustam, sobrevivem. Ou seja, há uma seleção natural em que os mais aptos são levados a um progresso contínuo. Os grupos emergentes da “direita” contemporânea brasileira dramatizam a competição de mercado como um valor positivo, justificam sua política, a crueldade dos negócios e o direito de uma minoria impor leis sobre a maioria através da filosofia da sobrevivência dos mais aptos. Esse *Darwinismo Social* tem se expressado também na intolerância e no preconceito verificados em parte da população paulistana em relação aos migrantes advindos das regiões mais pobres do país (Souza, 1992; Pierucci: 1987, 1989, 1999; Alves, 1999).

Em termos do comportamento político “conservador” ou de “direita”, dos valores e crenças que estão por trás de um posicionamento político, podemos destacar

liberdade econômica.” Presidente José Sarney, “Sarney Defende a Ação da Iniciativa Privada”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 de maio de 1985, p. 27. Extraído de Ianni: 1989, p. 116.

algumas clivagens a partir do que a bibliografia nacional tem apontado. O comportamento político “conservador” no Brasil parece estar bastante relacionado às condições socioeconômicas, no que diz respeito à associação entre o voto na “direita” e as características sociais e econômicas do eleitor (Soares, 1973; Meneguello, 1998b; Pierucci, 1999). O posicionamento político “conservador” que resulta em uma atitude de deferência em relação à autoridade parece estar combinado aos baixos níveis de renda e de instrução. Como podemos observar nas relações políticas em regiões pouco desenvolvidas em que predominam as políticas clientelista e ainda coronelista. Por outro lado, as características socioeconômicas que indicam um nível maior de renda e de escolaridade e um posicionamento à “direita”, tendem a indicar, freqüentemente, uma atitude autoritária. Mas essas situações não são uma regra no universo do comportamento político “conservador” brasileiro. A partir da década de setenta foram realizados vários estudos de comportamento político e eleitoral que permitiram apreender além das características socioeconômicas, o conjunto de crenças e valores dos eleitores identificados com os “conservadores” subjacentes a esse posicionamento político.

Em uma pesquisa realizada na cidade de Presidente Prudente no estado de São Paulo, por conta das eleições de 1976, Lamounier constatou, através dos dados dos cruzamentos entre identificação partidária e opiniões políticas, que o eleitor arenista apresentava uma postura pró-sistema e mais “conservadora” em relação à *“aprovação da Lei Falcão, ao voto indireto, à presença dos militares no poder e à conveniência ou não de aumentar os salários imediatamente”* (Lamounier: 1978b, p. 71). Os perfis ideológicos nesse estudo apresentaram-se como a melhor base de previsão, melhor do que qualquer outra variável em relação à opção partidária. Durante o regime autoritário, o espectro ideológico estava polarizado entre governo e

oposição, ARENA e MDB, ditadura e democracia, de modo que os posicionamentos políticos ficavam bastante claros à medida que se pudesse localizar qualquer uma dessas dimensões.

Com o fim do regime autoritário, a polarização esquerda-direita, que por vezes se traduziu em democracia-ditadura, e esteve presente durante as votações na Assembléia Constituinte, parece ter se deslocado com a mudança do perfil programático dos principais partidos “conservadores”. Há uma continuidade das forças políticas “conservadoras” que atuavam antes da “Nova República” e continuam no cenário político. Essas forças incorporaram a defesa das instituições democráticas às suas bandeiras e lançaram mão da agenda neoliberal, em uma tentativa de se desfazer da imagem impopular associada ao regime autoritário. Segundo Alves, o *neoliberalismo* tornou-se a principal corrente da “direita” no Brasil. Defendendo uma agenda de privatizações e desregulamentações tornou-se hegemônica junto aos setores “conservadores”, opondo-se, assim, à esquerda, defensora do estatismo (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000; Souza, 1992; Alves, 2000). *“Porém, nas análises sobre a questão brasileira é recorrente a ênfase ao caráter matizado da versão brasileira do neoliberalismo em que o liberalismo do laissez-faire coincide com o conservadorismo no campo social.”* (Alves: 2000, p. 193).

Com relação ao impacto da polarização do espectro ideológico e seus novos conteúdos no comportamento político das bases sociais, os estudos sobre as eleições de 1989 trazem importantes contribuições (Kinzo, 1992; Singer, 2000). Nesse sentido, o resgate da variável ideologia é muito importante, pois em um contexto em que as distinções esquerda e direita são contestadas no debate político, em que políticas são implementadas em nome de uma *modernização conservadora* e os

resultados eleitorais apresentam-se favoráveis a esses grupos, torna-se necessário conhecer a visão de mundo que está por trás dessas posturas. Como Singer já destacou em seu trabalho, para que se possa compreender de modo mais completo o comportamento político do brasileiro, a variável identificação ideológica deve ser incorporada às análises (Singer, 2000). Assim como Singer, neste trabalho não pretendemos afirmar que a questão ideológica é a mais importante na escolha política eleitoral, mas enfatizamos sua relevância como um dos principais componentes na orientação do comportamento político.

Segundo Singer, ao construir sua plataforma política em cima das críticas aos problemas do governo e ao identificar no Estado a causa dos males sociais, a candidatura de Fernando Collor de Mello (PRN) aparece como uma construção típica da “direita” neoliberal. No segundo turno da eleição, quando a campanha se polarizou ideologicamente, o caráter “conservador” da candidatura Fernando Collor de Mello ficou patente à medida que se posicionava enfatizando a preservação da ordem e o reforço da autoridade do Estado. Postura contraditória do candidato que enfatizava a autoridade do mesmo Estado que atacava. Singer destaca que em países em que verificamos uma forte desigualdade social há um espaço aberto para o surgimento de uma “direita” populista. Esta prega mudanças e, nesse sentido, não é “conservadora”, ou seja, não tem um discurso que vai contra as transformações sociais. E é justamente nessa maneira de mudar que se distingue da esquerda. *“Enquanto a direita populista quer reforçar a autoridade do Estado, na expectativa de que as mudanças se dêem de cima para baixo, sem risco de instabilidade social, a esquerda prega uma mudança participativa, de baixo para cima, ainda que sob o risco de instabilidade. Collor, com seus apelos aos “descamisados”, ocupou o espaço dessa direita populista”* (Singer: 2000, p. 60). Dados da pesquisa realizada após as eleições de 1989 mostram que o

voto de “direita” esteve associado não ao desejo de diminuição do Estado, mas esteve coerentemente relacionado à idéia de um Estado que cuida da assistência básica, à expectativa de um Estado interventor (Singer, 2000).

Pesquisas mais recentes acerca do comportamento político eleitoral da “direita” na cidade de São Paulo revelam que alguns conteúdos associados à agenda da nova “direita” estiveram associados à escolha política eleitoral. Segundo Alves, *“o debate ideológico no contexto da nova direita travado no nível das elites pode ter sido um fator relevante nas escolhas eleitorais, sobretudo a partir das eleições presidenciais de 1989, e também encontra-se presente entre os valores da população em geral em função do recrudescimento deste debate a partir dos anos 90.”* (Alves: 2000, p. 194).

Os estudos sobre as bases sociais dos partidos “conservadores” revelaram algumas mudanças significativas no perfil social de suas bases de apoio, com a incorporação de parcelas mais bem situadas na escala social (Pierucci e Lima, 1993; Novaes, 1996). Esse aspecto sugeriu que os conteúdos associados à “direita” também pudessem ter mudado, assumindo novos valores e se renovando com relação ao “conservadorismo” popular detectado nos trabalhos realizados no final da década de oitenta na cidade de São Paulo. O igualitarismo, ao contrário do que se verifica no contexto europeu, no Brasil, não é algo que divide esquerda e “direita”, segundo pesquisas recentes. Há uma valorização do igualitarismo, ao menos enquanto um ideal, nos dois pólos do espectro. Já o autoritarismo foi associado positivamente à “direita”. Aliás, com relação ao centro é interessante destacar que o público que converge em sua direção é mais inclinado a ter posições de “direita” do que de esquerda. *“o voto à direita e os entrevistados com renda familiar e escolaridade mais baixas, são os públicos que geralmente mais apóiam soluções autoritárias e contra as*

instituições democráticas.” (Alves: 2000, p. 210). Os temas da agenda neoliberal, estatização e privatização, são os conteúdos que melhor diferenciam as posições esquerda-direita.

Os trabalhos mais recentes acerca dos conteúdos ideológicos da *nova direita* e seu impacto junto ao comportamento político-eleitoral permitiram enfatizar o caráter plural do fenômeno da “direita” no Brasil. Os resultados dessas pesquisas permitem falar em uma “direita” mais ideológica e politizada, identificada com os temas econômicos da agenda neoliberal, que defende os interesses do *laissez-faire*, mas que não assume totalmente o rótulo “direita”, é, no mínimo, anti-esquerda. Essa “direita” é, em geral, identificada com as classes mais favorecidas economicamente. Podemos ainda falar em uma outra “direita”, mais popular, “conservadora” nas questões morais e autoritária na forma de ver a política. Personalista, essa “direita” mobiliza o seu apoio através do viés apolítico dos temas da moralidade e, geralmente, suas bases encontram-se nas classes menos favorecida socioeconomicamente. A primeira esteve associada, no primeiro turno das eleições de 1989, ao voto de Paulo Maluf PPB (PPR/PDS/ARENA), e a segunda associada a Fernando Collor de Mello (PRN).

Pretendemos, a partir dos referenciais aqui apresentados, contextualizar o fenômeno da “direita” e assim fornecer alguns subsídios para a compreensão de alguns de seus elementos presentes no comportamento político dos públicos pesquisados.

Considerações finais do capítulo 2

Neste capítulo, apresentamos as duas abordagens teóricas que, juntamente com os referenciais sobre a reemergência da “direita” e dos valores “conservantistas”, formam o arcabouço teórico a partir do qual desenvolvemos o nosso trabalho.

No caso brasileiro, o estudo do comportamento político não pode deixar de considerar o peso das clivagens sociais. As desigualdades de desenvolvimento econômico entre regiões e entre cidades brasileiras traduzem-se em diferenças no mundo da política, pois resultam em um quadro social marcado pela pluralidade de interesses, culturas e valores estabelecidos territorialmente. As diferenças de desenvolvimento econômico e social entre localidades podem significar diferentes posicionamentos, atitudes e preferências entre os seus públicos. A abordagem socioeconômica enfatiza a importância da experiência social e da articulação das condições socioeconômicas com o mundo da política na explicação do comportamento político.

Segundo a abordagem culturalista, o indivíduo age no mundo da política como se estivesse respondendo às situações através das ações orientadas, as quais são formadas a partir da experiência social. Essas orientações variam e dependem das condições culturais em que são formadas. O partido político é um dos agentes socializadores externos que agem no processo de socialização cumulativa e podem orientar a ação do indivíduo no mundo da política. Através do processo de socialização

cumulativa, as experiências sociais e culturais individuais e coletivas vão sendo incorporadas as já existentes. A explicação culturalista enfatiza as variações e diferenças entre grupos no que diz respeito aos valores, crenças e preferências na esfera política, e, nesse sentido, a abordagem da cultura política deve ser sempre comparativa.

Para entender o processo de estruturação do sistema de crenças e valores recorreremos ao clássico trabalho de Converse. O autor define sistema de crenças e valores como uma configuração de idéias e atitudes em que os elementos ideais se mantêm juntos, e se relacionam através de alguma forma de estruturação, cujas fontes são sociais. Podemos dizer que um sistema de crenças está estruturado quando alguns de seus elementos estão de alguma forma associados, ou seja, quando se percebe que existe associação entre atitudes e opiniões a respeito de um determinado assunto. Assim, podemos considerar a postura de um indivíduo como ideologicamente estruturada à medida em que ele aponta como seus, posicionamentos e valores defendidos pelo seu partido político de preferência.

A expressiva votação dos partidos “conservadores” nos últimos anos veio acompanhada por uma retomada dos valores do conservadorismo social compartilhado também pelas bases sociais desses partidos. O posicionamento político “conservador” apresenta algumas clivagens relacionadas às características socioeconômicas, culturais e regionais dentro do cenário do fenômeno plural da “direita”.

É a partir desse modelo teórico que se desenvolveu o nosso trabalho. Os dados da pesquisa do tipo *survey* são analisados levando em conta a experiência social dos públicos na dinâmica dos grandes centros urbanos. A análise do comportamento político desses públicos é realizada considerando que o posicionamento tomado pelo

indivíduo não é resultado de uma ação desvinculada, mas uma expressão do processo de socialização política e cultural que engloba várias experiências sociais passadas e não somente algumas informações do contexto atual.

Capítulo 3 – São Paulo, Porto Alegre e Salvador: O Cenário da Pesquisa

Introdução

Este capítulo tem por objetivo apresentar os indicadores da realidade a partir dos quais se desenvolveu o trabalho, ou seja, apresentamos o cenário político eleitoral sobre o qual se dará a análise e os instrumentos utilizados para realizá-la. A primeira parte do capítulo apresenta o quadro de complexidade socioeconômica dos grandes centros urbanos e a trajetória eleitoral dos principais partidos políticos nessas capitais estudadas, São Paulo, Porto Alegre e Salvador. A segunda parte dedica-se a apresentação dos dados da pesquisa do tipo *survey* utilizada. São traçados os perfis dos três públicos entrevistados, a partir da caracterização demográfica e socioeconômica, e são apresentados os procedimentos tomados em relação aos dados.

Parte I – A ESCOLHA DAS CAPITALS

I.1 – A escolha das capitais

As cidades de São Paulo, de Salvador e de Porto Alegre são capitais estaduais com importância regional e são também grandes centros urbanos, com atividades econômicas complexas, que abrigam várias clivagens sociais.

Essas três cidades foram classificadas como centros metropolitanos devido ao grande desenvolvimento das atividades urbano-industriais e aos inter-relacionamentos com as cidades e estados vizinhos. A cidade de São Paulo, a maior dentre elas, é considerada metrópole mundial devido à sua ampla e complexa rede urbana e seu significativo impacto em todo o território nacional. Como principal metrópole da América do Sul, a cidade de São Paulo abriga as sedes das maiores empresas e o maior centro financeiro da América Latina⁵⁰. Já as capitais gaúcha e baiana tem um peso nacional de menor expressão, mas importância regional significativa. Segundo o REGIC (Região de Influência das Cidades), estudo sobre a região de influência das cidades, Porto Alegre apresenta nível máximo de centralidade entre as cidades que compõem a sua aglomeração metropolitana, exerce influência sobre a rede de todo o estado e se destaca por reunir o maior volume de investimentos públicos e privados. É na região em que fica a capital gaúcha que se encontra o maior conglomerado urbano-industrial do estado do Rio Grande do Sul. A cidade de Salvador é responsável por mais da metade da produção industrial da Bahia e concentra mais de 80,0% da indústria de transformação do estado (IPEA/UNICAMP.IE.NESUR/IBGE: 1999, p. 115). A cidade e seu entorno metropolitano são responsáveis pela concentração da maior parte da circulação monetária do estado da Bahia, e apresenta-se como a principal praça financeira, comercial e de serviços. A capital baiana concentra ainda a sede das grandes empresas do estado, a burocracia estatal e atrai os serviços e o grande volume de depósitos bancários.

Esses cenários de desenvolvimento urbano implicam na convivência de várias clivagens e conflitos sociais. A complexidade das atividades socioeconômicas das

⁵⁰ A bolsa de valores (Bovespa) localizada na cidade de São Paulo, apresenta a maior movimentação da América do

grandes cidades resultam na existência de vários segmentos sociais, organizados ou não, mas com demandas e interesses específicos. As desigualdades sociais, os grandes índices de desemprego e violência, também caracterizam essas grandes cidades⁵¹. Os contrastes e conflitos desses cenários podem resultar em algum tipo de organização de interesses, na formação de sindicatos e partidos políticos. Pois, como destacaram Lipset e Rokkan (1990), os partidos políticos podem traduzir essas clivagens e conflitos sociais, podem canalizar as demandas, representar e defender interesses e propostas políticas junto às instâncias decisórias.

Em um estudo realizado a partir dos dados de uma pesquisa do ano de 1982, Reis e Machado, compararam algumas capitais brasileiras, segundo suas características socioeconômicas e sua participação política, e as classificaram conforme o grau de centralidade que ocupavam no cenário político nacional. Nessa análise, considerando as condições socioeconômicas, os autores classificaram a cidade de São Paulo como metrópole central. A cidade Salvador, segundo esses critérios, ocupou um posicionamento menos central. Mas o que é interessante destacar nessa análise comparativa é a posição de destaque ocupada pela cidade de Porto Alegre. A capital gaúcha ocupou uma posição superior às cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, não somente devido à situação socioeconômica de seu público, que se apresentava mais favorável, mas considerando alguns aspectos da participação política, em que mesmo os estratos sociais de menor renda apresentavam um posicionamento político mais definido que os mesmos estratos nessas duas outras

Sul. IPEA/UNICAMP.IE.NESUR/IBGE: 1999, p. 197.

⁵¹ O desemprego foi apontado como o principal problema do país pelos públicos das três capitais pesquisadas (São Paulo 47,3%, Porto Alegre 39,5% e Salvador 57,1%), as questões violência e segurança pública apareceram em segundo lugar na hierarquia desses problemas sociais nas cidades de São Paulo (19,7%) e de Porto Alegre (24,1%). Dados da Contagem do IBGE no ano de 1996 registraram 8.948 casos de óbitos violentos na cidade de São Paulo, 2.152 casos na cidade de Salvador e 1.682 casos na capital gaúcha. IBGE.

metrópoles. Esse trabalho mostrou como a divisão regional pode se apresentar como uma matriz para o entendimento das tendências partidárias no sentido de que o comportamento político e a identificação partidária são elementos bastante associados aos padrões de isolamento cultural e socioeconômico (Reis e Machado, 1992).

Em nosso trabalho, não vamos desenvolver um estudo comparativo de tal peso, incluindo várias cidades a fim de classificá-las segundo o seu grau de centralidade no cenário nacional. Mas vamos partir também do contexto dos grandes centros urbanos, considerando a sua diversidade sociocultural e política, para avaliar as tendências, atitudes e preferências das bases sociais “conservadoras” tendo em vista que elas podem compartilhar valores e posicionamentos defendidos pelos seus partidos políticos.

Ao nível eleitoral, as cidades estudadas parecem apresentar trajetórias políticas diferentes. A capital paulista apresenta um quadro político-partidário competitivo com tendências “conservadoras”, a cidade de Salvador reelegeu um partido “conservador” para o executivo municipal, mas ao nível federal apresenta resultados favoráveis à esquerda, e Porto Alegre sustenta o quarto mandato municipal de um partido de esquerda. Na próxima parte do capítulo, traçaremos a trajetória eleitoral dos principais partidos políticos nessas cidades. Abaixo estão algumas características socioeconômicas, demográficas e de desenvolvimento das cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador:

*Indicadores demográficos, socioeconômicos e de desenvolvimento
das cidades estudadas em 1999*

	SAO PAULO	PORTO ALEGRE	SALVADOR
<i>População Residente (nº. de habitantes)</i>	17.380.475	3.374.436	2.854.124
<i>Alfabetização* (%)</i>	95,2	96,1	92,1
<i>Rendimento Mensal de até 2 s.m.** (%)</i>	14,1	24,2	43,0
<i>PEA (População economicamente ativa) (%)</i>	68,0	72,1	72,3
<i>Ramos de Atividade (%)</i>			
<i>Agrícola</i>	1,0	4,3	2,7
<i>Indústria</i>	25,7	26,9	17,7
<i>Comércio e Serviços</i>	40,8	36,3	46,2
<i>Outras Atividades***</i>	28,3	28,7	30,9
<i>Caracterização do Domicílio****</i>			
<i>% dos Domicílios com abastecimento de água</i>	98,3	97,8	94,2
<i>% dos Domicílios ligados à rede de esgoto</i>	99,8	98,8	96,3
<i>% dos Domicílios com coleta de lixo</i>	91,3	94,8	46,1

*população acima dos 07 anos de idade.

**pessoas de 10 anos ou mais de idade.

***neste item estão incluídas as seguintes atividades: Serviços Auxiliares da Atividade Econômica, Transporte e Comunicação, Social e Administração Pública.

****moradores em domicílios particulares permanentes.

FONTE: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999

I.2 – Trajetória eleitoral e comportamento político nas cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador

Um dos indicadores do qual se partiu para desenvolver este trabalho é o quadro político-partidário das cidades estudadas, formado a partir dos resultados eleitorais oficiais. Outro importante conjunto de elementos a ser considerado no trabalho é apontado pelo comportamento político dos públicos dessas cidades. Apresentaremos a seguir as trajetórias eleitorais dos principais partidos políticos em São Paulo, Porto Alegre e Salvador no período pós-1985 e apontaremos, em linhas gerais, algumas características do comportamento político dessas cidades destacadas pelos estudos já realizados.

I.2.1 – Desempenho eleitoral dos partidos políticos nas capitais (1985-2000)

As eleições de 1985 tiveram um peso significativo para a história político-eleitoral das cidades estudadas, pois foram as primeiras eleições diretas para a prefeitura das capitais estaduais depois dos anos de ditadura e liberdades políticas restritas. A coalizão governamental, formada pelo PMDB e pelo PFL, nessas eleições venceu em 19 das 25 prefeituras de capitais. Nas outras capitais em que essa coligação não vencera, foram os partidos formados no período anterior (PT, PTB, PDT e PDS/ARENA) que conquistaram as prefeituras. Esses resultados confirmaram não somente a capacidade eleitoral desses partidos, mas também mostraram que as forças políticas da “direita” continuavam participando do processo político decisório.

Nas eleições municipais seguintes, em 1988, dos 70,0% da população dos municípios, 11,2% passaram a ser governadas pelo PT enquanto que somente 4,9% pelo PDS (ARENA). Em 1992, não obstante a conquista do segundo mandato municipal de um partido de esquerda na capital gaúcha, Meneguello destaca que houve uma mudança de tendência política em favor do crescimento do domínio do “conservador” PDS (ARENA). A partir das eleições de 1992, dos 71,5% da população brasileira, então governada pelos maiores partidos políticos (PMDB, PFL, PT, PDT, PTB e PDS/ARENA), 11,0% passaram a ser governada pelo PDS (ARENA), enquanto que somente 5,7% estavam sob o domínio do PT. Esses dados dão indícios do crescimento da tendência “conservadora” em algumas localidades (Meneguello: 1996, p. 13).

Apresentamos, a seguir, os resultados oficiais que mostram a trajetória eleitoral percorrida pelos principais partidos políticos nas eleições municipais, estaduais e nacionais nas cidades pesquisadas, São Paulo, Porto e Salvador, no período de 1985 a 2000.

São Paulo

As capitais dos estados tendem a apresentar resultados eleitorais que traduzem as raízes políticas regionais. Entretanto, a capital paulista não segue esta tendência e apresenta um quadro partidário eleitoral bastante próprio. Enquanto ao nível estadual e nacional, no período 1985-1998, os partidos políticos de centro (PMDB e PSDB) têm se destacado ao nível municipal, verificamos um cenário eleitoral bastante competitivo entre partidos claramente posicionados ideologicamente.

Nas eleições de 1985, na cidade de São Paulo, venceu o candidato da coligação formada pelo PTB e pelo PFL com apoio do PDS (ARENA), Jânio Quadros, ex-presidente que renunciou em 1961 e que voltava ao cenário político depois de alguns anos utilizando-se do tema do moralismo, mesmo apelo político pelo qual ficara conhecido nos anos cinquentas. Antiga liderança populista, o ex-presidente também já havia sido eleito prefeito da capital paulista em 1953 – contexto da dinâmica da política de massas dos centros urbanos – e retornava ao cenário eleitoral da abertura política com uma sigla tradicional do trabalhismo – PTB.

A decisão do pleito de 1985 ficou entre a coligação vencedora e o PMDB, e foi marcada pela união dos “conservadores” (PTB, PDS (ARENA) e PFL) e pela divisão das forças de centro (PMDB) e de esquerda (PT e PDT) (Lamounier e Muszynski: 1986, p. 25). Os “conservadores” em 1985 adotaram a estratégia de unir forças. Certos de que a força de seu partido seria insuficiente para a vitória, os dirigentes do PDS (ARENA) deram seu apoio à candidatura de Jânio Quadros. Esta candidatura contava ainda com a contribuição dos políticos do PFL que ocupavam cargos em ministérios de prestígio. A estratégia comum dos “conservadores” consistiu em unir os recursos financeiros dos três partidos e a respeitabilidade “conservadora” associada a nomes como o de Olavo Setúbal (Lamounier e Muszynski: 1986, p. 09). Como destacou Meneguello, os resultados das eleições de 1985 em São Paulo redefiniram o quadro anterior, marcado pela divisão governo-oposição, para um padrão de comportamento estabelecido sobre bases partidárias e ideológicas definidas. A esquerda ficou concentrada em dois partidos, PT e PDT, o centro foi representado pela coalizão governamental federal e a “direita” foi definida pela presença de lideranças populistas novas e antigas (Meneguello: 1996, p. 14).

No ano seguinte 1986, ocorreram as eleições para o governo do estado e, podemos dizer que se os resultados dessa eleição dependesse da votação da população paulistana o empresário Antônio Ermírio de Moraes teria sido o prefeito da cidade de São Paulo. Mais uma vez a sigla PTB vencia uma eleição na capital paulista. Entretanto, as razões que estão por trás dessa vitória não passam por uma grande identificação do público paulistano com o PTB, mas estão mais relacionadas com o personalismo que voltava ao cenário eleitoral paulistano. Os resultados das eleições de 1985 e os de 1986 revelam como personagens tão “frouxamente presos a laços partidários” despertam, em uma parcela não desprezível do eleitorado paulistano, a idéia de que as soluções para os problemas que afetam o seu cotidiano estão nas mãos de um candidato que se apresente como “enérgico e decidido” ou como um “administrador competente”. Mais uma vez a cidade de São Paulo votava a favor de mudanças⁵² e impedia, como destacou Muszynski, que o PMDB confirmasse sua força na capital paulista.

As eleições de 1988 foram muito significativas para a esquerda. O PT, principal partido, conseguira conquistar grandes capitais, dentre elas São Paulo e Porto Alegre, e também outras importantes cidades no interior paulista. Entretanto, a despeito do sucesso eleitoral de uma força da esquerda, os “conservadores” não ficaram fora da disputa eleitoral conseguindo números expressivos. O candidato da “direita” paulista, Paulo Maluf disputou o cargo com a candidata eleita (Luíza Erundina – PT) e marcou sua presença em redutos eleitorais antes conhecidos pela votação em Jânio Quadros. Em 1988, o candidato do PDS (ARENA), Paulo Maluf, aumentou seu número de votos em relação à 1986, de 19,4% passou a 24,4% (Pierucci

⁵² Parte significativa do eleitorado paulistano votou contra o desempenho do governo federal e os planos econômicos. Muszynski: 1988, p. 25.

e Lima, 1991).

Pierucci e Lima destacam que é nas eleições de 1988 que podemos encontrar as primeiras pistas para a explicação do crescimento do voto malufista entre os setores mais bem posicionado socioeconomicamente (Pierucci e Lima: 1991, p. 21). O voto no candidato da “direita” se expandiu perto do momento final das eleições, assim como o voto na candidata petista, Luíza Erundina (Muszynski, 1989b). A disputa pela prefeitura paulistana em 1988 encontrava-se bipolarizada ideologicamente entre candidaturas nitidamente à esquerda e à “direita”, fato novo na história eleitoral da cidade de São Paulo.

Os outros partidos “conservadores” não tiveram o mesmo desempenho que o PDS (ARENA) de Paulo Maluf, o candidato do PTB, Marco Antônio Mastrobuono, ficou em sexto lugar nas votações, com somente 0,88% dos votos. Dado que reforça a idéia de que a explicação para as vitórias anteriores desse partido estavam mais relacionadas ao candidato do que ao partido em si.

Assim, ainda que a “direita” não tenha conquistado as eleições de 1988 na cidade de São Paulo, o candidato do PDS (ARENA) teve uma votação expressiva, que deu suporte para as campanhas das eleições seguintes e demonstrou os primeiros sinais do potencial eleitoral dos “conservadores” na capital paulista.

Em 1989, nas primeiras eleições para presidente depois de muitos anos, no primeiro turno, o candidato do PDS (ARENA), Paulo Maluf foi o segundo mais votado na cidade com 23,4% ficando atrás somente de Mário Covas do PSDB, com 31,9% dos votos. Entretanto, seu eleitorado na cidade de São Paulo não aumentou, chegou até mesmo a diminuir um ponto percentual. Isto ocorreu devido ao fato de

haver dois outros candidatos da “direita”, Afif Domingos (PL) e Fernando Collor de Mello (PRN), que dividiram os votos “conservadores”. No segundo turno, o candidato do PRN conseguiu 52,8% da votação da população paulistana. Esses resultados das eleições de 1989, do primeiro e segundo turnos, vêm a confirmar o caráter “conservador” da cidade de São Paulo.

Nas eleições para o governo do estado, em 1990, essa tendência “conservadora” da capital paulista foi mais uma vez destacada com a vitória do candidato da “direita” nos dois turnos. Paulo Maluf, PDS (PPR/PPB), teve a maior votação no primeiro turno, 37,9% dos votos e, se os resultados da capital determinassem quem iria para o segundo turno, não seria o candidato do PMDB, Luiz Antônio Fleury Filho, mas o candidato do PSDB, Mário Covas, que obteve 17,8% dos votos. No segundo turno de 1990, os resultados da capital paulista novamente diferiram do resultado do estado, e o candidato do PDS (PPR/PPB) pela segunda vez foi o mais votado com 45,9% dos votos, contra 39,3% dos candidato do PMDB.

As eleições de 1992, novamente foram polarizadas por candidaturas à esquerda e à “direita”. O candidato do PT, Eduardo Suplicy, representava a esquerda e, à “direita” do espectro, estava o candidato do PPR (PDS/PPB), Paulo Maluf. A trajetória eleitoral do candidato da “direita” na capital indicava grandes chances de conquistar as eleições de 1992, já que o candidato vinha apresentando uma votação crescente na cidade a cada eleição⁵³. E esse foi o resultado verificado. O candidato do PPR (PDS/PPB) venceu no primeiro turno com 37,3% dos votos e no segundo com 52,2%

⁵³ O apoio do candidato Mário Covas a Lula, no segundo turno das eleições de 1989, teve um efeito não esperado pelos dirigentes do PSDB. No período de 1989 a 1992, a trajetória de Paulo Maluf foi simetricamente inversa à do candidato do PSDB. Dos 21,9% dos votos obtidos na cidade de São Paulo em 1989, o candidato do PDS (PPR/PPB) passou para 45,3% no primeiro turno das eleições de 1990. Pierucci e Lima, 1991, p. 25.

dos votos. Os demais partidos da “direita” não tiveram votação expressiva, o candidato do partido do presidente Fernando Collor de Mello (PRN), Valmor Bolan, teve somente 0,3% dos votos.

Nas eleições para presidente em 1994 na capital paulista, foi o PSDB que obteve os melhores resultados. Ao nível nacional, a coligação formada pelos partidos “conservadores” PFL e PTB, e pelo PSDB, venceu as eleições já no primeiro turno com 50,3% dos votos. O partido do então prefeito Paulo Maluf, PPR (PDS/PPB) apresentou outro candidato para concorrer as eleições, Espiridião Amin, que obteve somente 1,5% dos votos da capital paulista. O candidato do PRN, Carlos Antônio Gomes, teve somente 0,3% dos votos, mostrando a pouca expressão dessa sigla partidária depois da eleição (1989) e do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello em 1992. Um pequeno partido de “direita”, o PRONA, obteve a terceira maior votação na capital paulista, 7,3% dos votos.

Os resultados ao nível do governo do estado, em 1994, também foram favoráveis ao PSDB de Mário Covas. Esse candidato venceu o primeiro turno com 41,5% dos votos e disputou o segundo turno com o candidato do PDT, Francisco Rossi, ex-prefeito da cidade de Osasco, localizada na grande São Paulo. O candidato do PSDB venceu também o segundo turno com 55,1% dos votos. Outros partidos “conservadores” menores como o PP e o PRN tiveram votações pouco expressivas, 1,9% e 0,4% respectivamente. O Partido dos Trabalhadores, que concorreu às eleições com o candidato José Dirceu, obteve somente 12,0% dos votos ficando em terceiro lugar na classificação geral.

As eleições municipais de 1996 na capital paulista, novamente, apresentaram bons resultados para os “conservadores”. Paulo Maluf PPB (PDS/PPR)

conseguiu eleger seu sucessor Celso Pitta, do mesmo partido, contra a candidata petista e ex-prefeita, Luíza Erundina. Celso Pitta obteve, no primeiro turno, 44,9% votos, contra a candidata do PT que obteve 22,8%. No segundo turno, o candidato sucessor de Maluf venceu as eleições com 57,4% dos votos, contra apenas 34,7% de Luíza Erundina do PT. Esses resultados mostraram o fortalecimento da “direita” na capital paulista, que contrariamente ao histórico de votar “a favor de mudanças”⁵⁴, elegia o candidato recomendado pelo então prefeito Paulo Maluf do PPB (PDS/PPR) ou como uma aprovação à sua administração, ou como receio de uma vitória da esquerda, representada pela candidata petista Luíza Erundina.

Os resultados das eleições presidenciais de 1998 na capital paulista foram favoráveis, novamente, ao então presidente, Fernando Henrique Cardoso, e à sua coligação formada pelos mesmos partidos “conservadores” que também fizeram parte da coligação de 1994, PFL e PTB com o seu partido PSDB. A coligação venceu na capital paulista com 52,6% dos votos, contra os 23,6% dos votos de Lula do PT. Esses resultados reforçam a idéia segundo a qual a cidade de São Paulo não segue as mesmas tendências partidárias em todos os níveis.

As eleições para o governo do estado de São Paulo em 1998 foram bastante competitivas. Três candidatos disputaram o primeiro turno, Paulo Maluf do PPB (PDS/PPR), Mário Covas do PSDB e Marta Suplicy do PT. Todos os três obtiveram mais de um milhão de votos, e o candidato do PPB (PDS/PPR) foi o mais votado. A decisão do segundo turno ficou entre os dois primeiros candidatos. E, assim como na eleição nacional, a maioria dos paulistanos acreditaram que a reeleição seria o melhor e votaram no candidato do PSDB, Mário Covas.

⁵⁴ Como destacou Muszynski, por ocasião da eleição para governador em 1986.

As eleições municipais de 2000 em São Paulo lembram o cenário de 1988, no que diz respeito ao desempenho dos “conservadores”. O candidato “conservador”, Paulo Maluf do PPB (PDS/PPR) não conseguiu se eleger, mas mostrou que não está fora do cenário político-eleitoral. Mesmo com a administração problemática de seu sucessor (Celso Pitta, do mesmo partido) e com várias denúncias de corrupção que incluíam o seu nome e o de sua família, o candidato da “direita” conseguiu votação o suficiente (960.581 votos) para disputar o segundo turno com a candidata petista, Marta Suplicy. Paulo Maluf obteve somente 41,5% e a candidata da esquerda venceu as eleições com 58,5% dos votos.

Esses resultados eleitorais oficiais do período 1985-2000 mostram, de um lado, o caráter “conservador” da capital paulista e, de outro, o seu cenário significativamente competitivo.

As tabelas abaixo mostram os resultados das eleições municipais, estaduais e nacionais no período de 1985-2000 na cidade de São Paulo:

Tabela 3.1
Resultados das eleições municipais 1985-2000 para a cidade de São Paulo

Partidos Políticos	1985 %	1988 %	1992 %		1996 %		2000 %	
			1º turno	2º turno	1º turno	2º turno	1º turno	2º turno
PTB	37,5							
PT		29,8					34,4	58,5
PDS/PPR/PPB			37,3	52,2	44,2	57,4		

FONTE: TRE - SP

Tabela 3.2

Resultados das eleições estaduais 1986-1998 para a cidade de São Paulo

Partidos Políticos	1986 %	1990 %		1994 %		1998 %	
		1º turno	2º turno	1º turno	2º turno	1º turno	2º turno
PTB	31,3						
PDS/PPR/PPB		37,9	45,9			29,6	
PSDB				41,5	55,1		56,2

FONTE: TRE - SP

Tabela 3.3

Resultados das eleições nacionais 1989-1998 para a cidade de São Paulo

Partidos Políticos	1989 %		1994 %	1998 %
	1º turno	2º turno		
PRN		52,8		
PSDB	31,9		52,3	52,6

FONTE: TRE - SP

Porto Alegre

A capital gaúcha tem se destacado por apresentar um cenário político-eleitoral em que a esquerda parece se consolidar. Desde as eleições de 1988, o Partido dos Trabalhadores tem vencido as eleições municipais em Porto Alegre e, tanto ao nível estadual, quanto ao nível nacional, a capital gaúcha tem apresentado resultados favoráveis à esquerda, como podemos verificar nas eleições de 1989, 1994 e 1998. Ao contrário da capital paulista, a cidade de Porto Alegre tem apresentado resultados eleitorais que seguem, ao nível municipal, a mesma tendência apresentada aos níveis

estadual e federal, traduzindo assim as suas raízes regionais.

Os primeiros resultados eleitorais municipais, do período 1985-2000, e o resultado do primeiro turno das eleições de 1989 traduzem essas raízes regionais em que partidos como o PDT apresentavam fortes bases políticas. O cenário político-partidário da cidade de Porto Alegre, desenhado a partir dos resultados oficiais dos últimos anos, mostra o enfraquecimento do PDT como partido de bases fortes, o crescimento do PT e o declínio das forças “conservadoras” da “direita”.

O desempenho dos “conservadores”, nas primeiras eleições majoritárias municipais na cidade de Porto Alegre, depois do regime militar, não foi dos melhores. O PDS (ARENA) obteve somente 9,6% dos votos e o PTB apenas 1,3%. A decisão do pleito ficou entre os candidatos do PMDB e do PDT, ambos com bases sociais na cidade. O PDT teve a maior votação e o candidato Alceu Collares tornou-se o primeiro prefeito da capital gaúcha eleito pelo voto direto depois de um longo período. Nessa eleição, o Partido dos Trabalhadores que concorria com o candidato Raul Pont, obteve somente 11,4% dos votos.

Seguindo uma tendência verificada em muitas capitais nas eleições para o governo do estado em 1986, o PMDB venceu também as eleições da capital gaúcha com o candidato Pedro Simon. O PDT, outro forte partido político na cidade, teve a segunda maior votação.

Em 1988, os partidos “conservadores” também não conseguiram eleger o prefeito da capital gaúcha⁵⁵. O PDT, que vencera o pleito anterior, ficara em segundo

⁵⁵ O PDS (ARENA) teve uma votação maior (13,0%) em relação aos números da eleição de 1985 (9,6%) e o PL teve somente 6,8% dos votos. TRE-RS.

lugar com 22,0% dos votos. E o PT em coligação com o PCB, venceu sua primeira eleição para a prefeitura gaúcha com 34,4% dos votos. Baquero destaca que o crescimento do PT na cidade, em 1988, também se deveu ao declínio generalizado das forças tradicionais de “direita” (Baquero: 1998, p. 131).

No primeiro turno das eleições presidenciais de 1989, a capital gaúcha elegeu uma antiga liderança do PDT, Leonel Brizola, com 68,1% dos votos. Todos os candidatos de outros partidos receberam votação menor que 10,0%, incluindo o candidato do PT, Lula. No segundo turno, quando a eleição polarizou-se, à esquerda e à direita, a população gaúcha elegeu o candidato do Partido dos Trabalhadores, Lula, com 71,9% dos votos.

As eleições para o governo do estado em 1990 foram disputadas pelo PDT e pelo PDS (ARENA/PPR). O Partido dos Trabalhadores, que estava então na prefeitura da cidade, ficou na terceira colocação com somente 10,6% dos votos. No segundo turno, venceu o candidato do PDT, Alceu Collares, que havia sido eleito prefeito em 1985.

Nas eleições de 1992, os “conservadores” novamente não apresentaram resultados positivos⁵⁶. O PDT conseguiu somente 11,4% dos votos, diminuindo cada vez mais sua expressão na capital gaúcha. O Partido dos Trabalhadores, que venceu as eleições, disputou o segundo turno com o PMDB.

Os resultados das eleições nacionais e estaduais de 1994 e de 1998 são ilustrativos do crescimento do Partido dos Trabalhadores na capital gaúcha. Após terem vencido as eleições para a prefeitura da cidade pela segunda vez consecutiva em

⁵⁶ O PTB teve somente 7,13% dos votos e o PL apenas 1,85%. O PPR (PDS/ARENA) teve sua votação diminuída

1992, o PT obtinha a maior votação para as eleições presidenciais e para as eleições para o governo do estado em 1994. O PDT parecia cada vez mais diminuir sua expressão, seu candidato Leonel Brizola, que havia sido eleito na capital gaúcha em 1989 com mais de 60,0% dos votos, ficava em terceiro lugar com apenas 14,2% em 1994.

Com os resultados das eleições de 1996, parecia certo a consolidação das bases petistas na capital gaúcha. O PT conquistara o seu terceiro mandato consecutivo com 53,7% dos votos no primeiro turno, contra 22,0% da candidata da coligação do PSDB (PSDB, PL, PSC, PSL e PFL) Yeda Crusius. Os partidos “conservadores” PPB (PDS/PPR) e PTB, juntos, não somaram 10,0% dos votos. E o PDT conseguira somente 5,3% da votação. Nas eleições municipais de 2000, a capital gaúcha elegeu o PT para o quarto mandato, contra uma antiga liderança local do PDT, Alceu Collares.

A trajetória eleitoral partidária na capital do Rio Grande do Sul é marcada pelo significativo crescimento do Partido dos Trabalhadores, que aumentou suas bases sociais para além da capital gaúcha, como mostrou os resultados das eleições de 1998 em que o candidato do partido foi o mais votado para o governo do estado também em outras cidades. Outra característica desse quadro eleitoral, como já foi aqui destacado, é o declínio dos partidos “conservadores” na capital gaúcha. Os resultados das eleições nesse período 1985-2000 deixa claro a tendência esquerdista da cidade de Porto Alegre. A tabela abaixo apresenta esses resultados:

significativamente de 1988 para 1992, de 13,0% para 4,3%. TRE/RS.

Tabela 3.4

Resultados das eleições municipais 1985-2000 para a cidade de Porto Alegre

Partidos Políticos	1985 %	1988 %	1992 %		1996 %	2000 %	
			1º turno	2º turno		1º turno	2º turno
PDT	42,7						
PT		34,3	48,2	60,7	53,7	48,7	63,5

FONTE: TRE - RS

Tabela 3.5

Resultados das eleições estaduais 1986-1998 para a cidade de Porto Alegre

Partidos Políticos	1986 %	1990 %		1994 %		1998 %	
		1º turno	2º turno	1º turno	2º turno	1º turno	2º turno
PMDB	37,6						
PDT		41,8	50,6				
PT				50,7	62,6	53,6	60,2

FONTE: TRE - RS

Tabela 3.6

Resultados das eleições nacionais 1989-1998 para a cidade de Porto Alegre

Partidos Políticos	1989 %		1994 %	1998 %
	1º turno	2º turno		
PDT	68,1			
PT		71,9	38,8	55,3

FONTE: TRE - RS

Salvador

O público da cidade de Salvador tem apresentado tendências políticas distintas nos diferentes níveis de eleição. Ao nível das eleições municipais e estaduais, o público da cidade de Salvador tem se comportado “conservadoramente” e votado no maior partido do nordeste, o PFL. Entretanto, ao nível nacional, se os resultados das eleições nacionais fossem baseados somente nos resultados das urnas de Salvador, o presidente da República seria Lula do PT. Seguindo uma tendência contrária a apresentada aos níveis municipal e estadual, a cidade tem votado, nas três eleições presidenciais, no candidato do maior partido de esquerda, e não no candidato da coligação da qual o PFL fazia parte (PSDB, PFL e PTB).

O PMDB venceu as duas primeiras eleições do período pós-85, as eleições municipais de 1985 e as eleições para o governo do estado em 1986. Seguindo uma tendência nacional verificada nas capitais. Nas eleições municipais de 1985, os partidos “conservadores” apresentaram candidaturas próprias, o PTB obteve a segunda melhor votação e o PFL a terceira. Em 1986, o PMDB contava com uma coligação de centro-esquerda que incluía vários partidos: o PMDB, o PDT, o PSC, o PCB e o PC do B. Os partidos “conservadores” também formaram uma coligação (PFL, PDS (ARENA), PTB e PDC), e lançaram o candidato Josaphat Ramos Marinho, que obteve a segunda melhor votação.

Nas eleições municipais de 1988, os principais partidos “conservadores”, PDS (ARENA) PFL e PTB em coalizão, lançaram o candidato Manoel Figueiredo Castro, que foi o terceiro mais votado. O PMDB em coligação com o PSC (Partido Social Cristão) venceu a segunda eleição municipal consecutiva.

Os resultados das eleições de 1989 apresentaram uma tendência específica do público da capital baiana. O candidato do Partido dos Trabalhadores, Lula, venceu nos dois turnos das eleições de 1989 na cidade de Salvador. O candidato da “direita”, Fernando Collor de Mello obteve menos de 30,0% dos votos no segundo turno.

Nas eleições para o governo do estado, em 1990, foram criados vários blocos ideológicos. O PC do B, o PCB e o PSB formaram um bloco à esquerda, o PT não formou coligações e um bloco de centro foi formado pelo PSDB e pelo PMDB. Os principais partidos “conservadores”, PFL, PDS (ARENA), PTB, PL, PDC uniram-se em torno do *slogan* “Vamos salvar a Bahia”. Com o candidato Antônio Carlos Magalhães, o bloco “conservador” venceu as eleições para o executivo estadual.

O PSDB venceu as eleições de 1992 para a prefeitura de Salvador. Nos dois turnos da eleição, o partido venceu contra a coligação que reunia os dois maiores partidos “conservadores”, o PFL e o PPR (PPB/PDS/ARENA).

Nas eleições nacionais de 1994, assim como nas eleições de 1989, o candidato do PT, Lula, venceu as eleições com mais de cem mil votos sobre o segundo candidato mais votado, Fernando Henrique Cardoso, da coligação da qual o PFL fazia parte. Já nas eleições para o governo do estado da Bahia, venceu o candidato do PFL. Nessas eleições, quase gerais, ficaram explícitas as diferenças de comportamento político eleitoral para cada cargo executivo.

O candidato do PFL, Antônio Imbassahy, venceu as eleições de 1996 para a prefeitura de Salvador e foi reeleito em 2000. Em 1998, o candidato do PT conseguiu, novamente, a maior votação na cidade de Salvador. Já ao nível estadual, venceu a

coligação formada pelo PMDB e pelos partidos “conservadores”, PPB (PPR/PDS/ARENA), PTB, PST, PSC, PL, PFL, PRN e PT do B.

Ao nível municipal, parece que o PFL vem consolidando sua força. O PMDB, que vencera as primeiras eleições do período 1985-2000, não apresenta mais a mesma força eleitoral. E o PSDB, que vencera as eleições municipais em 1992, parece não ter conseguido manter esse eleitorado.

A cidade de Salvador, ao nível das eleições estaduais também apresenta uma tendência “conservadora”. O PFL, venceu as últimas três eleições para o governo do estado. Já ao nível das eleições presidenciais, a cidade de Salvador apresenta resultados favoráveis ao maior partido de esquerda brasileiro, o Partido dos Trabalhadores.

As tabelas abaixo mostram os resultados eleitorais oficiais para as eleições ocorridas no período de 1985-2000 na cidade de Salvador:

Tabela 3.7
Resultados das eleições municipais 1985-2000 para a cidade de Salvador

Partidos Políticos	1985 %	1988 %	1992 %		1996 %	2000 %
			1º turno	2º turno		
PMDB	56,4	50,5				
PSDB			44,2	56,9		
PFL					51,4	53,7

FONTE: TRE - BA

Tabela 3.8
Resultados das eleições estaduais 1986-1998 para a cidade de Salvador

Partidos Políticos	1986 %	1990 %	1994 %		1998 %
			1º turno	2º turno	
PMDB	83,7				
PFL		45,3	33,9	55,3	56,8

FONTE: TRE - BA

Tabela 3.9
Resultados das eleições nacionais 1989-1998 para a cidade de Salvador

Partidos Políticos	1989 %		1994 %	1998 %
	1º turno	2º turno		
PT	45,1	74,8	57,6	55,4

FONTE: TRE - BA

1.2.2 - Comportamento político nas capitais pesquisadas

Este item apresenta, em linhas gerais, alguns elementos da cultura política das cidades pesquisadas, São Paulo, Salvador e Porto Alegre, com intuito de traçar algumas características do comportamento político destas cidades. O caso da capital paulista tem um tratamento mais detalhado devido ao papel destacado que a cidade adquiriu na análise comparativa entre as três cidades, dada a sua singularidade. Uma das hipóteses do nosso trabalho consiste na idéia de que as bases sociais "conservadoras" compartilham valores e posicionamentos com os seus partidos políticos e os estudos sobre comportamento político realizados na capital paulista têm apontado essa tendência.

O fenômeno da revitalização da “direita” pode ser percebido não somente através do sucesso eleitoral dos partidos “conservadores”, mas também através da aceitação, por parte da população, das propostas da agenda econômica neoliberal e do “conservadorismo” defendidos por esses partidos. Na capital paulista, como em outras capitais, os resultados eleitorais indicam uma receptividade do eleitorado aos políticos e partidos “conservadores” e às suas propostas. Os resultados das eleições presidenciais de 1989 são ilustrativos desse cenário em que um candidato da “direita” obteve um grande número de votos em grandes capitais, como São Paulo, Curitiba e Belém⁵⁷. Alves destaca que o resultado dessas eleições descortinou o comportamento diferenciado do paulistano em relação às outras cidades (Alves, 1999).

A cidade de Salvador apresenta um cenário partidário eleitoral bastante específico. A cidade tende a se comportar “conservadoramente” quando o que está em questão são os governos municipais e estaduais. O PFL, maior partido “conservador” na região nordeste, tem fortes bases sociais na capital baiana. Seus candidatos à prefeito e ao governo do estado foram eleitos e reeleitos nos últimos anos. Entretanto, ao nível nacional, a cidade tem se destacado, entre as outras capitais de estado, por ter eleito o candidato da esquerda, Lula do Partido dos Trabalhadores, nas três eleições presidenciais ocorridas, em 1989, em 1994 e 1998.

Porto Alegre apresenta uma trajetória político-eleitoral que se destaca pelo desempenho do maior partido político de esquerda. Desde as eleições de 1988, o Partido dos Trabalhadores governa a capital gaúcha e tem apresentado um bom desempenho nas eleições estaduais e nacionais naquele estado. A continuidade do PT

⁵⁷ Fernando Collor de Mello em 1989 obteve a maioria dos votos em São Paulo, em Curitiba e em Belém. Ver Moisés: 1990, p. 141.

no governo municipal de Porto Alegre evidencia a quebra de um padrão histórico de alternância no poder verificado na cidade até as eleições de 1992 (Baquero: 1998, p. 129). Segundo Baquero, o caso da cidade de Porto Alegre se diferencia por apresentar um padrão administrativo, estabelecido a partir das eleições de 1988, que possibilitou uma continuidade política não devido aos fatores conjunturais mas por um processo de formas alternativas de relacionamento entre o Estado e a Sociedade Civil em nível municipal (Baquero: 1998, p. 130).

A cidade de Porto Alegre apresenta também uma história de tradição de identificação partidária em comparação com outras cidades e estados brasileiros. A partir de uma série de pesquisas longitudinais (1968-1996) realizadas na capital gaúcha, podemos verificar que a identificação, por parte da população, com o Partido dos Trabalhadores é constante e crescente, culminando em 1996 com 40,9%. Entre outros elementos explicativos, podemos destacar, segundo Baquero, o fato do partido político transmitir uma imagem de honestidade para o eleitorado, fruto de uma forma diferente de conceber a cidadania. O crescimento do número de eleitores identificados pode também ser resultado do que tem sido chamado de “maneira petista de governar” a qual se cristalizou com a experiência do Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre (Baquero: 1998, p. 132).

O caso de São Paulo

Como já foi ressaltado no início deste item, a cidade de São Paulo foi adquirindo um papel destacado na análise comparativa entre as três capitais pesquisadas, dado o caráter singular do seu cenário político-eleitoral. Dessa forma, apresentamos alguns traços do comportamento político paulistano, objeto de vários trabalhos realizados nos últimos anos.

A cidade de São Paulo, desde as primeiras eleições após o fim do regime autoritário, tem se apresentado como um caso exemplar da atuação dessas forças políticas de “direita” e do comportamento político “conservador”. Revelando um posicionamento bastante diferente do apresentado durante os anos do regime autoritário – em que a cidade apresentava uma postura bastante combativa e progressista – a capital paulistana têm vivido pleitos eleitorais muito competitivos com partidos e propostas políticas diferentes.

Nas eleições municipais de 1985, formaram-se em São Paulo, dois grandes blocos um à “direita” e outro localizado à centro-esquerda. A candidatura de Jânio Quadros resultado da coalizão entre o partidos “conservadores”, PTB, PDS (ARENA) e PFL, já marcada em outros pleitos pela característica a-partidária, reafirmou seu caráter independente de líder desvinculado de partidos e organizações partidárias. À direita do espectro ideológico, a candidatura de Jânio Quadros herdou boa parte dos votos arenistas e ainda conseguiu votos dos antigos emedebistas, vencendo o pleito de 1985. Esse resultado veio a confirmar a linha divisória do espectro ideológico já verificado em 1982. *“As forças conservadoras mantiveram os 38% do total de votos que haviam obtido em 1982”* (Lamounier e Muszynski: 1986, p. 09).

A estratégia do bloco “conservador” consistiu, em primeiro lugar, na sua formação. Unindo forças, o PDS, herdeiro arenista, vendo que poucas eram as suas chances, juntou-se ao bloco que ainda contou com o PFL e o apoio “conservador” importante do ministro Olavo Setúbal. A outra estratégia ficou por conta do apelo específico da campanha. Sabendo onde se localizava seu reduto eleitoral⁵⁸, principalmente em bairros da periferia urbana de São Paulo, Jânio Quadros tocou, em sua campanha, questões chaves como a do “pobre honesto” que não tem seu valor reconhecido pela sociedade, já que seu *status* familiar é contaminado pelo bairro em que reside.

O *slogan* da campanha vitoriosa de Jânio Quadros era “honestidade, trabalho e segurança”, reunindo não somente o sentimento anti-governista, mas principalmente a marca registrada do candidato, o moralismo. Essas três questões despertaram ou expressaram efetivamente valores que costumam ser atribuídos à pequena classe média urbana. A questão da “honestidade” não diz respeito somente à moralidade individual, mas à idéia de que os problemas públicos deixarão de ser problemas à medida que o povo fizer a escolha certa pelo candidato que possua, que personifique, todas as qualidades necessárias a um “dirigente virtuoso”, alguém que represente a família unida e respeitável. Com isso o candidato “conservador” “provava” a não necessidade da sua vinculação aos partidos ou às organizações políticas, desvinculando sua campanha e candidatura da esfera da política propriamente dita. A

⁵⁸ “O retrospecto da trajetória política de Jânio Quadros não permite afirmar que estamos diante de uma liderança com bases preponderantemente populares, se entendermos por isso o apoio dos estratos mais baixos da população. Os resultados mostram que sua base social desloca-se ao longo do tempo dos setores populares para as classes médias, tornando-se gradativamente distante da imagem do “tostão contra o milhão” cultivada no início de sua carreira. Na verdade, o perfil do janismo ajusta-se cada vez mais a seu próprio símbolo, a vassoura. Seus seguidores mais fiéis são aqueles que sonham com a política asséptica”, sem conflitos, conduzida por essa estranha mescla de líder messiânico e administrador apolítico.” Sadek: 1986, p. 75. Para uma análise da trajetória política personalista de Jânio Quadros ver também Chaia, 1991.

menção ao “trabalho” em seu *slogan* nada tem a ver com a promessa de criação de maiores oportunidades de emprego, pois no imaginário janista “*essas oportunidades existem para aqueles que querem trabalhar*”. Essas mensagens tocaram de perto o sistema de crenças e valores de parte do público paulistano, a idéia do “pobre trabalhador e honesto”, o respeito da família modesta que vive na periferia. O terceiro item de seu *slogan* não poderia deixar de ir de encontro com as outras duas mensagens expressas, honestidade, trabalho e “segurança”. Segurança para o trabalhador honesto que precisa garantir a proteção de sua família vivendo em um bairro onde tem que conviver com “*vagabundos, marginais e assassinos*”. Como Lamounier destaca, a mensagem, no limite, era “*Ou Jânio, ou justiça pelas próprias mãos*” (Sadek: 1986, p. 17). Com essa mensagem, o candidato “conservador” diferenciou sua proposta das políticas de direitos humanos do governo Montoro e de seu candidato Fernando Henrique Cardoso (Chaia: 1991, p. 260).

Pierucci (1987, 1989 1999) constatou que os valores “conservantistas”, que dizem respeito à moralidade privada, e que fizeram parte da agenda eleitoral do candidato Jânio Quadros nas eleições de 1985, também se verificavam entre suas bases sociais eleitorais. Constatou também que esses valores “conservantistas” e autoritários não estavam limitados às bases sociais janistas, mas se estendiam também ao eleitorado malufista. Nessa incursão ao universo da “direita” paulistana, Pierucci entrou em contato com o mapa de valores que está por trás da opção política pelo candidato mais à “direita” do espectro ideológico. O público entrevistado nessas pesquisas não era constituído somente por eleitores desses candidatos, mas também por ativistas, pessoas que trabalharam nas campanhas, ou seja, um público realmente

engajado politicamente, que tinha alguma informação e interesse por política, que sustentava posturas e defendia valores “conservadores”. Um público que apresentava um comportamento estruturado ideologicamente. A partir dessas informações foi possível conhecer algumas características do universo de valores e atitudes desse público identificado com a “direita”. Os valores desse público estavam pautados por sentimentos antiigualitários e soluções autoritárias para os problemas sociais, como a crença de que não deve existir direitos humanos para “presos e bandidos” e a defesa da pena de morte⁵⁹. Esse público “conservador” apresentava demandas sociais como serviços públicos – de saúde, educação, creches, orfanatos – de qualidade, mas também queria segurança policial e seguridade social, o que considerava “*direitos de todos os cidadão de bem*”.

Muszynski (1989a) destaca que a pauta de valores, que esteve presente nas eleições de 1986, também estava marcada por elementos do imaginário “conservantista”. Destacamos a agressividade da campanha malufista – propagada pelo então deputado estadual Afanázio Jazadji – que, entre um apelo autoritário e outro, trazia ainda a idéia do “rouba mas faz”. As soluções autoritárias para os problemas sociais apareceram ao lado de demandas sociais ao Estado, ou seja, a postura mais “conservadora” e o posicionamento político à “direita” não estavam relacionados, entre esse público, ao posicionamento liberal anti-*welfare* (Pierucci: 1987, p. 27).

Nas eleições de 1988, o cenário político-eleitoral da capital paulista

⁵⁹ Ao lado do preconceito contra o migrante nordestino, pelo qual o entrevistado fazia questão de se afirmar diferente – o que fica claro na idéia da “pena de repatriação”, a idéia segundo a qual o cumprimento das penas de reclusão deveriam ser cumpridas no estado de origem do condenado, já que o entrevistado acreditava que a maioria deles fosse nordestino e negro. Pierucci: 1987, p. 31-32.

dividiu-se ideologicamente, à esquerda com a candidata petista Luíza Erundina e à direita com o candidato do PDS, Paulo Maluf. Nesse cenário ideologicamente polarizado, saíram das zonas mais ricas da cidade o voto útil no candidato da “direita”. Essas camadas sociais mais favorecidas temiam pela vitória da candidata esquerdista e viram na candidatura de Paulo Maluf uma saída. Os dados oficiais da eleição de 1988 comprovaram que havia uma reserva de apoio às forças “conservadoras” guardada fora dos redutos tradicionais do “conservadorismo”. Em uma tentativa estratégica de impedir a vitória de Luíza Erundina, os eleitores dos bairros mais ricos das zonas Centro, Oeste e Sul da cidade de São Paulo depositaram seus votos tentando eleger o candidato da “direita”, Paulo Maluf.

“Essa súbita flutuação de votos assustados provenientes dos bairros mais ricos, embora em volume insuficiente para conduzir Paulo Maluf ao governo municipal em 1988, aos olhos dos observadores interessados foi mais que suficiente para deixar vir à tona uma virtualidade algo desconcertante desse eleitorado de classe média alta que, em anos recentes, havia sustentado candidaturas progressistas: a de sentir-se convocado a votar na “direita” quando o temor lhe evoca a razão” (Pierucci e Lima: 1991, p. 22-23).

Trabalhos mais recentes (Pierucci e Lima, 1993; Alves, 1999), da década de noventa, realizados na capital paulista, têm apontado outros conteúdos substantivos associados às bases “conservadoras”. Às características sociais e conteúdos políticos e valorativos detectados junto ao eleitorado da “direita”, durante à década de 80, como o antiigualitarismo, valores morais “conservantistas” e a associação desses aos estratos sociais com níveis baixos de renda e de escolaridade, somam-se outros elementos. Mais recentemente, junto às bases da “direita” paulistana verificamos a adesão às medidas políticas da agenda neoliberal como as privatizações – e outras características socioeconômicas, que diferem dos dados sociais detectados

anteriormente, como a incorporação de parcelas de eleitores mais bem situados na escala social.

Essas características peculiares da capital paulistana, quadro político eleitoral competitivo ao nível municipal, com alternância de partidos à esquerda e à direita do espectro ideológico e comportamento político “conservador”, a tornam um ponto de partida para uma análise comparativa entre as duas outras capitais, Salvador e Porto Alegre. Cidades que também são grandes centros econômicos com peso regional e que apresentam quadros eleitorais e comportamentos políticos distintos.

Parte II – OS DADOS DA PESQUISA

II.1 – Apresentação

A pesquisa⁶⁰ do tipo *survey* utilizada neste trabalho foi realizada entre os dias 19 e 20 de junho de 2000, pelo Datafolha, em alguns estados brasileiros, São Paulo (n=1520), Rio de Janeiro (n=1.081), Minas Gerais (n=1.231), Rio Grande do Sul (n=1.172), Santa Catarina (n=1.203), Paraná (n=916), Bahia (n=1.102), Pernambuco (n=949), Ceará (n=819) e Brasília (n=669). Essa pesquisa foi um levantamento por amostragem estratificada por sexo e idade com sorteio aleatório dos entrevistados. O universo da pesquisa foi o conjunto da população acima de 16 anos desses estados. No levantamento realizado nos estados de SP, RJ, MG, RS, SC, PR, BA, PE e CE a margem de erro foi de 3 (três) pontos percentuais e no Distrito Federal, a margem de erro foi de

⁶⁰ O número de registro desta pesquisa no CESOP é: DAT/BR00.JUN-01045.

4 (quatro) pontos percentuais para mais ou para menos dentro de um intervalo de confiança de 95,0%. O que significa que, por exemplo, se fossem realizados 100 (cem) levantamentos com a mesma metodologia, em 95 (noventa e cinco) entrevistas, os resultados estariam dentro da margem de erro prevista.

Esta pesquisa foi escolhida dentre outras tantas após um longo processo de seleção que, infelizmente, resultou na verificação da ausência de pesquisas realizadas em outras cidades (capitais de estado), da falta de questões que abordassem temas valorativos e políticos e, além disso, da falta de pesquisas que abordassem tais questões em várias localidades aplicadas ao mesmo tempo. Para além da cidade e do estado de São Paulo, quase não existem pesquisas com variáveis através das quais se possa explorar o sistema de crenças e valores dos entrevistados. Assim, ainda que a pesquisa selecionada apresente alguns problemas, como uma amostra (“n”) reduzida, ela permite uma análise comparativa já que apresenta dados para as três capitais estudadas. Esta pesquisa foi a única do período recente, realizada em algumas capitais, que trazia um conjunto de variáveis através das quais se poderia apreender algumas características do comportamento político do público das cidades. Nesta pesquisa além das variáveis de valores e atitudinais há também um conjunto de variáveis socioeconômicas, variáveis de intenção de voto, de identificação partidária e de autolocalização no espectro ideológico, através das quais poderíamos desenvolver a hipótese do trabalho.

Desta pesquisa de amostra total de 10.662 entrevistados, serão utilizadas apenas as amostras da cidade de São Paulo (n=395), de Salvador (n=168) e de Porto

Alegre (n=195)⁶¹. O fato de se trabalhar com subamostragens de uma amostra nacional pode significar a redução da validade estatística. Entretanto, apesar das limitações impostas por uma amostra reduzida, podemos dizer que os resultados da análise apresentada sinalizam tendências do comportamento dos públicos dessas capitais estudadas.

II.2 – Características demográficas e socioeconômicas dos entrevistados: O perfil dos públicos nas capitais pesquisadas⁶²

A cidade de São Paulo apresenta o maior público entrevistado, mas nas três capitais há um equilíbrio do público de homens e mulheres. Os públicos das cidades de São Paulo e de Salvador são, em sua maioria, jovens. Encontram-se na faixa dos 18 aos 24 anos. Já em Porto Alegre, a maioria do público entrevistado é formado pela população adulta, dos 25 aos 59 anos de idade.

Com relação às características socioeconômicas, podemos verificar algumas diferenças entre os públicos pesquisados. A cidade de Porto Alegre apresenta

⁶¹ No que diz respeito aos dados da pesquisa utilizada, somente trabalharemos com as respostas válidas, ou seja, as respostas “não sabe” e “outras respostas” foram incorporadas aos casos perdidos (*data missing*), já que essa medida não prejudica a análise pretendida.

⁶² Algumas variáveis sofreram algumas recodificações e agrupamentos a fim de que seus dados não apresentassem resultados muito fragmentados. A variável sobre Renda Familiar teve duas de suas faixas agrupadas, as faixas “de mais de 2 a 3 salários mínimos” e “de mais de 3 a 5 salários mínimos” foram agrupadas em uma única faixa que passou a ser “de mais de 2 a 5 salários mínimos”. A variável sobre Escolaridade também sofreu alguns agrupamentos. As faixas foram agrupadas da seguinte forma: “Analfabeto/Primário Incompleto”, Primário Completo/Ginásial Incompleto e Ginásial Completo” como “Ensino Fundamental”; “Colegial Incompleto” e Colegial Completo como “Ensino Médio” e “Superior Incompleto”, “Superior Completo” e “Pós Graduação” como “Superior”.

o público com maior nível de escolaridade, a maioria deles está na faixa do Ensino Médio, e uma parcela menor, 10,8%, é Analfabeto ou tem parte incompleta do Ensino Fundamental (antigo primário). Já a cidade de Salvador apresenta os menores índices em relação à escolaridade. Uma parcela significativa, comparativamente, 20,8% do público entrevistado, é Analfabeta ou tem parte incompleta do Ensino Fundamental (antigo primário). Quase a metade do público entrevistado tem somente o Ensino Fundamental e somente 5,9% dos entrevistados possuem nível Superior de Ensino.

A cidade de Salvador também apresenta as menores faixas de renda. A maioria do seu público entrevistado tem renda de até 2 (dois) salários mínimos. Esses dados socioeconômicos da pesquisa utilizada (junho/2000) parecem apresentar a mesma tendência das características socioeconômicas verificadas na *PNAD* Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada em 1999. Comparativamente, a cidade de Salvador é a capital pesquisada que apresenta os menores índices de desenvolvimento socioeconômico.

Tabela 3.10
Dados Socioeconômicos e Demográficos das capitais pesquisadas
São Paulo, Porto Alegre e Salvador

Variáveis socioeconômicas	SAO PAULO		PORTO ALEGRE		SALVADOR	
	%	n	%	n	%	n
SEXO						
Feminino	52,7	208	53,8	105	54,8	92
Masculino	47,3	187	46,2	90	45,2	76
Total	100	395	100	195	100	168
IDADE						
16 a 17 anos	5,6	22	5,1	10	7,1	12
18 a 24 anos	20,3	80	16,9	33	22,6	38
25 a 34 anos	25,3	100	22,1	43	26,2	44
35 a 44 anos	21,3	84	21,0	41	19,6	33
45 a 59 anos	15,9	63	20,0	39	15,5	26
60 anos ou mais	11,6	46	14,9	29	8,9	15
ESCOLARIDADE						
Analfabeto/Ensino Fundamental Incompleto*	11,4	45	10,8	21	20,8	35
Ensino Fundamental	39,5	156	33,8	66	44,0	74
Ensino Médio	37,2	147	43,6	85	29,2	49
Superior	11,9	47	11,7	23	6,0	10
RENDA						
Até 2 s.m.	14,9	56	18,4	35	40,0	58
De mais de 2 a 5 s.m.	30,3	114	37,4	71	37,9	55
De mais de 5 a 10 s.m.	28,5	107	20,0	38	9,7	14
De mais de 10 a 20 s.m.	18,6	70	16,8	32	7,6	11
De mais de 20 a 50 s.m.	5,3	20	6,3	12	3,4	5
De mais 50 s.m. ou mais	2,4	9	1,1	2	1,4	2

*(antigo primeiro grau incompleto).

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

II.3 – Procedimentos: Opiniões e valores – as variáveis selecionadas

Para o estudo do comportamento político dos públicos das cidades de São Paulo, de Salvador e de Porto Alegre foram selecionadas dois conjuntos de variáveis, um conjunto que chamamos de variáveis orientadoras da análise, e outro formado pelas variáveis de valores e atitudes. As variáveis orientadoras da análise, ou seja, as variáveis de intenção de voto, de respostas espontânea e estimulada, a variável sobre

identificação partidária e a variável da autolocalização na escala esquerda-direita foram selecionadas a fim de desenvolver a hipótese deste trabalho, a idéia de que existe um mapa de valores e crenças subjacente à escolha política do público identificado com os partidos “conservadores”, que vota nesses partidos ou que se localiza à direita do espectro ideológico. E, para apreender as opiniões políticas e os valores dos eleitores ou identificados com os partidos políticos e do público que se autolocaliza à direita do espectro ideológico, nessas capitais, foram selecionadas algumas variáveis valorativas e atitudinais. O quadro abaixo apresenta as variáveis selecionadas e as respectivas perguntas aplicadas na pesquisa:

Variáveis	Perguntas do questionário 2000
Identidade Partidária	“Qual é o seu partido político de preferência?”
Intenção de Voto (espontânea)	“Em 2002 haverá eleições para presidente da República. Em quem você gostaria de votar para presidente da República em 2002?”
Intenção de Voto (estimulada)	“Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria?”
Autolocalização no Espectro Ideológico	“Como você sabe, muita gente Quando pensa em política, utiliza os termos esquerda e direita. no Quadro que aparece neste cartão, em Qual posição política você se colocaria, sendo que a posição “um” é o máximo à esquerda e a posição “sete” é o máximo à direita?”
Ser de “Direita” e Ser de “Esquerda”	“Na sua opinião, qual é a diferença que há entre esquerda e direita na política? Em outras palavras, o que é para você ser esquerda e ser de direita?”
Regime Político	“Gostaria que você me dissesse com qual dessas três afirmações você concorda mais: 1) a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo, 2) em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático ou 3) tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura?”
Pena de Morte	“Se hoje houvesse uma consulta à população, você votaria a favor ou contra a adoção da pena de morte no Brasil?”
Uso do Exército no Combate à Violência Urbana	“Você é a favor ou contra que o exército seja convocado para combater a violência nas ruas das grandes cidades?”
Soluções para os Problemas Sociais	“Na sua opinião, para combater a violência o governo deveria priorizar investimentos no social como por exemplo ações de combate ao desemprego e melhorias na educação, ou os investimentos deveriam ser voltados principalmente para Segurança como por exemplo aumentar o número de policiais treinados e equipados nas ruas?”

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Na variável *identificação partidária*, os partidos políticos foram agrupados com o intuito de se conseguir melhor visualizar a divisão dos blocos no espectro ideológico. Assim, os partidos foram agrupados em três blocos, esquerda, centro e direita, conforme o critério utilizado pela bibliografia temática de referência (Rodrigues, 1987; Figueiredo e Limongi, 1995; Mainwaring, Meneguello e Power, 2000), qual seja, a posição programática dos partidos políticos nas votações no Congresso Nacional. Seguindo este critério, os partidos apontados, devido à resposta espontânea, ficaram assim: PT, PDT e PSB como esquerda; PMDB e PSDB como centro e PPB, PTB, PRN, PFL e PL como direita.

Tabela 3.11

*Frequência Simples das Variáveis Seleccionadas para as capitais São Paulo,
Porto Alegre e Salvador*

Variáveis seleccionadas	SAO PAULO		PORTO ALEGRE		SALVADOR	
	%	n	%	n	%	n
IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA						
PMDB	15,0	20	19,6	20	18,2	12
PT	64,7	86	56,9	58	43,9	29
PPB (PDS/PPR)	4,5	06	2,0	02		
PSDB	8,3	11	1,0	01	3,0	02
PTB	1,5	02	5,9	06	4,5	03
PRN						
PDT	0,8	01	11,8	12	1,5	01
PSB	1,5	02	1,0	01		
PFL	3,8	05	2,0	02	28,8	19
PL						
Total	100	133	100	102	100	66
INTENÇÃO DE VOTO (espontânea)	%	n	%	n	%	n
Anthony Garotinho (PDT)	1,6	01				
Ciro Gomes (PPS)	21,9	14	21,2	07	14,3	05
Itamar Franco (Sem Partido)						
Lula (PT)	39,1	25	36,4	12	65,7	23
Paulo Maluf (PPB)	20,3	13	6,1	02	2,9	01
Fernando Collor de Mello (PRN)	3,1	02				
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	14,1	09	21,2	07	14,3	05
Brizola (PDT)			15,2	05	2,9	01
Total	100	64	100	33	100	35
INTENÇÃO DE VOTO (estimulada)	%	n	%	n	%	n
Anthony Garotinho (PDT)	3,9	11	5,3	08	2,2	03
Ciro Gomes (PPS)	22,6	63	21,3	32	19,7	27
Itamar Franco (sem partido)	4,7	13	12,7	19	8,8	12
Lula (PT)	30,5	85	34,7	52	48,2	66
Paulo Maluf (PPB)	21,1	59	4,7	07	5,1	07
Roseana Sarney (PFL)	7,51	21	17,3	26	7,3	10
Mário Covas (PSDB)	9,7	27	4,0	06	8,8	12
Total	100	279	100	150	100	137
REGIME POLÍTICO	%	n	%	n	%	n
Democracia	49,0	187	55,5	106	48,8	80
Ditadura	23,3	89	23,0	44	23,8	39
Tanto faz	27,7	106	21,5	41	27,4	45
Total	100	382	100	191	100	164
PENA DE MORTE	%	n	%	n	%	n
A favor	49,5	191	58,0	112	38,4	63
Contra	48,2	186	40,4	78	57,9	95
Indiferente	2,3	09	1,6	03	3,7	06
Total	100	386	100	193	100	164

USO DO EXERCITO NO COMBATE À VIOLÊNCIA URBANA	%	n	%	n	%	n
A favor	68,2	266	68,9	133	68,5	113
Contra	31,3	122	30,1	58	30,3	50
Indiferente	0,5	02	1,0	02	1,2	02
Total	100	390	100	193	100	165
SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS SOCIAIS	%	n	%	n	%	n
Combate ao desemprego e Melhorias na Educação	64,3	249	67,0	126	61,8	102
Aumentar o número de policiais treinados e equipados	34,9	135	32,4	61	38,2	63
Total	100	387	100	187	100	165

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Na variável *autolocalização no espectro ideológico*, uma escala de um (01) a sete (07) é apresentada ao entrevistado, e pede-se que ele se localize em uma dessas posições, tendo em vista que cada uma delas corresponde a uma postura política. A posição “um” significa a posição mais à esquerda e a posição “sete” significa a posição mais à direita. Através dessa variável podemos apreender elementos do universo de valores do entrevistado.

Tabela 3.12
Autolocalização do entrevistado no espectro ideológico
em São Paulo, Porto Alegre e Salvador

<i>Autolocalização no Espectro Ideológico</i>	1		2		3		4		5		6		7		Total	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
<i>São Paulo</i>	10,9	36	8,2	27	14,5	49	27,4	91	14,5	48	10,0	33	14,2	47	100	330
<i>Porto Alegre</i>	7,9	12	13,9	21	15,2	23	33,8	51	13,2	20	6,0	09	9,9	07	100	151
<i>Salvador</i>	21,8	29	12,8	17	12,8	23	12,0	16	12,8	17	5,3	07	22,6	30	100	133

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

As variáveis sobre o que é *ser de direita* e *ser de esquerda* também sofreram algumas modificações. Somente foram utilizadas as categorias de respostas com maior frequência a fim de que pudéssemos trabalhar com resultados menos fragmentados. As tabelas mostram as frequências de cada categoria isolada, por município. Nelas constam também os casos de “outras respostas” e os “*missing data*”, mas somente com a finalidade de apresentação, pois no desenvolvimento do trabalho foram utilizadas somente as categorias de respostas com as frequências estipuladas acima.

Assim, as amostras em cada cidade ficaram da seguinte forma:

São Paulo

Tabela 3.13
O que é “Ser de direita”

Opiniões	%	n
Defender o trabalhador/ lutar por mais/ melhores empregos	4,8	19
Não defender uma política social	2,3	9
Governar em interesse próprio/ Em prol de seus interesses	4,3	17
Ser a favor do governo/ Apoiar / Votar com o governo	7,8	31
E estar no governo/ Participar/ Partido do governo	3,3	13
Ser rico/ Empresário/ Elite	6,3	25
Ser a favor de um Estado Democrático/ De Participação Popular	3,0	12
Ser antidemocrático/ Autoritário/ Não aceitar manifestações	2,0	08
Outras respostas	22,6	87
<i>Missing cases</i>	44,0	174
Total	100	395

Fonte: Datafolha/ Banco de Dados do Cesop/UNICAMP

Tabela 3.14
O que é Ser de “Esquerda”

Opiniões	%	n
Defender uma política social/ Ter preocupações com o povo	8,9	35
Defender o trabalhador/ Lutar por mais ou melhores empregos	2,6	10
Não defender uma política social	2,3	09
Prometer mas não fazer/ Não cumprir o que promete	2,3	09
Estar errado/ Fazer o errado	2,3	09
Promover baderna/ Greves/ Quebra-quebra/ Agir fora da lei	2,0	08
Ser comunista/ Socialista	3,3	13
Ser contra o governo/ não apoiar/ votar contra o governo	14,4	57
Ser contra o governo atual/ FHC	3,0	12
Não sabe	37,5	148
Outras respostas	21,5	85
Total	100	395

Fonte: Datafolha/ Banco de Dados do Cesop/UNICAMP

Porto Alegre

Tabela 3.15
Ser de “Direita”

Opiniões	%	n
Ter preocupações com o povo/ bem estar social	4,1	8
Não defender uma política social	2,1	4
Ser corrupto/ Ladrão/ Desonesto	2,1	4
Ser a favor do governo/ Apoiar/ Votar com o governo	11,3	22
E estar no governo/ participar/ Partido do governo	2,1	4
Ser a favor do governo FHC/ Atual	2,1	4
Ser Rico/ Empresários/ Elite	6,7	13
Estar certo/ Fazer o certo	2,6	5
Ser bom para o país/ Povo brasileiro	4,1	8
Ser a favor de um Estado democrático/ de participação popular	2,6	5
Ser flexível/ Dialogar/ Aberto a Negociações	2,1	4
Outras respostas	9,2	18
<i>Missing cases</i>	49,2	96
Total	100	195

Fonte: Datafolha/ Banco de Dados do Cesop/UNICAMP

Tabela 3.16
Ser de “Esquerda”

Opiniões	%	n
Defender uma política social/ Ter preocupações com o povo	6,7	13
Não defender uma política social	2,6	05
Estar errado/ Fazer o errado	2,1	04
Ser comunista/ Socialista	5,7	11
Ser contra o governo/ Não apoiar/ Votar contra o governo	12,8	25
E estar fora do governo/ Não participar	2,6	05
Ser antidemocrático/ Autoritário/ Não aceitar manifestações	4,1	08
Não sabe	44,6	87
Outras respostas	19,0	37
Total	100	195

Fonte: Datafolha/ Banco de Dados do Cesop/UNICAMP

Salvador

Tabela 3.17
Ser de “Direita”

Opiniões	%	n
Ter preocupações com o povo/ bem estar social	5,4	9
Ser a favor do Governo/ Apoiar/ Votar com o Governo	7,1	12
É estar no governo/ Participar/ Partido do governo	3,0	5
É Trabalhar/ Realizar/ Fazer/ Administrar	2,4	4
Ser forte/ Ter força/ Mandar/ Ter poder	3,0	5
Estar certo/ Fazer o certo	3,6	6
Ser a favor de um estado democrático/ De Participação Popular	2,4	4
Outras respostas	22,6	38
<i>Missing cases</i>	50,6	85
Total	100	168

Fonte: Datafolha/ Banco de Dados do Cesop/UNICAMP

Tabela 3.18
Ser de “Esquerda”

Opiniões	%	n
Defender uma política social/ Ter preocupações com o povo	7,1	12
Defender o trabalhador/ Lutar por mais ou melhores empregos	3,0	05
Estar errado/ Fazer o errado	5,4	09
Ser contra o governo/ Não apoiar/ Votar contra o governo	9,5	16
Ser politicamente fraco/ Partidos Fracos/ Poucos Partidos	3,6	06
Não sabe	50,6	85
Outras respostas	20,9	35
Total	100	168

Fonte: Datafolha/ Banco de Dados do Cesop/UNICAMP

Considerações finais do capítulo 3

Esse capítulo apresentou os indicadores a partir dos quais o trabalho se desenvolveu, o cenário de desenvolvimento socioeconômico dos grandes centros urbanos, o seu quadro político eleitoral e o conjunto de dados utilizados na análise do comportamento político dos públicos dessas localidades.

Os processos de desenvolvimento econômico nos grandes centros urbanos implicam no surgimento de diversas clivagens sociais. A diversidade de atividades urbano-industriais presentes nessas três cidades propiciam a formação de diferentes segmentos sociais, organizados ou não, mas com demandas políticas específicas. A definição das desigualdades sociais nestas capitais significa também a definição de um quadro de pluralidade de interesses e valores e, por conseguinte, de comportamentos políticos diferentes.

Os partidos políticos que apareceram na trajetória político-eleitoral dessas cidades estudadas traduzem, de certa forma, suas clivagens sociais. Essa tradução pode ser verificada através das características apontadas pelos estudos de comportamento político realizados nas cidades, principalmente no caso da cidade de São Paulo. A capital paulista se destacou frente às duas outras cidades pesquisadas por apresentar um perfil político diferenciado. A maior cidade da América Latina caracteriza-se por apresentar um cenário político-eleitoral competitivo em que tanto os partidos “conservadores”, como os partidos de esquerda e os partidos de centro, têm votações expressivas, e por apresentar uma grande receptividade, por parte

significativa de seu público, às propostas e idéias propagadas pelos partidos “conservadores”. Enquanto a cidade de Porto Alegre apresentou no período 1985-2000 uma identificação partidária crescente com o maior partido político de esquerda, a capital paulista apresenta tendências políticas a partir das quais poderíamos falar na existência de redutos “conservadores”.

Com a apresentação das variáveis selecionadas vimos que seus conteúdos estão significativamente associados à vida urbana dos grandes centros e aos seus problemas sociais: desigualdades sociais, desemprego, violência urbana e segurança pública. Vimos também que um dos principais problemas apontados pelos públicos das cidades estudadas é a questão da violência e da segurança. No próximo capítulo, veremos em que medida essas questões, que fazem parte do cotidiano das grandes cidades, estão relacionadas ao posicionamento político-ideológico e partidário dos públicos das capitais estudadas.

Capítulo 4 – Tendências Políticas, Preferências e Atitudes “Conservadoras” em São Paulo, Porto Alegre e Salvador em 2000.

Introdução

Neste capítulo serão apresentados os resultados da análise dos dados das pesquisas realizadas nas cidades de São Paulo, de Salvador e de Porto Alegre. Assim, em primeiro lugar, apresentaremos nossa justificativa para o uso das variáveis que orientam a análise. A exposição dos resultados da pesquisa será dividida em três partes. Na primeira parte, o cenário político, montado a partir dos dados oficiais e dos resultados dos dados do *survey*, mostra o quadro de consistência entre os resultados das eleições e o posicionamento ideológico em cada cidade. A segunda parte apresenta os resultados da análise dos posicionamentos dos públicos das cidades e dos redutos “conservadores” em relação às questões valorativas e de atitudes políticas selecionadas. Apresentados os posicionamentos e identificados os redutos “conservadores” em cada cidade, a terceira parte mostrará em que setores sociais encontram-se esses públicos “conservadores”.

Para a exploração dos elementos que caracterizam o comportamento político “conservador” foram selecionadas as variáveis da Identificação Partidária, da Intenção de Voto e da Autolocalização do entrevistado na escala ideológica.

A variável identificação partidária

A identificação partidária tem sido destacada pela bibliografia internacional e nacional como um conceito central para evolução do estudo do comportamento político. Segundo Miller e Shanks (1996), a identificação partidária desempenha um papel funcional na formação da decisão do voto. Lamounier (1980) e Balbachevsky (1992) a enfatizam como conceito chave na interpretação do comportamento político que vem se constituindo desde a década de quarenta em vários países. Neste sentido, destacamos os trabalhos da Escola de Michigan (Miller e Shanks, 1996; Clarke e Stewart, 1998) realizados na década de 50 e o trabalho de Aziz Simão (1956) realizado na cidade de São Paulo em meados da década de quarenta, em que já se poderia constatar uma identificação partidária no comportamento político dos paulistanos.

Em um trabalho recente, Miller e Shanks defendem que a identificação partidária é a mais duradoura das atitudes políticas. Esses estudos a confirmam como algo relativamente impermeável e não afetado pelas mudanças ou eventos de eleições específicas. Responsável pela mudança de uma ampla variedade de valores e percepções, é apontada como um ponto de partida apropriado para as análises da preferência política, tal como uma escolha entre candidatos presidenciais. É também nos períodos de eleições decisivas que essa variável é utilizada freqüentemente como medida adequada para os estudos da mudança nas percepções transitórias, atitudes e crenças que podem estar envolvidas nessas ocasiões. Não por ser um compromisso imutável, mas por apresentar evidência acumulada de uma estabilidade relativamente grande.

Em contraposição às visões que apontam o declínio do papel da identificação partidária como determinante na decisão do voto, os autores enfatizam o seu argumento em favor de uma *“extraordinária predisposição estável a qual é crucial para a avaliação do que é único para uma eleição particular e genérico para uma série de eleições.”* (Milles e Shanks: 1996, 119).

A identidade partidária quando comparada às outras dimensões do comportamento político, assume papel central, ressalta Balbachevsky. Segundo a autora, a debilidade do sistema partidário brasileiro é um dado empírico (Balbachevsky: 1992, p. 138), entretanto, não podemos responsabilizar o eleitorado por essa fraqueza: *“Não basta dizer que entre nós não existem partidos porque o povo não vota em partidos. Ao contrário, guardadas as diferenças de situação, o que vimos é que o padrão de comportamento do eleitorado brasileiro nessa dimensão não é muito diferente daquele que se observa em países cujo sistema partidário tem uma história muito mais longa”* (Balbachevsky: 1992, p. 162).

A respeito da estabilidade dessa dimensão junto ao eleitorado, Balbachevsky fala da existência de uma hipótese bastante antiga nas ciências sociais de que as atitudes e opiniões de um indivíduo se organizam de forma hierárquica no que se refere à sua estabilidade. Nessa hierarquia, as atitudes e opiniões que ocupam posições mais centrais são menos suscetíveis à mudanças de qualquer tipo e orientam também as possíveis alterações que podem vir a ocorrer em outras dimensões.

“Uma vez estabelecida, a identificação partidária tende a permanecer; a menos que novas questões, cruciais para o eleitor, se sobreponham às antigas, criando padrões cruzados de polarização. Da mesma forma, a transmissão desta identificação partidária para as novas coortes de eleitores é facilitada em

conjunturas em que a competição partidária se desenvolve em torno de *issues* distantes do dia-a-dia do eleitor, ou quando as novas questões que emergem se somam aos pólos criados pelas demandas anteriores.” (Balbachevsky: 1992, p. 138).

Durante o período do regime autoritário no Brasil, o eleitorado estabeleceu uma relação significativa com os dois partidos ARENA e MDB que disputavam as eleições (Lamounier: 1978a, 1978b, 1980). Essa relação estabelecida foi suficientemente densa para ficar na memória dos eleitores mesmo depois do fim do regime autoritário, no período que se seguiu com as mudanças na legislação sobre a organização dos novos partidos em 1979. Uma parcela expressiva desse eleitorado transformou essa relação em um vínculo com um dos partidos e, ainda que não apresentasse a estabilidade que se verifica em outros países, essa identificação teve um significado, destaca Balbachevsky.

Para Miller e Shanks, o vínculo com o partido não precisa refletir um pertencimento formal ou conexão ativa com a organização partidária. O sentimento de identificação partidária não conota, necessariamente, um registro de voto, embora a influência da lealdade partidária sobre o comportamento político eleitoral seja forte e haja evidência de um relacionamento cujo comportamento do eleitor ajuda a estabelecer e solidificar algum sentimento de lealdade partidária. O vínculo entre o indivíduo e o partido é psicológico, uma extensão do próprio ego que inclui o sentimento de parte de um grupo. As identificações são escolhas voluntárias de lealdade, na raiz de seu significado, elas são extensões do “eu”, da própria pessoa (Miller e Shanks: 1996, p. 120).

O partidarismo, segundo Miller e Shanks, pode ser adquirido em primeiro

nível através do pertencimento familiar, mas, como acontece com a religião, pode ser subsequente influenciado e afetado por outros relacionamentos sociais e experiências de vida. São os mecanismos psicológicos que levam os cidadãos adultos a identificar-se com um partido político, e para entender essa identificação devemos buscar as condições externas que levam a essa ligação. Algumas dessas condições têm origem fora da esfera política, como a mudança na localização social do indivíduo e seu convívio familiar. *“As mudanças nos ciclos da vida experimentadas seqüencialmente podem produzir mudanças no desenvolvimento social que, por sua vez, podem produzir mudanças nas identidades políticas individuais”* (Miller e Shanks: 1996, p. 131). Entretanto, os autores afirmam que os efeitos do ciclo da vida sobre o envolvimento e experiência política são de duração limitada. Existe um período mais extenso de efeitos do ciclo de vida político que podem ser medidos em termos da duração da experiência política, como por exemplo, através do número de anos de eleições que o indivíduo passou depois que atingiu a idade para votar. *“Os efeitos do ciclo de vida político podem continuar a contribuir para a maturação política do indivíduo para além do período marcado das experiências do ciclo de vida “social”.”* (Miller e Shanks: 1996, p. 132).

Uma das maiores funções da identificação partidária, presumida pelas teorizações mais recentes, é moldar a visão política dos cidadãos. A identificação partidária funciona, em certo sentido, como um guia para a formação de atitudes e opiniões junto ao eleitorado, pois do universo confuso e contraditório das informações que chegam até ele, aquelas que, de alguma forma, parecem ter a chancela de seu partido parecem mais estáveis e duradouras. A identificação partidária molda percepções e transmite valores para atitudes e crenças que, por sua vez, conduzem o indivíduo à sua escolha política do voto. Mas, mais do que uma informação auxiliar

para a previsão dos resultados de um pleito, a identificação partidária também apresenta-se como a informação que permite delinear o perfil das bases sociais eleitorais (Balbachevsky, 1992). E é principalmente essa propriedade da variável identificação partidária que interessa de perto o nosso trabalho.

O fenômeno da identificação partidária é determinado por fatores contextuais mais abrangentes no tempo e no espaço. Os estratos ou classes sociais são apontados como as principais bases de diferenciação da representação de interesses que se projetam como afiliação ou identificação partidária no campo político. E, partindo dessas bases preexistentes de diferenciações objetivas e subjetivas do eleitorado podemos compreender os determinantes do comportamento político. Porém, não podemos tomar essas identificações como algo que permanece imutável e tampouco podemos esperar que as camadas sociais disponham de uma visão coerente do processo político. A importância em se trabalhar com este conceito em um estudo de comportamento político e eleitoral reside no fato de que ele oferece subsídios para a compreensão de elementos que poderiam passar despercebidos. Em uma pesquisa sobre o comportamento político podemos nos deparar com diversos grupos sociais, por exemplo, uns com acesso a informação e participação política intensa e alguns com pouca informação sobre temas correntes e com quase nenhuma memória política. Neste último grupo, a simples admissão de uma preferência ou identificação com algum partido político traz à luz diferenças que poderiam não ser antes captadas, pois a existência da identificação indica, no mínimo, alguma receptividade a informações políticas ou esforços de persuasão eleitoral; em contraposição, a sua ausência está associada, muitas vezes, ao desinteresse, à desconfiança e ou à automarginalização (Lamounier, 1980). A identificação partidária funciona como um indicador que seleciona as parcelas mais interessadas no processo político e que por isso está mais

facilmente mobilizada para a participação política. O eleitor que se encontra identificado com algum partido está não só predisposto para o debate sobre política, como também sua participação neste debate se encontra comprometida pelo seu interesse por um dos partidos (Balbachevsky, 1992).

A identificação partidária representa um canal privilegiado para a organização da participação política, entretanto, parece apresentar uma correlação inversa com o nível de instrução do indivíduo. Essa variável desempenha um importante recurso quando trabalhada junto aos estratos pouco escolarizados, pois associa um perfil mais participativo àqueles que compõem as camadas social e economicamente marginalizadas. O público mais escolarizado, geralmente possui recursos de participação mais ricos e variados e estes recursos já garantem um patamar de maior participação política. Com isso não pretendemos afirmar que a identificação partidária nada signifique entre esses estratos, mas sim dizer que é entre o público de menor nível de escolaridade que a identificação partidária se destaca (Balbachevsky, 1992).

A identificação partidária se apresenta como um importante recurso de organização da participação política entre aqueles que se identificam, à medida que podemos verificar a operacionalização da inclinação partidária (Ames, 1994). Ou seja, a partir da fixação de um candidato de um determinado partido para uma eleição majoritária, por exemplo, o eleitor identificado busca um candidato para a eleição proporcional que seja complementar ao candidato fixado primeiramente, com base na identificação partidária. Assim, tendo em vista os resultados de pesquisas nessa linha, parece que não podemos negar que uma parte importante do eleitorado vem organizando a sua representação política através da sigla partidária (Ames, 1994;

Novaes, 1996).

A estruturação dos elementos contidos no sistema de crenças da identificação partidária pode indicar posicionamentos frente a um universo de questões. Como a identidade partidária seleciona, entre a população, os indivíduos que de alguma forma compartilham o ideário do partido político, podemos sugerir que esses identificados defendem também posturas, idéias e valores ligados a esse ideário. Nesse sentido, a identificação partidária apresenta-se como uma importante pista no estudo do comportamento político da “direita”. Através da identificação com um partido político situado à direita do espectro ideológico e que defende posturas “conservadoras”, podemos delinear algumas características do perfil das bases sociais que compõem e se identificam com esses partidos e, dessa forma identificar alguns elementos do seu sistema de crenças e ou da sua ideologia política.

Dessa forma, a identificação partidária será utilizada neste trabalho como uma das variáveis orientadoras na análise do comportamento político do público das três cidades pesquisadas. As capitais escolhidas, São Paulo, Porto Alegre e Salvador, têm trajetórias político-eleitorais e identidades partidárias diferentes e uma das hipóteses deste trabalho era a de que essas características fariam diferença em termos da análise de determinados valores e posicionamentos. Buscamos nas cidades pesquisadas a relação entre a identificação com algum partido e uma determinada atitude ou valor. Ou seja, estabelecida a identificação do entrevistado com algum partido político procuramos apreender se esta identificação partidária implicaria em algum posicionamento específico, já que as bases sociais podem compartilhar valores e crenças com seu partido político de preferência.

Entretanto, apesar da importância conferida neste trabalho e na

construção do seu problema à questão partidária, e à identificação dos eleitores com os partidos políticos como um dos aspectos dessa questão, os dados das pesquisas, infelizmente, mostraram limites⁶³. Nesse sentido, recorreremos ao uso da variável “intenção de voto”, já que a bibliografia sobre estudos eleitorais no Brasil indica que a declaração de intenção de voto em situação de ano eleitoral⁶⁴ garante uma proximidade à preferência partidária, pois nesses contextos, a relação entre o partido político e o candidato está mais presente para os eleitores.

A justificativa para o uso da variável da “autolocalização no espectro ideológico” se deve ao fato de que após uma primeira exploração dos dados, observamos uma significativa consistência entre os posicionamentos dos públicos no espectro ideológico e os posicionamentos frente às questões do cotidiano. Esta consistência foi indicativa da importância dessa variável no sentido de considerar a ideologia um aspecto importante para tratar do comportamento político do eleitorado⁶⁵. A autolocalização do entrevistado na escala esquerda-direita contribui para explicar algumas atitudes e posicionamentos, já que essa autolocalização está associada a um sistema de crenças.

⁶³ Como podemos observar na tabela *Identificação Partidária nas Capitais*.

⁶⁴ Como é o caso do ano (2000) em que foi realizada a pesquisa.

⁶⁵ Outros estudos já destacaram a relevância da questão ideológica no comportamento político. Ver Singer, 2000 e Alves, 2000.

Cenário político nas cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador

Na análise do desempenho eleitoral dos partidos políticos, no período de 1985-2000, nas cidades pesquisadas, verificamos que as capitais apresentaram trajetórias eleitorais diferentes. A comparação entre os dados da pesquisa do tipo *survey* realizada nas três cidades, São Paulo, Salvador e Porto Alegre, e esses dados eleitorais oficiais do período 1985-2000 mostra que há uma certa consistência entre os dois cenários constituídos. A análise desses dados evidenciou a relação que há entre os resultados das eleições e os posicionamentos do público de cada cidade na escala esquerda-direita. A consistência entre esses resultados se destaca principalmente quando comparamos os dados da autolocalização do público de cada capital no espectro ideológico. O público de São Paulo tende a se localizar nas posições mais centrais da escala ideológica, postura que pode estar relacionada ao quadro eleitoral competitivo da cidade. Em Porto Alegre, o público tende a se posicionar mais à esquerda da escala, posicionamento consistente com as expressivas votações desse público no partido de esquerda. O público da cidade de Salvador tende a se autolocalizar nos extremos do espectro ideológico, posicionamento que parece consistente também com os resultados eleitorais em que a população da cidade tende a votar em um partido de esquerda para o governo federal e em um partido “conservador” para os governo estadual e municipal. Essa relação entre direção do voto e identificação ideológica já foi encontrada em outros contextos no cenário brasileiro⁶⁶, o que vem a reforçar o quadro de consistência do qual falamos.

Os dados acerca do que os públicos de cada cidade pensam sobre o que é

⁶⁶ Singer investigou justamente a relação entre a direção do voto e a identificação ideológica nas eleições presidenciais de 1989 e 1994 e encontrou uma forte associação entre uma variável e outra. Singer, 2000, p. 84.

ser de esquerda e ser de direita mostra que esses públicos têm alguma idéia do que essas posturas significam. O público das três cidades apresentam concepções parecidas do que para eles significa *ser de direita e ser de esquerda*. Em São Paulo, assim como em Porto Alegre e em Salvador, *ser de direita* significa, em primeiro lugar, *ser a favor do governo, votar com o governo e, ser de esquerda* significa *ser contra o governo*. Essa concepção de direita e esquerda está bastante clara nas três cidades e é a categoria de resposta que está entre as que apresentaram maior freqüência. Outras categorias de respostas aparecem em comum no público das três cidades. As idéias de que *ser de direita* significa *ser rico, empresário ou de elite e não defender uma política social* também estão presentes no imaginário do público de São Paulo e de Porto Alegre. O público de São Paulo também apontou que *ser antidemocrático, autoritário e não aceitar manifestações* também são posturas associadas à idéia do que é *ser de direita*. Coerentemente à essa postura, os públicos de São Paulo e Porto Alegre apontam que *ser de esquerda* significa também *defender uma política social e ter preocupações com o povo*. Outra categoria de resposta em comum entre o público de São Paulo e de Porto Alegre é a de que *ser de esquerda* significa *ser socialista, comunista*. *Ser de direita* para o público de Salvador resume-se basicamente em *ser a favor do governo, participar do governo, pertencer ao mesmo partido do governo*. A idéia do que é *ser de esquerda* para o público dessa cidade contém mais elementos, mais categorias de resposta do que a idéia do que é *ser de direita*. *Ser de esquerda* para o público de Salvador significa *defender uma política social, ter preocupações com o povo, defender o trabalhador, lutar por mais e melhores empregos*, questões e temas que historicamente foram defendidos pela esquerda (Ver tabelas 3.17 e 3.18 no capítulo três).

Esses resultados apresentam a mesma tendência verificada na análise,

realizada na cidade de Porto Alegre, sobre as definições do público acerca das dimensões esquerda-direita (Raninchski, 1998). Comparando os resultados de três *surveys* realizados na cidade em 1978, 1994 e 1996, em que essa definição foi questionada, verificamos que a dimensão que aparece em primeiro lugar é justamente aquela relativa ao posicionamento em relação ao governo. Ser de direita significa ser do governo e ser de esquerda ser oposição a ele. Uma outra dimensão que aparece em nossa pesquisa e também nesse trabalho é a definição segundo a qual ser de direita é ser da elite enquanto ser de esquerda significa ser do povo, estar do lado do povo. A definição segundo a qual ser de esquerda significa ser socialista e comunista foi apontada em nossa pesquisa pelo público de São Paulo e de Porto Alegre. Na capital gaúcha, essa mesma definição apareceu nos *surveys* dos três anos, em posição de relevância na hierarquia de respostas. Essa correspondência entre os dados da nossa pesquisa, realizada em 2000, e os dados da pesquisa realizada na capital gaúcha, em três momentos diferentes (1978, 1994 e 1996), destacam a relevância dessas definições para o tratamento dos valores e das crenças subjacentes a escolha política.

Os conjuntos de categorias de respostas das variáveis *ser de esquerda* e *ser de direita*, apresentados pelos públicos das cidades, são elementos que contribuem para a formação do quadro de certa consistência entre os posicionamentos no espectro ideológico e os resultados eleitorais oficiais. Pois, ainda que os públicos apresentem idéias difusas sobre os significados desses posicionamentos, esses dados mostram que essas categorias de respostas estão relacionadas de alguma forma ao sistema de crenças desses públicos e fazem parte do seu cotidiano.

A partir dos dados da variável *intenção de voto*, podemos destacar outros elementos dessa consistência entre os resultados eleitorais oficiais e os dados da

pesquisa. O candidato do PPB (PDS/PPR), Paulo Maluf, teve um expressivo número de indicações de intenção de voto na cidade de São Paulo. O índice de identificação partidária dos paulistanos com o seu partido, PPB, não é um número muito expressivo, mas comparativamente às outras duas capitais, esses dados indicam que o público identificado com esse partido está localizado na capital paulista (ver tabela 4.3). Esses resultados não se verificam nas duas outras cidades, entretanto, em São Paulo, eles vêm a confirmar a tendência política “conservadora” da cidade também mostrada pelos dados eleitorais oficiais (ver tabela 3.1 no capítulo 3).

Nas três capitais, o candidato do PT, Lula, apresenta a maior intenção de voto. Entretanto, a cidade de Salvador se destaca por apresentar um número de intenção de voto no candidato petista significativamente maior (ver tabela 4.1 e 4.2). Esse dado é consistente com os resultados das três eleições para o governo federal, na cidade de Salvador, em que Lula (PT) venceu com votação expressiva, acima dos 50% (ver tabela 3.9 no capítulo 3). Os dados sobre a identificação partidária também apontam para esse cenário de consistência com os resultados eleitorais. Apesar de o PT apresentar o maior índice de identificação partidária nas três cidades, uma das características ou dos resultados da relação que o partido estabeleceu com suas bases sociais, os dados da identificação com o PSDB e com o PPB são, comparativamente às outras cidades, muito maiores na cidade de São Paulo.

A identificação partidária do público da cidade de Salvador com o PFL é outro dado que devemos destacar nesse quadro de certa consistência apresentado. Ainda que o PFL não seja o partido com o maior índice de identificação partidária em Salvador, comparativamente às outras duas cidades pesquisadas, em que o partido tem um número reduzido de identificação, o resultado na capital baiana é bastante

expressivo da consistência existente entre a preferência partidária do público da cidade e os resultados oficiais das urnas nas eleições para o executivo municipal e estadual (ver tabelas 3.7 e 3.8 no capítulo 3).

Assim, mesmo considerando as limitações impostas pelos dados da pesquisa, podemos dizer que há uma certa consistência entre os seus resultados e os dados eleitorais oficiais. Os dois conjuntos de dados mostram que existe uma tendência política específica em cada cidade.

Tabela 4.1

Intenção de Voto (espontânea) para Presidente nas Capitais em 2000

<i>Cidades</i>	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Lula (PT)		Paulo Maluf (PPB)		Fernando Henrique Cardoso (PSDB)		Fernando Collor de Mello		Leonel Brizola (PDT)		Total	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
São Paulo	1,6	01	21,9	14	39,1	25	20,3	13	14,1	09	3,1	02			100	64
Porto Alegre			21,2	07	36,4	12	6,1	02	21,2	07			15,2	05	100	33
Salvador			14,3	05	65,7	23	2,9	01	14,3	05			2,9	01	100	35

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.2

Intenção de Voto (estimulada) para Presidente nas Capitais em 2000

Cidades	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)		Total	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
São Paulo	3,9	11	22,6	63	4,7	13	30,5	85	9,7	27	21,1	59	7,5	21	100	279
Porto Alegre	,3	08	21,3	32	12,7	19	34,7	52	4,0	06	4,7	07	17,3	26	100	150
Salvador	2,2	03	19,7	27	8,8	12	48,2	66	8,8	12	5,1	07	7,3	10	100	137

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.3

Identificação Partidária nas Capitais

Partidos Políticos		São Paulo		Porto Alegre		Salvador	
		%	n	%	n	%	n
E S Q U E R D A	PT	64,7	86	56,9	58	43,9	29
	PDT	0,8	01	11,8	12	1,5	01
	PSB	1,5	02	1,0	01		
C E N T R O	PMDB	15,0	20	19,6	20	18,2	12
	PSDB	8,3	11	1,0	01	3,0	02
D I R E I T A	PTB	1,5	02	5,9	06	4,5	03
	PPB/PPR/PDS	4,5	06	2,0	02		
	PFL	3,8	05	2,0	02	28,8	19
	PL						
	TOTAL	100	133	100	102	100	66

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.4

Autolocalização do Público das Capitais no Espectro Ideológico⁶⁷

Autolocalização no Espectro Ideológico	1		2		3		4		5		6		7		Total	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
São Paulo	10,9	36	8,2	27	14,8	49	27,3	90	14,5	48	10,0	33	14,2	47	100	330
Porto Alegre	7,9	12	13,9	21	15,2	23	33,8	51	13,2	20	6,0	09	9,9	07	100	151
Salvador	21,8	29	12,8	17	12,8	23	12,0	16	12,8	17	5,3	07	22,6	30	100	133

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

O Público “Conservador” em São Paulo, em Porto Alegre e Salvador: Valores e Posicionamentos Políticos⁶⁸

As questões selecionadas neste trabalho estão significativamente relacionadas ao cotidiano da vida urbana das grandes cidades como São Paulo, Porto Alegre e Salvador. A violência urbana, a questão da segurança, o combate aos problemas sociais e as soluções para eles tais como o uso do exército como polícia e a adoção da pena de morte são temas bastante correntes da agenda dos grandes centros urbanos e ainda mais presentes nos últimos anos. Os conflitos da vida urbana dos grandes centros metropolitanos, como desemprego, desigualdades sociais e violência são traduzidos em questões políticas partidárias à medida em que passam a fazer

⁶⁷ É válido lembrar que a posição 1 (um) significa uma postura mais à esquerda, e a posição 7 (sete) uma postura mais à direita.

⁶⁸ Nota metodológica: ao analisar os dados da pesquisa (*survey*) realizada nas três capitais foram considerados somente os cruzamentos com nível de significância variando de $p < 0,001$ a $p < 0,20$. Como destacou Alves (2000), em seu trabalho, após ter consultado um manual de estatística, “o nível de significância é sempre relativo e não constitui um problema do estatístico, senão do especialista na área em que determinada pesquisa esteja sendo feita”. LEVIN, Jack, *Estatística aplicada a ciências humanas*, São Paulo: Harper&Row do Brasil, 1977, p. 136, conforme Alves: 2000, nota 11, pág. 198.

parte da agenda de temas a serem considerados tanto pelos partidos políticos quanto por suas bases sociais, principalmente em períodos de eleição.

Soluções para os problemas sociais

Os públicos das três cidades, São Paulo, Porto Alegre e Salvador, apontam, em maior número, o combate ao desemprego e o investimento em melhorias na educação como melhor *solução para os problemas sociais*.

No entanto, ainda que estas três cidades apresentem em comum os problemas relacionados à violência e à segurança e apontem, em sua maioria, que a solução para esses problemas é antes um caso de políticas públicas do que um “caso de polícia”, os resultados dos dados da cidade de São Paulo mostram que essa postura não é um consenso entre o público desta capital. Em São Paulo, estas questões parecem adquirir um conteúdo político ideológico nítido à medida em que as soluções apontadas pelo seu público são relacionadas à um posicionamento político à esquerda ou à direita do espectro, ou então ligadas à uma identificação partidária ou a uma intenção de voto. Os posicionamentos em relação às soluções para esses problemas sociais e a direção do voto, a preferência partidária e a autolocalização na escala ideológica parecem realmente distinguir o público “conservador” na cidade de São Paulo. Em outras palavras, as variáveis *soluções para os problemas sociais* e *pena de morte* foram questões a partir das quais o público “conservador” paulistano, ou seja, o público que indicou seu voto para um candidato “conservador” ou que se autolocalizou à direita do espectro político, se distinguiu dentre os outros. Os entrevistados que

indicaram seu voto para o candidato Paulo Maluf, do PPB (PPR/PDS/ARENA), se destacaram por apontar, em maior número, como *solução para os problemas sociais* o aumento de policiais treinados e equipados, enquanto que os entrevistados que indicaram suas intenções de voto para os outros candidatos apontaram a alternativa de investir em educação e combater o desemprego. Os entrevistados que se autolocalizaram à direita da escala, nas posições cinco, seis e sete ficaram divididos entre as duas soluções sugeridas. Entretanto, comparativamente ao público que se autolocalizou em outras posições no espectro, o público autolocalizado nessas posições mais à direita da escala ideológica apontou em maior número o aumento de policiais treinados e equipados como solução⁶⁹ (Ver tabela 4.6 e 4.7).

Tabela 4.5

Soluções para os problemas sociais segundo o público das cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador

<i>Capitais</i>	<i>Combate ao desemprego e melhorias na Educação</i>		<i>Aumentar o número de policiais treinados e equipados</i>	
	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>
São Paulo	64,3	249	34,9	135
Porto Alegre	67,0	126	32,4	61
Salvador	61,8	102	38,2	63

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

⁶⁹ Os dados referentes à variável *soluções para os problemas sociais* e às variáveis de caracterização do público “conservador” não apresentaram índices significativos de associação para as cidades de Porto Alegre e de Salvador. As tabelas desses cruzamentos constam no Anexo.

São Paulo

Tabela 4.6

Autolocalização na escala esquerda-direita segundo o posicionamento sobre as Soluções para os problemas sociais

	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
<i>Combate ao desemprego e melhorias na educação</i>	75,0	27	81,5	22	74,5	35	71,6	63	57,4	27	57,6	19	53,2	25
<i>Aumentar o número de policiais treinados e equipados</i>	25,0	09	18,5	05	25,5	12	28,4	25	42,6	20	42,4	14	46,8	22
<i>Total</i>	100	36	100	27	100	47	100	88	100	47	100	33	100	47
Qui-quadrado 12.961 df 6 p<.05														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.7
Intenção de Voto segundo o posicionamento sobre as
Soluções para os problemas sociais

	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Ítamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
<i>Combate ao desemprego e melhorias na educação</i>	60,0	06	77,0	47	66,7	08	79,5	66	55,6	15	42,4	25	57,1	12
<i>Aumentar o número de policiais treinados e equipados</i>	40,0	04	23,0	14	33,3	04	20,5	17	44,4	12	57,6	34	42,9	09
Total	100	10	100	61	100	12	100	83	100	27	100	59	100	21
Qui-quadrado 26.779 df 6 p<.001														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Pena de Morte

Assim como o público da cidade de São Paulo, o público da capital gaúcha também se posicionou à favor da adoção da *Pena de Morte*. Somente na cidade de Salvador a maioria do público entrevistado se posicionou contra essa medida (Ver tabela 4.8).

É também entre o público das cidades de São Paulo e de Porto Alegre⁷⁰ que se pode detectar a presença de redutos “conservadores” em relação a adoção da *Pena de Morte*. Os entrevistados da cidade de Porto Alegre que se autolocalizam nas posições mais à direita do espectro, cinco, seis e sete posicionaram-se a favor da *pena*,

⁷⁰ Os dados do cruzamento entre a variável *Pena de Morte* e as variáveis de caracterização do público “conservador” da cidade de Salvador apresentaram limites. Apresentaram nível de significância fora do parâmetro considerado como válido nesta pesquisa, ver nota 29. Ver anexo.

enquanto que os entrevistados que se autolocalizaram à esquerda, posições dois e três foram contrários. Na capital paulista, esta foi uma questão que distinguiu os eleitores dos candidatos dos partidos “conservadores”. Ao lado dos entrevistados que indicaram seu voto para o candidato Anthony Garotinho (PDT)⁷¹, os eleitores dos partidos “conservadores” apresentaram o maior número de posições a favor dessa medida (ver tabelas 4.9 e 4.10). Na cidade de Porto Alegre, no entanto, este não foi um tema que destacou o posicionamento dos eleitores dos partidos “conservadores”, somente os entrevistados que indicaram seu voto para o candidato Itamar Franco⁷² foram contra a adoção da *Pena de Morte*⁷³.

Em meados da década de 80, na cidade de São Paulo, uma das campanhas eleitorais do candidato do PDS (PPR/PPB), Paulo Maluf, foi marcada pela agressividade dramatizada pelo deputado estadual Afanázio Jazadji, radialista, conhecido por suas propostas autoritárias sobre como diminuir a criminalidade ⁷⁴. Esses resultados para a cidade de São Paulo mostram que certas posturas “conservadoras”, já verificadas em outros contextos⁷⁵ continuam presentes no sistema de valores e crenças do público “conservador” paulistano, fazendo parte de sua cultura política. Já os resultados para a capital gaúcha são bastante ilustrativos da

⁷¹ O candidato, em junho de 2000, fazia parte do PDT.

⁷² Na ocasião da entrevista, junho de 2000, Itamar Franco estava sem partido político.

⁷³ Os dados referentes ao cruzamento da variável *Pena de Morte* com a variável *Identificação Partidária* não apresentaram índices significativos de associação para as três capitais. O mesmo ocorreu com os cruzamentos da variável *Pena de Morte* com a variável *Autolocalização no Espectro Ideológico* para as cidades de São Paulo e de Salvador; e com o cruzamento da variável *Pena de Morte* com a variável de *Intenção de Voto* para a cidade de Salvador. Ver Anexo.

⁷⁴ Sobre as eleições de 1986, ver Sadek, 1989.

⁷⁵ Como destacou o trabalho de Alves, 1999.

polarização existente entre os públicos eleitores dos partidos de esquerda e de “direita”.

Tabela 4.8
Pena de Morte segundo o público
das cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador

<i>Capitais</i>	<i>A Favor</i>		<i>Contra</i>		<i>Indiferente</i>	
	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>
São Paulo	49,5	191	48,2	186	2,3	09
Porto Alegre	58,0	112	40,4	78	1,6	03
Salvador	38,4	63	57,9	95	3,7	06

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo e Porto Alegre

Tabela 4.9

*Intenção de Voto segundo o posicionamento
sobre a Pena de Morte*

	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
SAO PAULO														
A favor	63,6	07	35,5	22	15,4	02	48,2	41	46,2	12	60,7	34	50,0	10
Contra	36,4	04	61,3	38	84,6	11	48,2	41	53,8	14	37,5	21	45,0	09
Indiferente			3,2	02			3,5	03			1,8	01	5,0	01
Total	100	11	100	62	100	13	100	85	100	26	100	56	100	20
Qui-quadrado 16.774 df 12 p<.20														
PORTO ALEGRE														
A favor	75,0	06	68,8	22	47,4	09	51,0	26	50,0	03	42,9	03	72,0	18
Contra	25,0	02	31,3	10	52,6	10	47,1	24	50,0	03	42,9	03	28,0	07
Indiferente							2,0	01			14,3	01		
Total	100	08	100	32	100	19	100	51	100	06	100	07	100	25
Qui-quadrado 16.525 df 12 p<.20														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Porto Alegre

Tabela 4.10
Autolocalização na escala esquerda-direita segundo o posicionamento sobre a Pena de Morte

	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
A favor	66,7	08	28,6	06	40,9	9	62,0	31	60,0	12	66,7	06	66,7	10
Contra	33,3	04	66,7	14	59,1	13	38,0	19	30,0	06	33,3	03	33,3	05
Indiferente			4,8	01					10,0	02				
Total	100	12	100	21	100	22	100	50	100	20	100	09	100	15

Qui-quadrado 20.109
df 12
p<.10

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Uso do Exército no combate à Violência Urbana

As três capitais pesquisadas compartilham da mesma posição em relação a essa questão, seus públicos são, em sua maioria, favoráveis ao *uso do exército no combate à violência urbana*.

Para o caso paulistano, a postura generalizada favorável às medidas de segurança fica exemplificada pelos dados dessa questão que não distingue o público “conservador” dos outros públicos, pois independentemente da autolocalização na escala esquerda-direita e da intenção de voto em algum candidato, o público de São Paulo é favorável a essa medida (ver tabelas 4.12 e 4.14). Em Porto Alegre, ainda que os entrevistados tenham, em sua maioria, apoiado o *uso do exército no combate à violência urbana*, comparativamente, o público que se autolocaliza à direita do espectro

ideológico apresenta uma porcentagem maior de posições favoráveis a adoção dessa medida (ver tabela 4.14). Nessa questão, destacamos o caso da cidade de Salvador. Na capital baiana, os entrevistados identificados com os partidos “conservadores” e com os partidos de centro posicionaram-se favoravelmente a essa questão e os identificados com os partidos de esquerda, quase se dividiram, mas posicionaram-se contra (ver tabela 4.13)⁷⁶.

Tabela 4.11

Uso do Exército no Combate à Violência Urbana segundo o público das cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador

<i>Capitais</i>	<i>A Favor</i>		<i>Contra</i>		<i>Indiferente</i>	
	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>
São Paulo	68,2	266	31,3	122	0,5	02
Porto Alegre	68,9	133	30,1	58	1,0	02
Salvador	68,5	113	30,3	50	1,2	02

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

⁷⁶ Os dados referentes ao cruzamento da variável *Uso do Exército no Combate à Violência Urbana* com a variável *Identificação Partidária* não apresentaram índices significativos de associação para as cidades de São Paulo e de Salvador. O mesmo ocorreu com os cruzamentos da variável *Uso do Exército no Combate à Violência Urbana* com a variável *Intenção de Voto* para as cidades de Porto Alegre e de Salvador; e com o cruzamento da variável *Uso do Exército no Combate à Violência Urbana* com a variável *Autolocalização no Espectro Ideológico* para a cidade de Salvador. Ver Anexo.

São Paulo

Tabela 4.12

*Intenção de Voto segundo o posicionamento
sobre o Uso do Exército no Combate à Violência Urbana*

	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
A favor	63,6	07	57,1	36	84,6	11	57,1	48	77,8	21	84,2	48	57,1	12
Contra	36,4	04	42,9	27	15,4	02	42,9	36	18,5	05	15,8	09	38,1	08
Indiferente									3,7	01			4,8	01
Total	100	11	100	63	100	13	100	84	100	27	100	57	100	21
Qui-quadrado 28.367 df 12 p<.01														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Salvador

Tabela 4.13

*Identificação Partidária segundo o posicionamento
sobre o Uso do Exército no Combate à Violência Urbana*

	PT – PDT – PSB		PMDB – PSDB		PPB – PTB – PRN – PFL – PL	
	%	n	%	n	%	n
A favor	46,7	14	57,1	08	86,4	19
Contra	50,0	15	42,9	06	13,6	03
Indiferente	3,3	01				
Total	100	30	100	14	100	22
Qui-quadrado 9.312 df 4 p<.10						

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo e Porto Alegre

Tabela 4.14

*Autocalização na escala esquerda-direita segundo o posicionamento sobre o
Uso do Exército no combate à Violência Urbana*

	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
SAO PAULO														
A favor	72,2	26	66,7	18	72,9	35	57,3	51	72,9	35	78,8	26	67,4	31
Contra	27,8	10	33,3	09	27,1	13	42,7	38	27,1	13	18,2	06	32,6	15
Indiferente											3,0	01		
Total	100	36	100	27	100	48	100	89	100	48	100	33	100	46
Qui-quadrado 17.551 df 12 p<.10														
PORTO ALEGRE	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
A favor	58,3	07	70,0	14	60,9	14	62,7	32	75,0	15	100	09	85,7	12
Contra	41,7	05	30,0	06	39,1	09	37,3	19	15,0	03			14,3	02
Indiferente									10,0	02				
Total	100	12	100	20	100	23	100	51	100	20	100	09	100	14
Qui-quadrado 23.068 df 12 p<.05														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Regime Político

Nas três cidades pesquisadas a democracia é apontada como melhor forma de governo. A idéia da democracia como melhor *regime político* parece estar se cristalizando não somente entre os partidos “conservadores” e seus políticos (Mainwaring, Meneguello e Power, 2000), mas também entre suas bases sociais. Na cidade de Salvador, a democracia é apontada pela maioria dos entrevistados como o melhor *regime político*, independentemente da identificação partidária. Tanto os identificados com os partidos de esquerda, quanto os entrevistados identificados com os partidos “conservadores”, concordam que a democracia é a melhor forma de governo

(ver tabela 4.18).

Já na cidade de São Paulo, a variável sobre *regime político* destaca um aspecto diferente: a democracia é apontada como a *melhor forma de governo* pela maioria dos entrevistados; entretanto, os identificados com os partidos “conservadores”, aqueles que indicam seu voto para o candidato Paulo Maluf e aqueles que se autocalizaram à direita do espectro ideológico, na posição sete, indicaram a alternativa tanto faz (ver tabelas 4.16, 4.17 e 4.18). Essa postura de indiferença com relação ao *regime político* está claramente relacionada ao posicionamento político ideológico deste público. Podemos sugerir que os resultados desses dados podem estar relacionados à trajetória política do candidato do PPB (ARENA/PDS/PPR), Paulo Maluf, que se inseriu na política paulista durante o regime militar e se adequou ao regime que se iniciou pós 1985. Podemos sugerir também que as discussões sobre a melhor forma de *regime político* pareçam distante do cotidiano do público da cidade de São Paulo⁷⁷.

⁷⁷ Os dados referentes ao cruzamento da variável *Regime Político* com a variável *Identificação Partidária* não apresentaram índices significativos de associação para a cidade de Porto Alegre. O mesmo ocorreu com os cruzamentos da variável *Regime Político* com a variável *Intenção de Voto* e com a variável *Autocalização no Espectro Ideológico* para as cidades de Porto Alegre e de Salvador. Ver Anexo.

Tabela 4.15
Regime Político segundo os públicos
das cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador

<i>Capitais</i>	<i>Democracia</i>		<i>Ditadura</i>		<i>Tanto Faz</i>	
	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>
São Paulo	49,0	187	23,3	89	27,7	106
Porto Alegre	55,5	106	23,0	44	21,5	41
Salvador	48,8	80	23,8	39	27,4	45

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo

Tabela 4.16
Autolocalização na escala esquerda-direita segundo o posicionamento
sobre o Regime Político

	1		2		3		4		5		6		7	
	<i>%</i>	<i>n</i>												
Democracia	38,9	14	61,5	16	44,9	22	61,4	54	38,3	18	53,3	18	36,4	16
Ditadura	33,3	12	19,2	05	34,7	17	20,5	18	27,7	13	18,8	06	18,2	08
Tanto faz	27,8	10	19,2	05	20,4	10	18,2	16	34,0	16	25,0	08	45,5	20
Total	100	36	100	26	100	49	100	88	100	47	100	32	100	44

Qui-quadrado 23.369

df 12

p<.02

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.17

Intenção de Voto segundo o posicionamento sobre o Regime Político

	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Democracia	45,5	05	58,1	36	69,2	09	60,2	50	32,0	08	32,7	18	55,0	11
Ditadura	36,4	04	22,6	14			21,7	18	28,0	07	20,0	11	25,0	05
Tanto faz	18,2	02	19,4	12	30,8	04	18,1	15	40,0	10	47,3	26	20,0	04
Total	100	11	100	62	100	13	100	83	100	25	100	55	100	20
Qui-quadrado 27.265 df 12 p<.01														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo e Salvador

Tabela 4.18
Identificação Partidária segundo o posicionamento
sobre o Regime Político

SAO PAULO	PT – PDT – PSB		PMDB – PSDB		PPB – PTB – PRN – PFL – PL	
	%	n	%	n	%	n
Democracia	63,6	56	51,6	16	30,8	04
Ditadura	23,9	21	19,4	06	30,8	04
Tanto faz	12,5	11	29,0	09	38,5	05
Total	100	88	100	31	100	13
Qui-quadrado 9.110 df 4 p<.05						
SALVADOR	PT – PDT – PSB		PMDB – PSDB		PPB – PTB – PRN – PFL – PL	
	%	n	%	n	%	n
Democracia	50,0	15	53,8	07	72,7	16
Ditadura	10,0	03	30,8	04	9,1	02
Tanto faz	40	12	15,4	02	18,2	04
Total	100	30	100	13	100	22
Qui-quadrado 7.620 df 4 p<.20						

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Identidade Partidária

A comparação entre os dados da identificação partidária das três cidades mostrou que seus públicos apresentam preferências políticas partidárias diferentes, ainda que o partido dos trabalhadores PT, seja o partido político com maior índice de adesão em São Paulo, em Porto Alegre e em Salvador.

Considerando as especificidades de cada cidade, a partir do que os resultados mostram – maior índice de identificação do público de São Paulo com o PPB (PPR/PDS/ARENA) e do público de Salvador com o PFL – podemos observar que a distribuição das preferências está associada à distribuição segundo algumas posturas políticas. Particularmente no caso da cidade de São Paulo, a identificação partidária com os partidos “conservadores” está relacionada a uma postura de indiferença em relação ao *regime político*, como foi destacado acima.

Já na cidade de Salvador, a distribuição dos entrevistados segundo a identificação partidária não distingue um posicionamento específico em relação a essa questão. Entretanto, essa associação pode ser verificada no posicionamento do público dessa cidade identificado com os partidos políticos em relação à questão sobre o *uso do exército no combate à violência urbana*. O público identificado com os partidos “conservadores”, em sua grande maioria, é a favor dessa medida; os entrevistados identificados com os partidos de centro também apresentaram postura favorável, enquanto que os identificados com os partidos de esquerda foram contrários ao *Uso do Exército no Combate à violência Urbana* (ver tabela 4.13).

Dentre os três públicos pesquisados, os resultados dos dados para a cidade de Salvador apresentaram mais situações em que podemos verificar essa

relação entre identificação partidária e posicionamentos políticos. Ainda que essa relação não implique em posicionamentos distinguíveis. Apesar de Baquero (1998) ter ressaltado a tradição da identificação partidária junto ao público da cidade de Porto Alegre, os dados da pesquisa apresentaram limites e não permitiram verificar os posicionamentos do público gaúcho entrevistado em relação a essa variável.

Perfil socioeconômico do público “conservador” nas capitais: como eles são⁷⁸

Para traçar o perfil socioeconômico dos redutos “conservadores” nas três capitais, trabalhamos com os dados relativos a autolocalização dos entrevistados na escala esquerda-direita, com os dados de identificação partidária e os de intenção de voto. Essas três variáveis foram tomadas como ponto de partida para a caracterização do público entrevistado e seus resultados apresentaram a mesma tendência.

Nas três capitais pesquisadas, os “conservadores” são formados por um público predominantemente não jovem, ou seja, encontram-se na faixa acima dos 25 anos, em sua maioria, com mais de 30 anos. O público “conservador” é caracterizado por baixos níveis de renda e de escolaridade. Comparativamente, os resultados mostram que é na cidade de Salvador que se localiza o público “conservador” mais pobre e menos escolarizado. Há uma diferença entre os públicos “conservadores” das cidades no que diz respeito ao sexo, enquanto o público conservador em Porto Alegre é

⁷⁸ Infelizmente, os dados sobre a caracterização socioeconômica dos públicos “conservadores” nas cidades apresentaram limites, assim serão apresentados aqui somente a análise dos cruzamentos com índices significativos de associação. As tabelas cruzadas dessas variáveis que não apresentaram índices significativos de associação estão no anexo.

formado predominantemente por mulheres, em São Paulo é formado por homens.

Verificamos que há diferenças entre as bases sociais “conservadoras” e as bases sociais dos partidos de esquerda. Diferentemente das bases “conservadoras”, os eleitores ou simpatizantes dos partidos de esquerda possuem nível de renda um pouco maior e maiores índices de escolaridade. As bases “conservadoras” da capital baiana, o público que indicou seu voto para a candidata do PFL, Roseana Sarney, apresentam escolaridade maior que a apresentada pela esquerda. No entanto, os dados da autolocalização do público da cidade de Salvador mostra que o número de analfabetos e de entrevistados com o Fundamental (antigo primário) incompleto é maior entre aqueles que se autolocalizam à direita do espectro. O público de esquerda nas cidades também em sua maioria são mais jovens que as bases “conservadoras”. As bases sociais dos partidos de centro apresentam características socioeconômicas que se aproximam mais do perfil do público “conservador”.

Essas características do público “conservador” verificadas nas três cidades pesquisadas seguem a mesma tendência do perfil das bases “conservadoras” da cidade de São Paulo apresentado por trabalhos realizados anteriormente (Pierucci, 1987; Alves, 1999) em que os redutos “conservadores” também eram formados pelas camadas sociais menos favorecidas socioeconomicamente. Entretanto, Pierucci e Lima, Novaes e Alves destacaram, em estudos mais recentes, que um público de maior renda e mais escolarizado, localizado em áreas mais ricas da cidade de São Paulo, tem votado no partido de Paulo Maluf (PPB/PPR/PDS). Ou seja, as bases sociais do PPB (PPR/PDS/ARENA), que antes eram basicamente formadas pelos mais pobres e menos escolarizados, passou a constituir-se também dos setores sociais mais bem posicionado na escala social.

São Paulo

Tabela 4.19
Intenção de voto e Escolaridade

	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
<i>Analfabeto/primário incompleto</i>			6,3	04	15,4	02	8,2	07	18,5	05	15,3	09	14,3	03
<i>Fundamental</i>	36,4	04	28,6	18	46,2	06	36,5	31	40,7	11	59,3	35	42,9	09
<i>Médio</i>	54,5	06	44,4	28	30,8	04	41,2	35	40,7	11	20,3	12	28,6	06
<i>Superior</i>	9,1	01	20,6	13	7,7	01	14,1	12			5,1	03	14,3	03
<i>Total</i>	100	11	100	63	100	13	100	85	100	27	100	59	100	21
Qui-quadrado 31.500 df 18 p<.02														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.20

Intenção de voto e Renda

	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Até 2 sm			11,9	07	15,4	02	21,4	18	16,7	04	17,5	10	5,0	01
De mais de 2 a 5 sm	36,4	04	11,9	07	46,2	06	28,6	24	29,2	07	43,9	25	30,0	06
De mais de 5 a 10 sm	36,4	04	39,0	23	30,8	04	15,5	13	29,2	07	22,8	13	30,0	06
De mais de 10 a 20 sm	9,1	01	27,1	16			23,8	20	20,8	05	12,3	07	25,0	05
De mais de 20 a 50 sm	9,1	01	6,8	04	7,7	01	8,3	07	4,2	01	1,8	01	5,0	01
De mais de 50 sm ou mais	9,1	01	3,4	02			2,4	02			1,8	01	5,0	01
Total	100	11	100	59	100	13	100	84	100	24	100	57	100	20
Qui-quadrado 39,349 df 30 p<.20														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.21
Intenção de voto e Idade

	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
De 16 a 17 anos	18,2	02	7,9	05	15,4	02	1,2	01	11,1	03	1,7	01	4,8	01
De 18 a 24 anos	18,2	02	19,0	12	15,4	02	27,1	23	25,9	07	18,6	11	14,3	03
De 25 a 34 anos	54,5	06	22,2	14	15,4	02	28,2	24	22,2	06	15,3	09	28,6	06
De 35 a 44 anos			22,2	14	15,4	02	23,5	20	22,2	06	20,3	12	23,8	05
De 45 a 59 anos			17,5	11	11,1	05	10,6	09	11,1	03	23,7	14	14,3	03
De 60 anos ou mais	9,1	01	11,1	07			9,4	08	7,4	02	20,3	12	14,3	03
Total	100		100	63	100	13	100	85	100	27	100	59	100	21

Qui-quadrado 41.813
df 30
p<.10

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.22
Identificação Partidária e Idade

	PT - PSB - PDT		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
De 16 a 17 anos	1,1	01	6,5	02		
De 18 a 24 anos	23,6	21	12,9	04	23,1	03
De 25 a 34 anos	30,3	27	25,8	08	23,1	03
De 35 a 44 anos	29,2	26	35,5	11	7,7	01
De 45 a 59 anos	10,1	09	16,1	05	38,5	05
De 60 anos ou mais	5,6	05	3,2	01	7,7	01
Total	100	89	100	31	100	13

Qui-quadrado 14.216
df 10
p<.20

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.23
Identificação Partidária e Sexo

	PT - PSB - PDT		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
Feminino	48,3	43	32,3	10	23,1	03
Masculino	51,7	46	67,7	21	76,9	10
Total	100	89	100	31	100	13

Qui-quadrado 4.572
df 2
p<.10

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.24
Autocalização no espectro ideológico e Escolaridade

	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Analfabeto/ Primário incompleto	11,1	04	7,4	02	6,1	03	3,3	03	12,5	06	9,1	03	21,3	10
Fundamental	38,9	14	22,2	06	30,6	15	31,1	28	39,6	19	39,4	13	57,4	27
Médio	41,7	15	59,3	16	38,8	19	47,8	43	35,4	17	39,4	13	21,3	10
Superior	8,3	03	11,1	03	24,5	12	17,8	16	12,5	06	12,1	04		
Total	100	36	100	27	100	49	100	90	100	48	100	33	100	47

Qui-quadrado 41.555
df 18
p<.001

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.25

Autolocalização no espectro ideológico e Renda

	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Até 2 sm	13,9	05	3,8	01	10,4	05	11,4	10	10,9	05	16,1	05	24,4	10
De mais de 2 a 5 sm	44,4	16	34,6	09	20,8	10	21,6	19	28,3	13	25,8	08	46,3	19
De mais de 5 a 10 sm	22,2	08	19,2	05	22,9	11	35,2	31	34,8	16	22,6	07	24,4	10
De mais de 10 a 20 sm	11,1	04	30,8	08	31,3	15	22,7	20	23,9	11	19,4	06	2,4	01
De mais de 20 a 50 sm	2,8	01	11,5	03	10,4	05	8,0	07	2,2	01	6,5	02		
Mais de 50sm	5,6	02			4,2	02	1,1	01			9,7	03	2,4	01
Total	100	36	100	26	100	48	100	88	100	46	100	31	100	41

Qui-quadrado 50.700
df 30
p<.01

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Porto Alegre

Tabela 4.26

Intenção de voto e Sexo

	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Feminino	37,5	03	43,8	14	52,6	10	46,2	24	83,3	05	85,7	06	69,2	18
Masculino	62,5	05	56,3	18	47,4	09	53,8	28	16,7	01	14,3	01	30,8	08
Total	100	08	100	32	100	19	100	52	100	06	100	07	100	26

Qui-quadrado 10.826
df 6
p<.10

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.27
Identificação Partidária e Idade

	PT - PSB – PDT		PMDB – PSDB		PPB – PTB – PFL – PL	
	%	n	%	n	%	n
De 16 a 17 anos	9,9	07	4,8	01		
De 18 a 24 anos	23,9	17	4,8	01		
De 25 a 34 anos	26,8	19	19,0	04	20,0	02
De 35 a 44 anos	15,5	11	42,9	09	30,0	03
De 45 a 59 anos	19,7	14	19,0	04	20,0	02
De 60 anos ou mais	4,2	03	9,5	02	30,0	03
Total	100	71	100	21	100	10

Qui-quadrado 20.406
df 10
p<.05

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.28
Autolocalização no espectro ideológico e Renda

	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Até 2 sm	25,0	03	23,8	05	8,7	02	12,0	06	16,7	03	22,2	02	35,7	05
De mais de 2 a 5 sm	16,7	02	23,8	05	39,1	09	34,0	17	50,0	09	55,6	05	42,9	06
De mais de 5 a 10 sm	8,3	01	23,8	05	13,0	03	30,0	15	22,2	04			7,1	01
De mais de 10 a 20 sm	41,7	05	14,3	03	34,8	08	18,0	09	11,1	02	11,1	01	7,1	01
De mais de 20 a 50 sm	8,3	01	14,3	03	4,3	01	6,0	03					7,1	01
De mais de 50 sm											11,1	01		
Total	100	12	100	21	100	23	100	50	100	18	100	09	100	14

Qui-quadrado 44.535
df 30
p<.05

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.29

Autocalização no espectro ideológico e Idade

	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
De 16 a 17 anos			4,8	01			3,9	02	10,0	02			26,7	04
De 18 a 24 anos	8,3	01	23,8	05	21,7	05	19,6	10	20,0	04			6,7	01
De 25 a 34 anos	16,7	02	28,6	06	26,1	06	25,5	13	10,0	02	22,2	02	13,3	02
De 35 a 44 anos	33,3	04	9,5	02	13,0	03	15,7	08	25,0	05	44,4	04	40,0	06
De 45 a 59 anos	16,7	02	19,0	04	34,8	08	25,5	13	25,0	05	11,1	01		
De 60 anos ou mais	25,0	03	14,3	03	4,3	01	9,8	05	10,0	02	22,2	02	13,3	02
Total	100	12	100	21	100	23	100	51	100	20	100	09	100	15

Qui-quadrado 40.074
df 30
p<.20

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Salvador

Tabela 4.30

Intenção de voto e Escolaridade

	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Analfabeto/Primário incompleto			7,4	02	25,0	03	18,2	12	50,0	06	28,6	02	20,0	02
Fundamental	66,7	02	37,0	10	50,0	06	45,5	30	50,0	06	28,6	02	20,0	02
Médio	33,3	01	44,4	12	25,0	03	28,8	19			28,6	02	60,0	06
Superior			11,1	03			7,6	05			14,3	01		
Total	100	03	100	27	100	12	100	66	100	12	100	07	100	10

Qui-quadrado 23.530
df 18
p<.20

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.31

Autocalização no espectro ideológico e Renda

	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Até 2 sm	40,0	10	14,3	02	12,5	02	46,2	06	26,7	04	66,7	04	58,6	17
De mais de 2 a 5 sm	52,0	13	28,6	04	62,5	10	30,8	04	40,0	06	16,7	01	27,6	08
De mais de 5 a 10 sm			21,4	03	6,3	01	15,4	02	20,0	03	16,7	01	6,9	02
De mais de 10 a 20 sm	8,0	02	14,3	02	6,3	01			13,3	02			3,4	01
De mais de 20 a 50 sm			7,1	01	12,5	02	7,7	01					3,4	01
De mais de 50 sm			14,3	02										
Total	100	25	100	14	100	16	100	13	100	15	100	06	100	29
Qui-quadrado 46.651 df 30 p<.05														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Tabela 4.32

Autocalização no espectro ideológico e Escolaridade

	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Analfabeto/ Primário incompleto	20,7	06			11,8	02	25,0	04	17,6	03	71,4	05	30,0	09
Fundamental	51,7	15	41,2	07	41,2	07	37,5	06	41,2	07	28,6	02	43,3	13
Médio	27,6	08	41,2	07	29,4	05	31,3	05	35,3	06			23,3	07
Superior			17,6	03	17,6	03	6,3	01	5,9	01			3,3	01
Total	100	29	100	17	100	17	100	16	100	17	100	07	100	30
Qui-quadrado 27.045 Df 18 P<.10														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Considerações finais do capítulo 4

Apesar dos limites impostos pelos dados, o cenário apresentado mostra algumas tendências do comportamento político das cidades pesquisadas. Em primeiro lugar, é importante destacar o quadro de consistência verificado entre os resultados oficiais das eleições nas capitais e os dados acerca do posicionamento de seu público na escala ideológica. Esse cenário de certa consistência mostra que os rótulos esquerda e “direita” têm algum significado para esses públicos e reforça a idéia de que a variável ideologia tem um peso relativo na escolha e preferência política, devendo ser considerada como um dos elementos explicativos do comportamento político.

O público da cidade de São Paulo tende a se autolocalizar nas posições mais centrais do espectro ideológico, enquanto que em Porto Alegre o público tende a se autolocalizar mais à esquerda e o público da cidade de Salvador tende a se autolocalizar nos extremos da escala. Essas diferenças na autolocalização no espectro ideológico entre as cidades também podem ser observadas na comparação entre suas trajetórias eleitorais. São Paulo apresenta um cenário bastante competitivo ao nível municipal, no entanto, ao nível estadual e federal tende a votar em partidos políticos do centro e em coligações formadas pelos “conservadores”; Porto Alegre apresenta uma tendência à esquerda tanto no nível municipal quanto no nível federal e Salvador tende a eleger partidos “conservadores” ao nível municipal, mas ao nível federal, vota no maior partido de esquerda.

Com exceção da variável sobre *regime político*, as variáveis selecionadas dizem respeito a questões bastante presentes no cotidiano dos grandes centros urbanos. Os públicos das três cidades, São Paulo, Salvador e Porto Alegre, no geral, não apresentaram posturas tão diferentes entre si. Apontaram a democracia como melhor forma de *regime político*, foram favoráveis ao *uso do exército no combate à violência urbana* e apontaram o combate ao desemprego e o investimento em educação como as *soluções para os problemas sociais*. Somente em relação à adoção da *pena de morte*, os públicos apresentaram posições diferentes. O público de Salvador posicionou-se contra a *pena*. Em São Paulo, o público quase se dividiu, mas o número de favoráveis foi um pouco maior e, na capital gaúcha, a maioria foi favorável a adoção da *pena de morte*. Mas, apesar da pouca diferenciação entre as posturas dos públicos das cidades, algumas dessas questões permitiram identificar alguns redutos “conservadores”, como a questão da *pena de morte* e das *soluções para os problemas sociais* que distinguiram o público “conservador” na cidade de São Paulo.

Dentre as cidades pesquisadas, destacamos a capital paulista que apresentou, entre seu público, redutos “conservadores” com opiniões e valores significativamente associados a uma postura ideológica definida.

Na cidade de Salvador, somente na questão sobre o *uso do exército no combate à violência urbana* podemos detectar posicionamentos mais definidos à esquerda e à direita. O público da cidade identificado com os partidos “conservadores” posicionou-se significativamente a favor do *uso do exército no combate à violência urbana*, enquanto os identificados com os partidos de esquerda foram contra a adoção dessa medida. O público que se identificou com os partidos de centro também se posicionou “conservadoramente” em relação a essa medida de segurança.

Na capital gaúcha, as soluções “conservadoras” não foram exclusivas dos eleitores dos partidos “conservadores” ou daqueles que se posicionaram à direita do espectro ideológico. Na questão sobre o *uso do exército no combate à violência urbana*, o público da cidade de Porto Alegre que se autolocalizou à direita na escala ideológica apresentou um posicionamento mais favorável à adoção dessa medida do que o público à esquerda. A questão sobre a adoção da *pena de morte* somente polarizou o público que se autolocalizou no espectro ideológico, pois em relação à intenção de voto, esses posicionamentos não se apresentaram tão nítidos. O público que se autolocalizou à esquerda da escala posicionou-se contra a adoção da *pena* e aqueles que se posicionaram à direita foram à favor.

Na cidade de São Paulo, algumas das soluções “conservadoras” apontadas para os problemas sociais como a adoção da *pena de morte* e o *aumento de policiais treinados e equipados para combater à violência urbana* estiveram associadas a um posicionamento à direita da escala ideológica e à escolha política eleitoral pelo candidato do PPB, Paulo Maluf. Alves (1999) também detectou a aceitação, por parte de parcelas do público paulistano, de alguns conteúdos associados à agenda política neoliberal, como a privatização, quebra do monopólio de empresas estatais e de alguns valores do quadro de “conservadorismo” social que parece acompanhar essa revitalização da “direita” (Alves, 1999). Entre o público que apoiou essas medidas da agenda econômica neoliberal e tomou posições antiigualitárias e “conservadoras” (posturas contrárias ao casamento entre homossexuais e a legalização do aborto, por exemplo), a maioria era composta pelos eleitores de candidatos dos partidos “conservadores” como Paulo Maluf PPB (PPR/PDS) e Fernando Collor de Mello (PRN) e parte significativa localizava-se à direita do espectro ideológico. Nossa pesquisa infelizmente não pode contar com um leque tão amplo de variáveis de valores e

atitudes como o tratado por Alves em seu trabalho. Mas o que é importante destacar retomando os resultados desse trabalho e os dados da nossa pesquisa é a tendência do público “conservador” da capital paulista em aceitar propostas mais autoritárias e “conservadoras” para algumas questões, como a violência urbana, a segurança pública e os problemas socioeconômicos. Os resultados do nosso trabalho vêm reforçar a idéia de que há na cidade de São Paulo redutos “conservadores” que apresentam uma maior disposição em aceitar soluções autoritárias e “conservadoras” para os problemas sociais enfrentados em um grande centro urbano.

A partir dos dados analisados em nossa pesquisa, não podemos apontar a existência de redutos “conservadores” com posturas ideológicas tão nítidas nas cidades de Salvador e de Porto Alegre como na capital paulista. O que pudemos detectar, na cidade de Salvador, a partir dos dados, foi uma tendência mais “conservadora” do público identificado com os partidos de centro e “conservadores” em relação a uma medida de segurança pública. E, na capital gaúcha, somente na questão sobre a *pena de morte* podemos dizer que há uma polarização nas respostas, ou um posicionamento mais definido dos públicos que se autolocalizaram à direita e à esquerda. O posicionamento mais “conservador” em relação ao *uso do exército no combate à violência urbana* não foi exclusivo do público que se autolocalizou à direita do espectro ideológico na cidade de Porto Alegre. Verificamos nessa questão uma diferença do grau de apoio entre os públicos à esquerda e à direita da escala em relação à medida, mas não uma polarização nas respostas.

Os públicos “conservadores” nas cidades de São Paulo, de Salvador e de Porto Alegre formados pelas camadas menos favorecidas socioeconomicamente, são os setores sociais que apresentam os menores índices de escolaridade e os mais baixos

níveis de renda. Em relação às características demográficas, podemos dizer que o perfil dos “conservadores” nas capitais pesquisadas é de uma população adulta, na faixa acima dos 25 anos. Em São Paulo, o público “conservador” é predominantemente formado por homens, já em Porto Alegre as mulheres são a maioria entre os “conservadores”, a cidade de Salvador não apresentou dados com significância para essa caracterização.

O fato dos dados dessa pesquisa não terem apresentado resultados significativos de associação entre posicionamentos nas questões atitudinais e preferências partidárias não diminui a importância da variável identificação partidária ou dos vínculos entre eleitores e partidos políticos na explicação do comportamento político. Devemos considerar que, para as variáveis selecionadas nesse trabalho, não verificamos grandes associações com a variável de identificação partidária, no entanto, devemos destacar que os posicionamentos dos entrevistados em relação às questões estiveram associados a uma intenção de voto e aos posicionamentos à esquerda e à direita da escala ideológica. Ou seja, a pouca incidência de casos de identificação partidária no desenvolvimento do nosso trabalho não invalida a importância dessa variável na explicação do comportamento político, pois a especificidade das questões aqui tratadas deve ser levada em conta. Outro fator que deve ser considerado é a relação entre a intenção de voto e a identificação com um partido em períodos de eleição, como é o caso do contexto da pesquisa utilizada. Os dados aqui analisados apresentam uma significativa consistência entre a distribuição dos dados da intenção de voto e a distribuição dos dados da identificação partidária nas três cidades. Lembramos que os dados utilizados em nossa pesquisa são secundários, ou seja, foram coletados por um instituto de pesquisa a partir de outros pressupostos, de modo que os seus resultados ficaram limitados à realidade dos dados. Assim, o que podemos

sugerir diante desse quadro é a realização de mais pesquisas que abarquem a relação entre um conjunto maior de variáveis valorativas e de atitudes e a variável da identificação partidária, para que se possa melhor explorar o vínculo entre eleitores e partidos políticos e assim dimensionar o peso dessa variável no comportamento político dos brasileiros.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo identificar e caracterizar as bases sociais dos partidos “conservadores”, nas cidades de São Paulo, de Salvador e de Porto Alegre no período recente. Nossa hipótese inicial era que cidades com trajetórias políticas diferentes configurariam eleitorados com características socioeconômicas e atitudinais também diferentes. As capitais pesquisadas, São Paulo, Porto Alegre e Salvador, foram escolhidas tendo em vista que a experiência socioeconômica e cultural dos grandes centros urbanos formam o contexto em que se verifica a presença de várias clivagens sociais que são traduzidas pelos partidos políticos. A idéia era a de que as distintas trajetórias políticas dessas cidades nos permitiriam fazer a contraposição entre as características de seus públicos.

Para desenvolver esse trabalho, utilizamos dados de uma pesquisa do tipo *survey* realizada em algumas capitais estaduais entre os dias 19 e 20 de junho de 2000. Os dados dessa pesquisa apresentaram limitações claras. No entanto, a singularidade dessa pesquisa consiste no fato de que aborda as três cidades que se adequam à nossa hipótese, traz questões atitudinais que permitiram desenvolver a hipótese da nossa pesquisa, além das características socioeconômicas que permitiriam desenhar o perfil das bases sociais “conservadoras” nessas cidades.

A análise dos dados tinha como preocupação a caracterização das bases sociais “conservadoras”, no entanto, uma primeira análise dos dados mostrou uma relativa indiferença das bases sociais em relação às questões de atitudes. Desse modo,

ampliamos nosso foco de interesse no sentido de contrapor e caracterizar as bases sociais identificadas com a esquerda, e não mais apenas os identificados com os “conservadores”.

A comparação entre os resultados eleitorais oficiais do período 1985-2000 das cidades pesquisadas e os dos dados do *survey* utilizado mostra uma significativa consistência entre os dois cenários constituídos. Essa consistência pode ser verificada, principalmente, quando os dados eleitorais oficiais são comparados aos dados da autolocalização dos públicos dessas cidades na escala esquerda-direita. O público da cidade de São Paulo tende a se autolocalizar nas posições mais centrais da escala ideológica, postura que pode estar relacionada ao cenário eleitoral partidário competitivo da capital paulista, e pode também estar relacionada aos resultados apresentados aos níveis estadual e federal em que a cidade tem reeleito candidatos do partido de centro. Na cidade de Porto Alegre, o público tende a se autolocalizar nas posições mais à esquerda do espectro ideológico, posicionamento consistente com os resultados eleitorais apresentados nos três níveis de eleição na capital gaúcha. E na capital baiana, o público tende a se autolocalizar nos extremos da escala esquerda-direita, este posicionamento parece estar associado também aos resultados eleitorais, em que o público da cidade tem votado em um partido de esquerda ao nível nacional e em um partido “conservador” para os níveis estadual e municipal. Essa relação entre posicionamento na escala ideológica e intenção de voto já foi detectada por pesquisas realizadas em outros contextos do cenário brasileiro.

Os públicos das cidades de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador mostraram que têm alguma idéia do que os rótulos esquerda e “direita” significam, ou pelo menos apresentaram respostas que estão bastante relacionadas com os

significados históricos dos dois posicionamentos. A principal idéia que aparece nos três públicos é a de que *ser de direita* significa “ser do governo, estar no governo, ou fazer parte dele”. Uma das idéias mais correntemente apontadas para essa questão entre o público brasileiro. Os públicos das cidades apresentam ainda outras respostas consistentes com os significados históricos, como a idéia de que *ser de direita* significa “ser da elite, ser rico”, ou “ser antidemocrático e não defender uma política social”, ou ainda “ser autoritário e não aceitar manifestações de rua”. Essas categorias de respostas já foram também verificadas em outros contextos, por outros estudos. Coerentemente a essas respostas, os públicos responderam que *ser de esquerda* significa “ser contra o governo”, “defender uma política social e ter preocupações com o povo”, ou ainda “ser socialista, ser comunista”. Esses resultados mostram que os públicos dessas cidades – ao se autolocalizarem no espectro ideológico – têm alguma idéia do que esses posicionamentos significam. Esses dados mostram também a relevância dessas definições e autolocalizações para a explicação do comportamento político, pois ainda que os públicos apresentem idéias difusas sobre os significados desses posicionamentos, essas idéias fazem parte do sistema de crenças e valores desses públicos e estão de alguma forma relacionadas ao seu cotidiano.

Os dados da intenção de voto também contribuem para a formação do quadro de consistência entre os dados oficiais e os dados do *survey*. Confirmando a tendência “conservadora” na cidade de São Paulo, já apresentada pelos dados oficiais, o candidato do PPB, Paulo Maluf, apresenta um maior número de intenções de voto na capital paulista. Comparativamente aos dados apresentados nas outras duas cidades, esses dados indicam que o público que mais vota nesse partido, ou seja, suas bases sociais, localizam-se na capital paulista. O candidato do PT, Lula, apresentou a maior intenção de voto nas três cidades. Resultado que destaca a significativa consistência

com os resultados oficiais apresentados nas cidades de Salvador e de Porto Alegre, em que o candidato obteve as maiores votações nas eleições presidenciais.

Ainda dentro do quadro de consistência entre os resultados oficiais e dados dos *surveys*, a identificação partidária do público da cidade de Salvador com o PFL é outro elemento que se destaca. Comparativamente aos dados apresentados nas outras duas cidades, os dados da identificação partidária com o PFL em Salvador são expressivos e destacam a consistência com os resultados eleitorais para os níveis estadual e municipal. Os dados da identificação do público paulista com o PSDB e com o PPB (PPR/PDS) de Paulo Maluf devem ser destacados como elementos desse quadro de consistência pois, comparativamente aos dados das outras duas cidades, esses resultados mostram que os redutos desses dois partidos estão localizados na capital paulista. Os resultados da identificação dos públicos com esses partidos políticos, principalmente com os partidos “conservadores”, devem ser considerados como importantes indicativos da força do partido junto às suas bases sociais nessas localidades. Pois, como a bibliografia já destacou os eleitores dos partidos “conservadores” são menos propensos a se declararem identificados com os seus partidos políticos, ao contrário da postura dos eleitores dos partidos de esquerda. Como os dados mostram, a identificação dos públicos com o Partido dos Trabalhadores é mais expressiva nas três cidades.

Assim, mesmo considerando os limites que os dados nos apresentam, podemos dizer que os resultados da nossa pesquisa apresentam algumas tendências de comportamento destacadas pelo quadro de consistência entre os resultados oficiais e os dados da pesquisa realizada nas capitais.

Com exceção da variável *regime político*, as outras variáveis selecionadas são questões que estão significativamente relacionadas ao cotidiano das grandes cidades como a violência urbana e a segurança pública. Os públicos das três cidades não apresentaram posicionamentos diferentes na maioria das questões, somente no caso da *pena de morte*, o público da cidade de Salvador posicionou-se contra, enquanto que as duas outras capitais foram a favor. Neste sentido, destacamos o posicionamento da capital gaúcha que tem apresentado uma identificação partidária crescente com o PT, resultados eleitorais favoráveis à esquerda em todos os níveis eleitorais e um posicionamento um tanto “conservador” a favor da adoção da *Pena de Morte*.

A cidade de São Paulo foi adquirindo um papel de destaque na análise à medida em que foi apresentando redutos “conservadores” com posicionamentos ideológicos nítidos. Dentre as capitais, foi na cidade de São Paulo que verificamos que os posicionamentos dos “conservadores” se distinguiram dos demais. Algumas das soluções “conservadoras” apontadas para os problemas sociais como a adoção da *pena de morte* e o *aumento de policiais treinados e equipados para combater à violência urbana* estiveram associadas a um posicionamento à direita da escala ideológica e à escolha política-eleitoral pelo candidato do PPB (PPR/PDS), Paulo Maluf. Os dados da pesquisa mostram a tendência do público “conservador” da capital paulista em aceitar propostas mais autoritárias e “conservadoras” para algumas questões, como a segurança pública.

A cidade de São Paulo também foi a única capital dentre as três pesquisadas que se destacou em relação à questão sobre o *regime político*. Os públicos das três cidades apontaram a democracia como melhor forma de *regime político*. No

entanto, na capital paulista, os identificados com os partidos “conservadores” e os eleitores do candidato do PPB (PPR/PDS), Paulo Maluf, apontaram com maior frequência a postura de que tanto faz o *regime político*. Sugerimos que esta postura poderia estar relacionada à própria trajetória política do principal político do PPB (PPR/PDS) na cidade.

Os resultados do nosso trabalho vêm reforçar a idéia de que há, na cidade de São Paul, redutos “conservadores” que apresentam uma maior disposição em aceitar soluções autoritárias e “conservadoras” para os problemas sociais enfrentados em um grande centro urbano.

Na cidade de Salvador, somente na questão sobre o *uso do exército no combate à violência urbana* pode-se detectar posicionamentos mais definidos à esquerda e à direita. O público da cidade identificado com os partidos “conservadores” posicionou-se significativamente a favor do *uso do exército no combate à violência urbana*, enquanto os identificados com os partidos de esquerda foram contra a adoção dessa medida. O público que se identificou com os partidos de centro também se posicionaram “conservadoramente” em relação a essa medida de segurança pública.

Na capital gaúcha, as soluções “conservadoras” não foram exclusivas dos eleitores dos partidos “conservadores” ou daqueles que se posicionaram à direita do espectro ideológico. Na questão sobre o *uso do exército no combate à violência urbana* o público, da cidade de Porto Alegre, que se autolocalizou à direita na escala ideológica apresentou um posicionamento mais favorável à adoção dessa medida do que o público localizado à esquerda. A questão sobre a adoção da *pena de morte* somente polarizou o público que se autolocalizou no espectro ideológico, pois em relação à intenção de voto, os posicionamentos favoráveis e contrários não se apresentaram tão

nítidos. O público que se autolocalizou à esquerda da escala posicionou-se contra a adoção da pena e aqueles que se posicionaram à direita foram à favor.

É em relação à caracterização socioeconômica que as diferenças entre as bases sociais “conservadoras” e as bases sociais dos partidos de esquerda se destacam. Nas três cidades pesquisadas, as bases “conservadoras” são caracterizadas pelos baixos índices de escolaridade e pelos baixos níveis de renda, contrariamente às bases da esquerda que apresentam um nível de renda e de escolaridade relativamente maior. Os partidos de centro apresentam bases sociais com características mais próximas às bases “conservadoras”. Em relação à faixa etária das bases sociais, também verificamos uma diferença entre os “conservadores” e os identificados ou simpatizantes com os partidos de esquerda. As bases sociais “conservadoras”, assim como as bases sociais dos partidos de centro, são formadas em sua maioria pelo público adulto, na faixa acima dos 30 anos e de mais idade, enquanto os jovens são a maioria nas bases sociais dos partidos de esquerda. Essa diferença é bastante clara principalmente na cidade de Porto Alegre. Há algumas diferenças entre as cidades em relação ao público masculino e feminino encontrado nos partidos “conservadores”. Em São Paulo, a maioria dos “conservadores” é formada por homens, já em Porto Alegre verifica-se o contrário, são as mulheres que aparecem em maior número entre as bases sociais dos “conservadores”. Em geral, as características das bases sociais “conservadoras” verificadas em nossa pesquisa apontam a mesma tendência observada em outros estudos.

Assim, podemos concluir a partir do levantamento e análise dos dados que faz sentido falar, tanto em partidos políticos “conservadores”, como em identificação partidária. Pois, além da significativa presença no cenário político

decisório, como importante força política, os partidos “conservadores” apresentam considerável peso na formação das opiniões e das atitudes de suas bases sociais. Nossa pesquisa mostrou também que o público sabe se localizar no espectro ideológico e apresenta posicionamentos políticos coerentes com as suas escolhas políticas. Vimos também que para algumas questões como segurança pública e violência urbana, no contexto social das grandes cidades em 2000 e, poderíamos dizer até mesmo em 2002, as diferenças partidárias diminuem. Essas são questões que atualmente parecem ser mais fortes do que os delineamentos partidários.

Bibliografia

- ALVES, Maria Teresa G., (1999) *Repensando a nova direita: subsídios para a compreensão do apoio a candidatos de direita no município de São Paulo de 1988 a 1996*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH – USP.
- ALVES, Maria Teresa Gonzaga. (2000) Conteúdos Ideológicos da Nova Direita no Município de São Paulo: análise de surveys. *Opinião Pública*, Campinas, CESOP/UNICAMP, Vol. VI, (02): 191-229.
- AMES, Barry. (1994) A Organização Partidária Local nas Eleições Presidenciais Brasileiras de 1989. *Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 37, (01): 5-41.
- BABBIE, Earl (1999) *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. (1992) Identidade Partidária e Instituições Políticas no Brasil. *Revista Lua Nova – Especial: Cultura e Política*, São Paulo, CEDEC, Marco Zero, (26): 133-165.
- BAQUERO, Marcelo, Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. Em BAQUERO, Marcelo (org.) (1998), *A Lógica do Processo Eleitoral em Tempos Modernos. Novas Perspectivas de Análise*. Porto Alegre, Editora da Universidade e Canoas, Centro Educacional La Salle de Ensino Superior.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita (1981). *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BOBBIO, Norberto, (1995) *Esquerda e Direita: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista.
- BORÓN, Atilio; CHALMERS, Douglas A. and SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (ed.), (1992) *The Right and Democracy in Latin America*, Columbia University.

- CASTRO, Iná Elias. (1989) Política e Território: Evidências da Prática Regionalista no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 32, (03): 389-404.
- CHAIA, Vera (1991). *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo, Humanidades.
- CLARKE, Harold D. and STEWART, Marianne C., (1998) The decline of parties in the minds of citizens. *Annual Reviews Political Science*, (01): 357-78.
- CONVERSE. Philip E., (1964) The Nature of Belief Systems in the Mass Publics. In APTER, David (ed.), *Ideology and Discontent*. N. York: The Free Press. (Tradução de Plínio Dentzien)
- CUEVA, Agostin, (1989) A Guinada Conservadora. Em CUEVA, Agostin, *Tempos Conservadores. A direitização no Ocidente e na América Latina*. São Paulo, Hucitec.
- ECKSTEIN, Harry, (1988) A Culturalist Theory of Political Change. *American Political Science Review*. Vol. 82 (03), (september).
- ELKINS, David J., SIMEON, Richard E. B., (1979) A Cause in Search of Its Effect, or What Does Political Culture Explain? *Comparative Politics*, Vol. 11, (02), (january).
- FERNANDES, Luís, (1995) Muito barulho por nada? O Realinhamento Político-Ideológico nas Eleições de 1994. *Dados*, Vol. 38, (01): 105-144.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. *Terra Incógnita: Funcionamento e Perspectivas do Congresso Nacional*, Relatório de Pesquisa, CEBRAP: 1995.
- FLEISCHER, David V. (1981) *Os Partidos Políticos no Brasil*. Vol. 1, Brasília, UNB.
- HUNTER, Allen, (1981) Entre bastidores: ideologia y organización de la nueva derecha. *Revista Mexicana de Sociologia*, (43): 1745-1780.
- IANNI, Octávio, (1989) A Nova República do Brazil. Em CUEVA, Agostin, *Tempos Conservadores. A direitização no Ocidente e na América Latina*. São Paulo, Hucitec.
- IPEA/UNICAMP.IE.NESUR/IBGE (org.). (1999) *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Campinas, São Paulo, Unicamp, IE. (Coleção Pesquisas, 3).

KINZO, Maria D'Alva Gil. (1988) *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. São Paulo, IDESP/Vértice.

_____. (1990) O quadro partidário e a Constituinte. Em LAMOUNIER, Bolívar. *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, IDESP.

_____. (1992) A Eleição Presidencial de 1989: O Comportamento Eleitoral em uma Cidade Brasileira. *Dados*, Vol. 35, (01): 49-65.

_____. (1993) *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer.

LAMOUNIER, Bolívar, (1978 a) Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente. Em CARDOSO, F. H. e LAMOUNIER, Bolívar (orgs.), *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____, (1978 b) Presidente Prudente: O crescimento da Oposição num Reduto Arenista. Em REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os Partidos e os Regimes: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo, Ed. Símbolo.

_____, (1980) O Voto em São Paulo, 1970-1978 em *Voto de desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis, Vozes.

_____ (org.). (1986) *1985: O voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP.

_____, (1990). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, IDESP.

LAMOUNIER, Bolívar e MUSZYNSKI, Maria Judith Brito (1986), A Eleição de Jânio Quadros. Em LAMOUNIER, Bolívar (org.), *1985: O Voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP.

LAMOUNIER, Bolívar. (1988) O "Brasil autoritário revisitado": o impacto das eleições sobre a abertura. Em STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LAMOUNIER, Bolívar e SOUZA, Amaury, (1991) Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. *Dados*, 34(3): 311-348.

- LAVAREDA, José Antônio. (1999) *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 2ª edição, Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, p. 101-102.
- LIMA Jr., Olavo Brasil de. (1978) Articulação de Interesses, Posição socioeconômica e Ideologia: As eleições de 1976 em Niterói. Em REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os Partidos e os Regimes: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo, Ed. Símbolo.
- LIPSET, Seymour M. e ROKKAN, Stein. (1967) Cleavage Structures, Party Systems and Voter Alignments. Em MAIR, Peter (ed.) (1990) *The West European Party System*, Oxford, Oxford Univ. Press.
- MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timothy, (2000) *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo, Paz e Terra.
- MAIRA, Luis, (1981) Nota preliminar sobre la influencia (creciente) del pensamiento de la nueva derecha norteamericana en America Latina. *Revista Mexicana de Sociologia*, (43): 1923-1943.
- MENEGUELLO. Rachel, (1989) *PT: A formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____, (1998 a). *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo, Paz e Terra.
- _____, (1998 b) As bases sociais partidárias no Brasil, *mimeo*.
- _____, (1996) Tendências Políticas e Eleitorais. *LASA Congress, mimeo*.
- MIDDLEBROOK. Kevin J. (ed.), (2000) Introduction. *Conservative Parties, Elite Representation, and Democracy in Latin America*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London.
- MILLER. Warren E. and SHANKS. J. Merrill, (1996) *The New American Voter*. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.
- MOISÉS, José Álvaro. (1990) Eleições, Participação e Cultura Política: Mudanças e Continuidades". *Revista Lua Nova*, CEDEC, (20): 133-187.

- _____. (1992) Democratização e Cultura Política de Massas no Brasil. *Revista Lua Nova – Especial: Cultura e Política*, CEDEC, Marco Zero, (26): 5-51.
- MOUFFE, Chantal. (1981) Democracia y nueva derecha. *Revista Mexicana de Sociología*, (34): 1829-1846.
- MUSZYNSKI, Maria Judith (1988). O eleitorado paulistano em 1986: a marca do oposicionismo. *Textos IDESP*, São Paulo.
- MUSZINSKI, Maria Judith de Brito. (1989 a) Os eleitores paulistanos em 1986: a marca do Oposicionismo. Em SADEK, Maria Teresa *et alli*. *Eleições – 1986*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, IDESP.
- MUSZYNSKI, Maria Judith, (1989 b) As razões de um resultado surpreendente: a vitória de Luíza Erundina. *Texto no. 35 IDESP*, São Paulo.
- NICOLAU, Jairo A. (org.) (1998) *Dados eleitorais do Brasil: (1982-1996)*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ-UCAM.
- NOVAES, Carlos Alberto Marques. (1996) A geografia do voto em São Paulo. São Paulo, *Novos Estudos Cebrap*, (45): 3-14, (julho).
- PIERUCCI, Antônio Flávio, (1987) As bases da nova direita. São Paulo *Novos Estudos Cebrap*, (19): 26-45, (dezembro).
- _____, (1989) A Direita mora do outro lado da cidade. Em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 4 (10): 44-65, (junho).
- _____, (1993) São Paulo 92, a vitória da direita. São Paulo, *Novos Estudos Cebrap*, (35), (março).
- _____, (1999) Linguagens autoritárias, voto popular: um exercício de método. Em *Ciladas da diferença*. São Paulo, USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Ed. 34.
- PIERUCCI, Antônio F. e LIMA, Marcelo Coutinho de (1991), A direita que flutua. *Novos Estudos Cebrap*, (29): 10-27, (março).

PIERUCCI, Antônio Flávio, e LIMA, Marcelo Coutinho de, (1993) São Paulo 92, A vitória da direita. São Paulo, *Novos Estudos Cebrap*, (35): 94-99, (março).

RANINCHSKI, Sonia. A dimensão esquerda-direita e a sua relevância no comportamento eleitoral: um estudo longitudinal. Em BAQUERO, Marcelo; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; e GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf, (orgs.) (1998). *A Construção da Democracia na América Latina: Estabilidade Democrática, Processos Eleitorais, Cidadania e Cultura Política*. Porto Alegre/Canoas, Ed. Universidade/UFRGS/Centro La Salle de Ensino Superior.

REIS, Fábio Wanderley (org.). (1978) Classe Social e Opção Partidária: as Eleições de 1976 em Juiz de Fora. *Os Partidos e o Regime. A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo, Ed. Símbolo.

REIS, Fábio Wanderley e CASTRO, Mônica Mata Machado de. (1992) Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro. *Revista Lua Nova – Especial: Cultura e Política*, CEDEC, Marco Zero, (26): 81-131.

RODRIGUES. Leôncio Martins, (1987) *Quem é quem na Constituinte – Uma análise sóciopolítica dos partidos e deputados*. São Paulo, OESP-Maltese.

SADEK, Maria Tereza, (1986) A Trajetória de Jânio Quadros. Em LAMOUNIER, Bolívar (org.), *1985: O Voto em São Paulo*. São Paulo, IDESP.

SIMÃO, Aziz. (1956) O voto operário em São Paulo, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, (01).

SINGER, André Vitor. (2000) *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo, EDUSP.

SOARES. Gláucio A. D., (1973) *Sociedade e Política no Brasil. Desenvolvimento, Classe e Política durante a Segunda República*. São Paulo, Difel.

_____. (1984) *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas*. Petrópolis, Vozes.

_____, (1998) Comportamento Político e Cultura Política. Em CARVALHO, Maria Izabel V. de; RUA, Maria das Graças *et alli* (orgs.). *O estudo da política. Tópicos selecionados*. Brasília, Paralelo 15.

_____. (2000) Em Busca da Racionalidade Perdida: Alguns Determinantes do Voto no Distrito Federal, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, (43): 5-23, (junho).

SOUZA, Maria do Carmo Campello C. de, (1985) A democracia populista (1945-1964): Bases e limites. Em ROUQUIÊ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar, e SCHVARZER, Jorge, (orgs.) *Como renascem as democracias*. São Paulo, Brasiliense.

_____. (1988) A Nova República Brasileira: sob a espada de Dâmocles. Em STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1990) *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3ª ed., São Paulo, Alfa-Ômega.

_____. (1992) The Contemporary Faces of the Brazilian Right: An Interpretation of Style and Substance in CHALMERS, Douglas A., SOUZA, Maria do Carmo Campello de. and BORON, Atilio (ed.), *The Right and Democracy in Latin America*, Columbia University.

THÉRET, Bruno, (1994) O neoliberalismo como retórica econômica e modo de ação política". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (24): 49-65, (fevereiro).

WHITEFIELD, Stephen; EVANS, Geoffrey, (1999) Political Culture versus Rational Choice: Explaining Responses to Transition in the Czech Republic and Slovakia. In *British Journal of Political Science*, (29): 129-155.

WOLFE, Alan, (1981) Sociologia, liberalismo y derecha radical. *Revista Mexicana de Sociologia*, (34): 1797-1828.

ANEXO 1 – PREFERÊNCIAS E ATITUDES

Porto Alegre e Salvador

*Autocalização na escala esquerda-direita segundo o posicionamento
sobre as Soluções para os problemas sociais*

PORTO ALEGRE	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
<i>Combate ao desemprego e melhorias na educação</i>	75,0	09	80,0	16	77,3	17	63,3	31	60,0	12	66,7	06	60,0	09
<i>Aumentar o número de policiais treinados e equipados</i>	25,0	03	20,0	04	22,7	05	36,7	18	40,0	08	33,3	03	40,0	06
Total	100	12	100	20	100	22	100	49	100	20	100	09	100	15
Qui-quadrado 4.006 df 6 p<.70														
SALVADOR	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
<i>Combate ao desemprego e melhorias na educação</i>	64,3	18	58,8	10	52,9	09	68,8	11	70,6	12	42,9	12	57,1	16
<i>Aumentar o número de policiais treinados e equipados</i>	35,7	10	41,2	07	47,1	08	31,3	05	29,4	05	57,1	04	42,9	12
Total	100	28	100	17	100	17	100	16	100	17	100	07	100	28
Qui-quadrado 24.006 df 6 p<.70														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Porto Alegre e Salvador

*Intenção de Voto segundo o posicionamento sobre as
Soluções para os problemas sociais*

PORTO ALEGRE	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
<i>Combate ao desemprego e melhorias na educação</i>	50,0	04	78,1	25	68,4	13	66,7	34	66,7	04	57,1	04	66,7	16
<i>Aumentar o número de policiais treinados e equipados</i>	50,0	04	21,9	07	31,6	06	33,3	17	33,3	02	42,9	03	33,3	08
Total	100	08	100	32	100	19	100	51	100	06	100	07	100	24
Qui-Quadrado 3.147 Df 6 P<.80														
SALVADOR	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
<i>Combate ao desemprego e melhorias na educação</i>	66,7	02	66,7	18	50,0	06	61,5	40	66,7	08	42,9	03	60,0	06
<i>Aumentar o número de policiais treinados e equipados</i>	33,3	01	33,3	09	50,0	06	38,5	25	33,3	04	57,1	04	40,0	04
Total	100	03	100	27	100	12	100	65	100	12	100	07	100	10
Qui-quadrado 2.158 Df 6 p<.90														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo, Porto Alegre e Salvador

*Identificação Partidária segundo o posicionamento sobre as
Soluções para os problemas sociais*

SAO PAULO	PT - PDT - PSB		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PRN - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
<i>Combate ao desemprego e melhorias na educação</i>	71,9	64	61,3	19	53,8	07
<i>Aumentar o número de policiais treinados e equipados</i>	28,1	25	35,5	11	46,2	06
Total	100	89	100	31	100	13
Qui-quadrado 5.448 Df 4 p<.30						
PORTO ALEGRE	PT - PDT - PSB		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PRN - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
<i>Combate ao desemprego e melhorias na educação</i>	67,6	48	68,4	13	60,0	06
<i>Aumentar o número de policiais treinados e equipados</i>	32,4	23	31,6	06	40,0	04
Total	100	71	100	19	100	10
Qui-quadrado 251 Df 2 p<.90						
SALVADOR	PT - PDT - PSB		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PRN - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
<i>Combate ao desemprego e melhorias na educação</i>	66,7	20	76,9	10	59,1	13
<i>Aumentar o número de policiais treinados e equipados</i>	33,3	10	23,1	03	40,9	09
Total	100	30	100	13	100	22
Qui-quadrado 1.167 Df 2 p<.70						

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Salvador

*Intenção de Voto segundo o posicionamento
sobre a Pena de Morte*

	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
SALVADOR														
A favor	33,1	01	22,2	06	41,7	05	37,5	24	41,7	05	42,9	03	40,0	04
Contra	66,7	02	66,7	18	58,3	07	60,9	39	50,0	06	57,1	04	60,0	06
Indiferente			11,1	03			1,6	01	8,3	01				
Total	100	03	100	27	100	12	100	64	100	12	100	07	100	10
Qui-quadrado 8.936 Df 12 p<.80														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo e Salvador

*Autolocalização na escala esquerda-direita segundo o posicionamento
sobre a Pena de Morte*

SAO PAULO	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
A favor	55,6	20	42,3	11	49,0	24	43,8	39	54,2	26	51,6	16	52,2	24
Contra	44,4	16	53,8	14	51,0	25	52,8	47	43,8	21	41,9	13	45,7	21
Indiferente			3,8	01			3,4	03	2,1	01	6,5	02	2,2	01
Total	100	36	100	26	100	49	100	89	100	48	100	31	100	46
Qui-quadrado 7.330 Df 12 p<.80														
SALVADOR	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
A favor	42,9	12	23,5	04	52,9	09	33,3	05	35,3	06	28,6	02	51,7	15
Contra	51,7	16	70,6	12	47,1	08	60,0	09	58,8	10	71,4	05	48,3	14
Indiferente			5,9	01			6,7	01	5,9	01				
Total	100	28	100	17	100	17	100	15	100	17	100	07	100	29
Qui-quadrado 20.109 Df 12 p<1.0														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo, Porto Alegre e Salvador

*Identificação Partidária segundo o posicionamento sobre a
Pena de Morte*

SAO PAULO	PT - PDT - PSB		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PRN - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
<i>A favor</i>	53,4	47	51,6	16	61,5	08
<i>Contra</i>	45,5	40	41,9	13	38,5	05
<i>Indiferente</i>	1,1	01	6,5	02		
<i>Total</i>	100	88	100	31	100	13
Qui-Quadrado 3.515 Df 4 p<.50						
PORTO ALEGRE	PT - PDT - PSB		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PRN - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
<i>A favor</i>	51,4	36	80,0	16	60,0	06
<i>Contra</i>	45,7	32	20,0	04	40,0	04
<i>Indiferente</i>	2,9	02				
<i>Total</i>	100	70	100	20	100	10
Qui-quadrado 5.626 Df 4 p<.30						
SALVADOR	PT - PDT - PSB		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PRN - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
<i>A favor</i>	33,3	10	50,0	07	31,8	07
<i>Contra</i>	60,0	18	50,0	07	59,1	13
<i>Indiferente</i>	6,7	02			9,1	02
<i>Total</i>	100	30	100	14	100	22
Qui-quadrado 2.296 df 4 p<.70						

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Salvador e Porto Alegre

*Intenção de Voto segundo o posicionamento
sobre o Uso do Exército no Combate à Violência Urbana*

PORTO ALEGRE	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
A favor	100	08	64,5	20	63,2	12	67,3	35	83,3	05	71,4	05	84,6	22
Contra			32,3	10	36,8	07	30,8	16	16,7	01	28,6	02	15,4	04
Indiferente			3,2	01			1,9	01						
Total	100	08	100	31	100	19	100	52	100	06	100	07	100	26
Qui-quadrado 9.003 df 12 p<.80														
SALVADOR	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
A favor	33,3	01	66,7	18	66,7	08	71,2	47	72,7	08	85,7	06	66,7	06
Contra	66,7	02	33,3	09	33,3	04	27,3	18	27,3	03	14,3	01	33,3	03
Indiferente							1,5	01						
Total	100	03	100	27	100	12	100	66	100	11	100	07	100	09
Qui-quadrado 4.284 Df 12 p<1.0														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo e Porto Alegre
*Identificação Partidária segundo o posicionamento
sobre o Uso do Exército no Combate à Violência Urbana*

SAO PAULO	PT - PDT - PSB		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PRN - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
A favor	65,9	58	58,1	18	84,6	11
Contra	34,1	30	38,7	12	15,4	02
Indiferente			3,2	01		
Total	100	88	100	31	100	13
Qui-quadrado 5.778 df 4 p<.30						
PORTO ALEGRE	PT - PDT - PSB		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PRN - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
A favor	63,4	45	81,0	17	77,8	07
Contra	35,2	25	14,3	03	22,2	02
Indiferente	1,4	01	4,8	01		
Total	100	71	100	21	100	09
Qui-quadrado 4.553 df 4 p<.50						

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Salvador

*Autolocalização na escala esquerda-direita segundo o posicionamento sobre o
Uso do Exército no combate à Violência Urbana*

SALVADOR	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
A favor	65,5	19	64,7	11	70,6	12	56,3	09	76,5	13	83,3	05	76,7	23
Contra	34,5	10	29,4	05	29,4	05	43,8	07	23,5	04	16,7	01	23,3	07
Indiferente			5,9	01										
Total	100	29	100	17	100	17	100	16	100	17	100	06	100	30
Qui-quadrado 10.065 df 12 p<.70														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Salvador e Porto Alegre

Autocalização na escala esquerda-direita segundo o posicionamento sobre o Regime Político

PORTO ALEGRE		1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	
Democracia	41,7	05	66,7	14	56,5	13	49,0	25	44,4	08	55,6	05	46,7	07	
Ditadura	16,7	02	23,8	05	17,4	04	29,4	15	33,3	06	11,1	01	26,7	04	
Tanto faz	41,7	05	9,5	02	26,1	06	21,6	11	22,2	04	33,3	03	26,7	04	
Total	100	12	100	21	100	23	100	51	100	18	100	09	100	15	
Qui-quadrado 8.128 df 12 p<.80															
SALVADOR		1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	
Democracia	51,7	15	58,8	10	70,6	12	50,0	08	50,0	08	28,6	02	48,3	14	
Ditadura	17,2	05	11,8	02	17,6	03	18,8	03	31,3	05	57,1	04	27,6	08	
Tanto faz	31,0	09	29,4	05	11,8	02	31,3	05	18,8	03	14,3	01	24,1	07	
Total	100	29	100	17	100	17	100	16	100	16	100	07	100	29	
Qui-quadrado 10.704 df 12 p<.60															

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Salvador e Porto Alegre

Intenção de Voto segundo o posicionamento sobre o Regime Político

PORTO ALEGRE	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Democracia	25,0	02	54,8	17	47,4	09	61,0	31	60,0	03	42,9	03	53,8	14
Ditadura	37,5	03	16,1	05	31,6	06	29,0	15	20,0	01	28,6	02	23,1	06
Tanto faz	37,5	03	29,0	09	21,1	04	9,8	05	20,0	01	28,6	02	23,1	06
Total	100	08	100	31	100	19	100	51	100	05	100	07	100	26
Qui-quadrado 9.659 df 12 p<.70														
SALVADOR	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Democracia	33,3	01	70,4	19	66,7	08	43,5	07	50,0	06	57,1	04	50,0	05
Ditadura	33,3	01	11,1	03	25,0	03	27,4	17	25,0	03	14,3	01	20,0	02
Tanto faz	33,3	01	18,5	05	8,3	01	29,0	18	25,0	03	28,6	02	30,0	03
Total	100	03	100	27	100	12	100	62	100	12	100	07	100	10
Qui-quadrado 8.406 df 12 p<.80														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Porto Alegre

*Identificação Partidária segundo o posicionamento
sobre o Regime Político*

PORTO ALEGRE	PT – PDT – PSB		PMDB – PSDB		PPB – PTB – PRN – PFL – PL	
	%	n	%	n	%	n
Democracia	52,9	37	65,0	13	50,0	05
Ditadura	27,1	19	15,0	03	20,0	02
Tanto faz	20,0	14	20,0	04	30,0	03
Total	100	70	100	20	100	10
Qui-quadrado 1.926 df 4 p<.80						

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

ANEXO 2 – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Porto Alegre

Intenção de voto e Escolaridade

	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
<i>Analfabeto/primário incompleto</i>	12,5	01	9,4	03	21,1	04	7,7	04	16,7	01	14,3	01	11,5	03
<i>Fundamental</i>	37,3	03	21,9	07	36,8	07	34,6	18	16,7	01	28,6	02	42,3	11
<i>Médio</i>	25,0	02	53,1	17	42,1	08	42,3	22	50,0	03	57,1	04	38,5	04
<i>Superior</i>	25,0	02	15,6	05			15,4	08	16,7	01			7,7	02
<i>Total</i>	100	08	100	32	100	19	100	52	100	06	100	07	100	23
Qui-quadrado 12.542														
Df 18														
P<.90														
Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP														

Porto Alegre e Salvador

Intenção de voto e Renda

Porto Alegre	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Até 2 sm	37,5	03	16,1	05	26,3	05	15,7	08	16,7	01	28,6	02	8,0	02
De mais de 2 a 5 sm	12,5	01	38,7	12	42,1	08	35,3	18	33,3	02	42,9	03	44,0	11
De mais de 5 a 10 sm	25,0	02	12,9	04	21,1	04	17,6	09	16,7	01	28,6	02	28,0	07
De mais de 10 a 20 sm	12,5	01	19,4	06	5,3	01	21,6	11	33,3	02			16,0	04
De mais de 20 a 50 sm	12,5	01	9,7	03	5,3	01	9,8	05					4,0	01
De mais de 50 sm ou mais			3,2	01										
Total	100	08	100	31	100	19	100	51	100	06	100	07	100	25
Qui-quadrado 19.152 Df 30 P<.95														
Salvador	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Até 2 sm	33,3	01	21,7	05	60,0	06	39,0	23	37,5	03	33,3	02	50,0	05
De mais de 2 a 5 sm	33,3	01	52,2	12	30,0	03	33,9	20	12,5	01	66,7	04	40,0	04
De mais de 5 a 10 sm			13,0	03			10,2	06	25,0	02			10,0	01
De mais de 10 a 20 sm	33,3	01	13,0	03	10,0	01	5,1	03	25,0	02				
De mais de 20 a 50 sm							8,5	05						
De mais de 50 sm ou mais							3,4	02						
Total	100	03	100	23	100	10	100	59	100	08	100	06	100	10
Qui-quadrado 26.274 Df 30 P<.70														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Porto Alegre e Salvador

Intenção de voto e Idade

Porto Alegre	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
De 16 a 17 anos					15,8	03	7,7	04			14,3	01	3,8	01
De 18 a 24 anos	25,0	02	6,3	02	10,5	02	25,0	13	33,3	02	14,3	01	15,4	04
De 25 a 34 anos	25,0	02	18,8	06	21,1	04	23,1	12	16,7	01	42,9	03	30,8	08
De 35 a 44 anos	25,0	02	25,0	08	31,6	06	21,2	11	16,7	01	14,3	01	19,2	05
De 45 a 59 anos	25,0	02	18,8	06	15,8	03	15,4	08	16,7	01	14,3	01	15,4	04
De 60 anos ou mais			31,3	10	5,3	01	7,7	04	16,7	01			15,4	04
Total	100	08	100	32	100	19	100	52	100	06	100	07	100	26
Qui-quadrado 28,755 Df 30 P<.70														
Salvador	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
De 16 a 17 anos			7,4	02	8,3	01	9,1	06	8,3	01				
De 18 a 24 anos			18,5	05	33,3	04	28,8	19	25,0	03	42,9	03	10,0	01
De 25 a 34 anos	33,3	01	40,7	11	16,7	02	28,8	19	8,3	01			20,0	02
De 35 a 44 anos	33,3	01	11,1	03	16,7	02	15,2	10			28,6	02	40,0	04
De 45 a 59 anos			14,8	04	16,7	02	9,1	06	41,7	05	14,3	01	20,0	02
De 60 anos ou mais	33,3	01	7,4	02	8,3	01	9,1	06	16,7	02	14,3	01	10,0	01
Total	100	03	100	27	100	12	100	66	100	12	100	07	100	10
Qui-quadrado 29,401 Df 30 P<.50														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Salvador

Identificação Partidária e Idade

	PT - PSB - PDT		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
De 16 a 17 anos	3,3	01				
De 18 a 24 anos	36,7	11	21,4	03	22,7	05
De 25 a 34 anos	30,0	09	28,6	04	31,8	07
De 35 a 44 anos	6,7	02	14,3	02	18,2	04
De 45 a 59 anos	20,0	06	28,6	04	13,6	03
De 60 anos ou mais	3,3	01	7,1	01	13,6	03
Total	100	30	100	14	100	22
Qui-quadrado 6.634 Df 10 P<.80						

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Porto Alegre e Salvador

Identificação Partidária e Sexo

PORTO ALEGRE	PT - PSB - PDT		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
Feminino	47,9	34	52,4	11	60,0	06
Masculino	52,1	37	47,6	10	40,0	04
Total	100	71	100	21	100	10
Qui-quadrado Df 2 P<.						
SALVADOR	PT - PSB - PDT		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
Feminino	46,7	14	35,7	05	40,9	09
Masculino	53,3	16	64,3	09	59,1	13
Total	100	30	100	14	100	22
Qui-quadrado 500 Df 2 P<.80						

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

Porto Alegre

Autolocalização no espectro ideológico e Escolaridade

	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Analfabeto/ Primário incompleto	16,7	02	4,8	01			11,8	06	25,0	05	11,1	01	6,7	01
Fundamental	33,3	04	33,3	07	26,1	06	25,5	13	35,0	07	44,4	04	46,7	07
Médio	41,7	05	38,1	08	60,9	14	45,1	23	35,0	07	11,1	01	46,7	07
Superior	8,3	01	23,8	05	13,0	03	17,6	09	5,0	01	33,3	03		
Total	100	12	100	21	100	23	100	51	100	20	100	09	100	15
Qui-quadrado 22.078 Df 18 P<.30														
Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP														

São Paulo e Salvador

Intenção de voto e Sexo

São Paulo	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Feminino	45,5	05	47,6	30	30,8	04	47,1	40	55,6	15	62,7	37	67,7	14
Masculino	54,5	06	52,4	33	69,2	09	52,9	45	44,4	12	37,3	22	33,3	07
Total	100	11	100	63	100	13	100	85	100	27	100	59	100	21
Qui-quadrado 8.511 Df 6 P<.30														
Salvador	Anthony Garotinho (PDT)		Ciro Gomes (PPS)		Itamar Franco (sem partido)		Lula (PT)		Mário Covas (PSDB)		Paulo Maluf (PPB)		Roseana Sarney (PFL)	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Feminino	66,7	02	37,0	10	66,7	08	54,5	36	41,7	05	71,4	05	80,0	08
Masculino	33,3	01	63,0	17	33,3	04	45,5	30	58,3	07	28,6	02	20,0	02
Total	100	03	100	27	100	12	100	66	100	12	100	07	100	10
Qui-quadrado 8.417 Df 6 P<.30														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo, Porto Alegre e Salvador

Identificação Partidária e Escolaridade

SAO PAULO	PT - PSB - PDT		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
Analfabeto/ Primário incompleto	5,6	05	6,5	02	7,7	01
Fundamental	39,3	35	45,2	14	61,5	08
Médio	37,1	33	41,9	13	15,4	02
Superior	18,0	16	6,5	02	15,4	02
Total	100	89	100	31	100	13
Qui-quadrado 5.344 Df 06 P<.50						
PORTO ALEGRE	PT - PSB - PDT		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
Analfabeto/ Primário incompleto	1,4	01	4,8	01	10,0	01
Fundamental	33,8	24	33,3	07	40,0	04
Médio	56,3	40	47,6	10	20,0	02
Superior	8,5	06	14,3	03	30,0	03
Total	100	71	100	21	100	10
Qui-quadrado 8.535 Df 06 P<.30						
SALVADOR	PT - PSB - PDT		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
Analfabeto/ Primário incompleto	13,3	04	28,6	04	18,2	04
Fundamental	33,3	10	57,1	08	27,3	06
Médio	40,0	12	14,3	02	45,5	10
Superior	13,3	04			9,1	02
Total	100	30	100	14	100	22
Qui-quadrado 7.810 Df 06 P<.30						

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo, Porto Alegre e Salvador

Identificação Partidária e Renda

SAO PAULO	PT - PSB - PDT		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
Até 2 sm	14,8	13	13,8	04	7,7	01
De mais de 2 a 5 sm	26,1	23	34,5	10	53,8	07
De mais de 5 a 10 sm	23,9	21	24,1	07	15,4	02
De mais de 10 a 20 sm	26,1	23	24,1	07	15,4	02
De mais de 20 a 50 sm	5,7	05	3,4	01		
De mais de 50 sm ou mais	3,4	03			7,7	01
Total	100	88	100	29	100	13
Qui-quadrado 7.037 Df 10 P<.70						
PORTO ALEGRE	PT - PSB - PDT		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
Até 2 sm	13,2	09	14,3	03	10,0	01
De mais de 2 a 5 sm	38,2	26	38,1	08	40,0	04
De mais de 5 a 10 sm	17,6	12	28,6	06	30,0	03
De mais de 10 a 20 sm	22,1	15	14,3	03	10,0	01
De mais de 20 a 50 sm	8,8	06	4,8	01		
De mais de 50 sm ou mais					10,0	01
Total	100	68	100	21	100	10
Qui-quadrado 12.468 Df 10 P<.30						
SALVADOR	PT - PSB - PDT		PMDB - PSDB		PPB - PTB - PFL - PL	
	%	n	%	n	%	n
Até 2 sm	13,8	04	33,3	04	30,0	06
De mais de 2 a 5 sm	48,3	14	41,7	05	50,0	10
De mais de 5 a 10 sm	20,7	06	8,3	01	10,0	02
De mais de 10 a 20 sm	10,3	03	8,3	01	10,0	02
De mais de 20 a 50 sm	3,4	01	8,3	01		
De mais de 50 sm ou mais	3,4	01				
Total	100	29	100	12	100	20
Qui-quadrado 6.239 Df 10 P<.80						

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo, Porto Alegre e Salvador

Autocalização no espectro ideológico e Sexo

SAO PAULO	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Feminino	44,4	16	48,1	13	49,0	24	51,1	46	47,9	23	54,5	18	55,3	26
Masculino	55,6	20	51,9	14	51,0	25	48,9	44	52,1	25	45,5	15	44,7	21
Total	100	36	100	27	100	49	100	90	100	48	100	33	100	47
Qui-quadrado 1.422 Df 06 P<.95														
SALVADOR	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Feminino	51,7	15	41,2	07	47,1	08	62,5	10	35,3	06	85,7	06	53,3	16
Masculino	48,3	14	58,8	10	52,9	09	37,5	06	64,7	11	14,3	01	46,7	14
Total	100	29	100	17	100	17	100	16	100	17	100	07	100	30
Qui-quadrado 6.734 Df 06 P<.50														
PORTO ALEGRE	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
Feminino	41,7	05	57,1	12	43,5	10	47,1	24	50,0	10	55,6	05	53,3	08
Masculino	58,3	07	42,9	09	56,5	13	52,9	27	50,0	10	44,4	04	46,7	07
Total	100	12	100	21	100	23	100	51	100	20	100	09	100	15
Qui-quadrado 1.448 Df 06 P<.963														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP

São Paulo e Salvador

Autolocalização no espectro ideológico e Idade

SAO PAULO	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
De 16 a 17 anos	2,8	01	14,8	04	4,1	02	5,6	05	8,3	04	6,1	02		
De 18 a 24 anos	22,2	08	25,9	07	16,3	08	23,3	21	16,7	08	33,3	11	14,9	07
De 25 a 34 anos	25,0	09	25,9	07	30,6	15	28,9	26	31,3	15	18,2	06	19,1	09
De 35 a 44 anos	16,7	06	18,5	05	32,7	16	16,7	15	22,9	11	12,1	04	29,8	14
De 45 a 59 anos	25,0	09	7,4	02	12,2	06	15,6	14	14,6	07	24,2	08	17,0	08
De 60 anos ou mais	8,3	03	7,4	02	4,1	02	10,0	09	6,3	02	6,1	02	19,1	09
Total	100	36	100	27	100	49	100	90	100	48	100	33	100	47
Qui-quadrado 35.361 Df 30 P<.30														
SALVADOR	1		2		3		4		5		6		7	
	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n
De 16 a 17 anos	3,4	01			5,9	01	6,3	01	5,9	01	14,3	01	6,7	02
De 18 a 24 anos	20,7	06	35,3	06	17,6	03	25,0	04	35,3	06	28,6	02	16,7	05
De 25 a 34 anos	31,0	09	23,5	04	17,6	03	31,3	05	29,4	05	28,6	02	26,7	08
De 35 a 44 anos	10,3	03	17,6	03	41,2	07	25,0	04	11,8	02			30,0	09
De 45 a 59 anos	34,5	10	11,8	02	11,8	02			11,8	02	28,6	02	6,7	02
De 60 anos ou mais			11,8	02	5,9	01	12,5	02	5,9	01			13,3	04
Total	100	29	100	17	100	17	100	16	100	17	100	07	100	30
Qui-quadrado 32.030 Df 30 P<.50														

Fonte: Datafolha/Banco de Dados Cesop/UNICAMP